



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Centro de Ciências do Ambiente
Programa de Pós-Graduação em Ciências do
Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia - PPG/CASA



PPG/CASA

**AS CAMAROEIRAS, AS PESCADEIRAS E O ARREIO: PESCA
ARTESANAL DO CAMARÃO E CONSERVAÇÃO
AMBIENTAL EM COMUNIDADES DE VÁRZEA NO
MUNICÍPIO DE PARINTINS-AM.**

Parintins – AM
2014

ANTÔNIA MARA RAPOSO DIÓGENES

**AS CAMAROEIRAS, AS PESCADEIRAS E O ARREIO: PESCA
ARTESANAL DO CAMARÃO E CONSERVAÇÃO
AMBIENTAL EM COMUNIDADES DE VÁRZEA NO
MUNICÍPIO DE PARINTINS-AM.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia.

Orientadora: Prof. Dra. Elenise Faria Scherer

Parintins – AM

2014

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

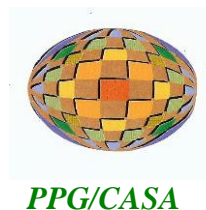
D591a Diogenes, Antônia Mara Raposo
As camaroeiras, as pescadeiras e o arreo : pesca artesanal do camarão e conservação ambiental em comunidades de várzea no município de Parintins-AM / Antônia Mara Raposo Diogenes. 2014
137 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Elenise Faria Scherer
Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Pesca artesanal do camarão. 2. Trabalho. 3. Modo de vida. 4. Conflitos Socioambientais. 5. PSDPA. I. Scherer, Elenise Faria II. Universidade Federal do Amazonas III. Título



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Centro de Ciências do Ambiente
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia - PPG/CASA



As camaroeiras, as pescadeiras e o arreo: pesca artesanal do camarão e conservação ambiental em comunidades de várzea no município de Parintins-AM.

Elaborada por:

Antônia Mara Raposo Diógenes

Aprovado em ____/____/____

Banca Examinadora:

Presidente/Orientadora: Prof. Dra. Elenise Faria Scherer
Universidade Federal do Amazonas

Membro: Prof. Dr. Henrique dos Santos Pereira
Universidade Federal do Amazonas

Membro: Prof. Dr. Edna Ferreira Alencar
Universidade Federal do Pará

A minha mãe e minha filha,

D. Therezinha e Camila

Razões do meu ser

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por continuar me dando a oportunidade da vida e a minha família que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos.

A minha orientadora, professora Dr. Elenise Faria Scherer não somente pelas orientações recebidas, mas pelo exemplo de educadora que é, onde por meio de sua prática muito me ensinou sobre ética, compromisso, seriedade, integridade profissional e pessoal, respeito pelas pessoas e importância da pesquisa científica como meio de fomentar políticas públicas que contribuam para melhoria da qualidade de vida dos seres humanos com as quais interagimos no decorrer da pesquisa, por não se tratarem pontualmente como um mero objeto de pesquisa.

A todos do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA, os administrativos, as estagiárias, o corpo docente que com o qual tive a oportunidade de interagir, pelo compromisso acadêmico, político, social e ético.

Ao professor Dr. Henrique dos Santos Pereira, por sua competência, compromisso, seriedade, humanidade e ousadia em levar o Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG-CASA a Parintins, situação esta que sem a qual não teria sido possível cursar o mestrado.

A professora Dr. Edna Alencar, por ter aceitado o convite para participar da banca e pelas contribuições prestadas.

Ao professor Valdson de Souza Soares pela amizade, apoio e revisão ortográfica.

Aos meus colegas de mestrado e doutorado, pela solidariedade e cumplicidade em nossas dificuldades.

Aos meus amigos e amigas, em especial ao José Luiz Fonseca, pessoa que acreditou em mim antes de eu mesma.

A Maria do Perpétuo Socorro Marinho Prado, pela amizade e acolhida; a Gildemar Martins Girão, por sua solidariedade desmedida; a Andreza Weil, pelo apoio e incentivo constantes; a Amanda Tundis, companheira de todas as horas; a Thaís, pelo carinho e estímulo; a Patrícia Vasconcelos por sua amorosidade e a Valdise Borges dos Santos pela solidariedade.

Aos professores da Universidade Estadual do Amazonas - UEA, Brychtn Vasconcelos Ribeiro, pela elaboração dos mapas, Camilo Ramos e João Marinho, pela contribuição acadêmica em informações prestadas.

Ao colegiado de Pedagogia do ICSEZ que me apoiou nessa jornada.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, pelo apoio financeiro a pesquisa, sem o qual teria sido praticamente impossível à realização desse estudo.

Ao Museu paraense Emílio Goeldi, pela doação de livros. Ao IBAMA representação de Manaus e escritório de Parintins, pelo empréstimo e doação de materiais bibliográficos.

As pescadoras artesanais de camarão das comunidades de São Sebastião da Brasília e Santo Antonio do Catispera, mulheres fortes, guerreiras, protagonistas desta pesquisa e que muito me ensinaram sobre a vida.

A todas e todos, inclusive os que por lapso deixei de citar, meu muitíssimo obrigada!

*“Faz sentido, fazer ciência para conseguirmos condições objetivas e subjetivas
mais favoráveis de uma história sempre mais humana”*

Demo (1995, p. 260)

RESUMO

A pesca artesanal do camarão (*Macrobrachium amazonicum*) praticada nas comunidades de São Sebastião da Brasília e Santo Antônio do Catispera localizadas no município de Parintins-AM no Baixo Amazonas é realizada por maioria de mulheres. Essa pesca representa uma das principais fontes de renda para a família dessas pescadoras. Embora as práticas econômicas dessas famílias sejam pluriativas como em outras comunidades rurais da Amazônia, a pesca do camarão se sobrepõe as demais atividades produtivas por ser a de maior rendimento econômico. Essa pesca é realizada com muita intensidade no período de junho a outubro visando principalmente à comercialização. A ausência de proteção para o ambiente e o recurso natural pesqueiro, decorrente da inexistência de um efetivo acordo de pesca, de um período de defeso para o camarão, da criação de bubalinos em área aberta e da omissão do poder público vem causando uma degradação ambiental que poderá levar esta atividade produtiva a uma situação de risco de extinção na área gerando impactos econômicos e sociais. A diminuição do tamanho dos crustáceos e do seu quantitativo nos lagos pesqueiros são dois fatores percebidos pelas pescadoras, que já se apresentam como resultantes do impacto causado pela pesca intensiva e criação de búfalos em área aberta respectivamente. Na década de 1960, com o esgotamento do “ciclo” da juta em Parintins, as alternativas econômicas se deslocaram para a pesca o que influenciou diretamente a mudança na lógica produtiva da pesca do camarão, que começou sendo realizada para consumo próprio, passou a ser quase que exclusivamente para a venda. O dinheiro decorrente dessa pesca é gasto na manutenção e melhoria da casa, compra de utensílios domésticos, vestuário para a família, apetrechos de pesca e de uma parte é feita uma poupança. As pescadoras realizam todo o trabalho no processo de pesca do camarão, mas a maioria não possui o RGP nem tem acesso ao PSDPA, portanto, vivem a margem dos seus direitos. Neste sentido, esta dissertação objetiva descrever o modo de vida e o processo de trabalho na pesca do camarão realizado pelas mulheres residentes nas comunidades de Brasília e Catispera no município de Parintins-AM, enfatizando nesse processo as estratégias de conservação dos recursos pesqueiros e a existência de políticas públicas para o setor que contribuam para melhorias das condições de vida das famílias pesqueiras. A metodologia utilizada foi à abordagem qualitativa. Realizamos o estudo bibliográfico, fomos ao lócus vivendi coletar os dados para análise por meio do uso da observação direta, entrevista semiestruturada, reuniões em grupo, registro fotográfico e mapa mental. O embasamento teórico fundamenta-se em Fraxe (2011), Heller (2008), Lima (2001), Noda (2007), Furtado (2002), Pereira (2007), Scherer (2004) entre outros autores. Os sujeitos da pesquisa foram às pescadoras de camarão de Brasília e Catispera. A análise dos dados se deu a partir do diálogo estabelecido entre os estudos bibliográficos realizados e os dados coletados. O estudo aponta para a urgência da proteção socioambiental como meio para sustentabilidade dessa atividade produtiva pesqueira.

Palavras-chave: Pesca artesanal do camarão; Trabalho; Modo de vida; Conflitos Socioambientais; PSDPA

ABSTRACT

Artisanal fishing for shrimp (*Macrobrachium amazonicum*) practiced in the communities of San Sebastian of Brasilia and Santo Antonio do Catispera located in Parintins-AM municipality in the Lower Amazon is performed by most women. This fishing is a major source of income for the family of these fishers. Although economic practices of these families are pluriactive as in other rural communities in the Amazon, fishing for shrimp overlaps the other productive activities to be the highest income. This fishing is done with great intensity in the period from June to October aiming the marketing. The lack of protection for the environment and the natural resource fishing, due to the lack of effective fisheries agreement, of a closed season for shrimp, the creation of buffaloes in open area and the government's failure has caused environmental degradation that could lead this productive activity to an extinction risk in the area generating economic and social impacts. The decrease in the size of crustaceans and its quantitative in fishing lakes are two factors perceived by fishers, which is already present as a result of the impact of overfishing and the buffalo in open area respectively. In the 1960s, with the exhaustion of the "cycle" of jute in Parintins, economic alternatives have moved for fishing which directly influenced the change in the productive logic of shrimp, which began being held for its own account, has become almost exclusively for sale. The money resulting from this fishing is spent in maintaining and improving the house, buying household items, clothing for the family, fishing tackle and a piece savings is made. The fishers do all their work in the shrimp fishery process, but most do not have the RGP or have access to the PSDPA therefore live outside of their rights. Therefore, this dissertation aims to describe the way of life and the work process in the shrimp fishery carried out by women living in communities of Brasilia and Catispera in Parintins-AM municipality, emphasizing that the process of fishery resources conservation strategies and the existence public policy for the sector to contribute to improvement of living conditions of fishing families. The methodology was qualitative approach. We carried out the literature research, we went to the locus vivendi collect data for analysis through the use of direct observation, semi-structured interviews, group meetings, photographic record and mental map. The theoretical framework is based on Fraxe (2011), Heller (2008), Lima (2001), Noda (2007), Furtado (2002), Pereira (2007), Scherer (2004) among other authors. The research subjects were the shrimp fishers of Brasilia and Catispera. Analysis of the data was from the dialogue established between the bibliographic studies and the data collected. The study points to the urgency of environmental protection as a means of sustainability of fishing productive activity.

Keywords: artisanal shrimp fishing; work; Way of life; Socio-environmental conflicts; PSDPA

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa Mental de Catispera	37
Figura 02 – Sede de Catispera	40
Figura 03 – Igreja de Stº Antônio/enchente	41
Figura 04: Igreja de Stº Antônio/vazante.....	41
Figura 05 – Centro Comunitário/escola/ enchente.....	43
Figura 06: Centro comunitário/escola/vazante.....	43
Figura 07 – Casa da professora em Catispera	45
Figura 08 – Moradia em Catispera	45
Figura 09 – Moradia em Catispera	45
Figura 10 – Moradia em Catispera	46
Figura 11 - Banheiro em Catispera	46
Figura 12 - Banheiro em Catispera	46
Figura 13 - Conservação da carne	47
Figura 14 - Conservação do peixe	47
Figura 15 - Conservação do peixe	47
Figura 16 – Reunião do “Luz para Todos”	48
Figura 17 – Balcão Suspenso.....	51
Figura 18 – Sede de Brasília.....	53
Figura 19 – Igreja de Brasília/enchente.....	54
Figura 20 - Igreja de Brasília/vazante.....	54
Figura 21– Escola de Brasília/vazante.....	55
Figura 22 – Escola de Brasília/enchente.....	55
Figura 23: Centro Comunitário de Brasília.....	58
Figura 24 – D. Ana Gomes Lima.....	59
Figura 25 – Camaroeira	60
Figura 26 – Rampa lateral do Mercado Leopoldo Neves.....	61
Figura 27 – D. Ana e apetrechos de pesca	63

Figura 28 – Enchente em Catispera.....	65
Figura 29 – Isca para o camarão.....	80
Figura 30 – Isca para o camarão.....	80
Figura 31 – Isca para o camarão.....	80
Figura 32 – Isca para o camarão.....	80
Figura 33 – Camaroeira.....	81
Figura 34 – Peixes pequenos capturados junto ao camarão.....	82
Figura 35 – Saco de lavagem do camarão.....	83
Figura 36 – Camarões acondicionados nos sacos.....	83
Figura 37 – Caixa de Isopor.....	84
Figura 38 – Lanterna.....	84
Figura 39 – Lamparina.....	84
Figura 40 – Casco.....	85
Figura 41 – Canoa.....	85
Figura 42 – Rabeta.....	85
Figura 43 – Bajara.....	85
Figura 44 – Lago com vegetação flutuante.....	90
Figura 45 – Lago sem vegetação flutuante.....	90
Figura 46 – Camarão regional in natura.....	91
Figura 47 – Camarão cozido.....	91
Figura 48 – Saída em grupo para a pesca.....	93
Figura 49 – Ida para a pesca.....	93
Figura 50 – Mergulho da camaroeira.....	94
Figura 51 – Lançamento da isca.....	94
Figura 52 – Retirada da camaroeira.....	94
Figura 53 – Camarões capturados.....	94
Figura 54 – Conservação do camarão.....	96
Figura 55 – Local de comercialização do camarão.....	99
Figura 56 - Mercado Municipal.....	100
Figura 57 – Primeiro local de venda do camarão.....	101

Figura 58 – Rampa lateral do mercado municipal.....	101
Figura 59 - Condições atuais de venda do camarão.....	103
Figura 60 – Tendões do Pescador Artesanal.....	107
Figura 61 – Pratos feitos com o camarão regional.....	108
Figura 62 - Garota camarão.....	108

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Localização de Brasília e Catispera	20
Mapa 02: APA Nhamundá	35
Mapa 03: Distribuição territorial e pontos de pesca de Catispera.....	39
Mapa 04: Mapa de distribuição das residências em Brasília.....	52
Mapa 05: Acordo de Pesca Macuricanã: Classificação dos locais de Pesca.....	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Variáveis que condicionam o tipo de embarcação a ser utilizada na pesca do camarão.....	87
Quadro 02: Período de pesca do camarão.....	88
Quadro 03: Companhia de pesca.....	92
Quadro 04: Medidas de capacidade utilizadas pelas pescadoras.....	95

LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
APMC	Associação de Pais, Mestres e Comunitários
AS	Agente de Saúde
AVC	Acidente Vascular Cerebral
BE	Bolsa Escola
BF	Bolsa Família
CDRU	Concessão de Direito Real de Uso
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEUC	Centro Estadual de Unidades de Conservação
CI	Carteira de Identidade
CPF	Carteira de Pessoa Física
CT	Carteira de Trabalho
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e florestal Sustentável do Estado do Amazonas
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
LDBN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LpT	Luz para Todos
PIN	Parintins
PNM	Programa Nacional de Merenda Escolar
PSDPA	Política do Seguro Desemprego do Pescador Artesanal
RGP	Registro Geral de Pesca
RN	Registro de Nascimento

SEAP/PR	Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República
SEMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SEMPA	Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento
SEMSA	Secretaria Municipal de Saúde
SEUC	Sistema Estadual de Unidades de Conservação
SINDPESCA	Sindicato da Pesca
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SR	Sindicato Rural
TE	Título de Eleitor
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Oferta de ensino por turno/Brasília: PIN-AM.....	56
Tabela 02: Formação dos professores por área de atuação e procedência dos/as alunos (as) de Brasília.....	56
Tabela 03: Principais fontes de renda das pescadoras de Catispera.....	67
Tabela 04: Produção do camarão/agosto de 2007.....	104
Tabela 05: Produção de camarão/setembro de 2007.....	104
Tabela 06: Produção de camarão/setembro de 2008.....	104
Tabela 07: Estimativa de Produção da safra 2007/2008.....	109
Tabela 08: Requerimento SDPA, Parintins-Am (2009 – 2012).....	115

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I: ATRAVESSANDO O RIO AMAZONAS: DE PARINTINS A CATIPESRA E BRASÍLIA	29
1.1. O município de Parintins: Folclore e Pesca	30
1.2. Santo Antonio do Catispera	32
1.3. Modo de vida	39
1.4. São Sebastiao da Brasília	51
1.5. Modo de vida	53
CAPÍTULO II: A PESCA E AS PESCADEIRAS DE CAMARÃO	59
2.1. A pesca do camarão	59
2.2. As camaroeiras de Catispera	63
2.3. As pescadeiras de Brasília	68
CAPÍTULO III: A PESCA E O AMBIENTE: O PROCESSO DE TRABALHO	73
3.1. O trabalho cotidiano das mulheres pescadeiras e camaroeiras	74
3.2. A preparação para a pesca	79
3.3. A captura das espécies	88
3.4. A conservação do crustáceo	96
CAPÍTULO IV: A TRAVESSIA DA COMERCIALIZAÇÃO: DE CATISPERA E BRASÍLIA AO MERCADO MUNICIPAL DE PARINTINS	99
4.1. O mercado municipal: ponto de venda	100
4.2. A comercialização: tradição mantida	104
4.3. Entre a sobrevivência e a subsistência: a luta das mulheres pela tradição e conservação	110
5. O ciclo das águas e o PSDPA	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	
APÊNDICES	

INTRODUÇÃO

Essa dissertação é produto de uma pesquisa realizada com as pescadoras artesanais de camarão em comunidades lacustres no município de Parintins-Amazonas no período de dois anos (2012 – 2013) vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA, do Centro de Ciências do Ambiente – CCA, da Universidade Federal do Amazonas - UFAM.

A pesca artesanal do camarão faz parte do modo de vida das mulheres residentes nas comunidades de São Sebastião de Brasília e Santo Antônio de Catispera localizadas na entrada do Complexo Macuricanã, na Área de Proteção Ambiental – APA Nhamundá no município de Parintins no Estado do Amazonas. Centramos o nosso foco investigativo nessas mulheres que desde a década de 60 do século XX até os dias atuais, cotidianamente pescam camarões em lagos próximos as suas moradias como em lagos do Complexo Macuricanã, no período da vazante do rio, ou seja, nos meses de junho a outubro. Além da captura e da conservação da espécie, elas atravessam diariamente e comercializam os crustáceos ao lado do Mercado Municipal Leopoldo Amorim da Silva Neves¹, portanto, elas fazem parte da vida rural-urbana do município de Parintins.

Descrevemos nesta dissertação o modo de vida dessas pescadoras, o trabalho em unidade familiar, suas vivências e suas experiências arraigadas no mundo cultural varzeiro. Destacamos os conflitos socioambientais decorrentes da não regulação estatal, já que os ambientes lacustres de reprodução dos crustáceos nos quais elas capturam sistematicamente as espécies não têm acordo de pesca, nem plano de manejo. Em decorrência o universo pesqueiro vêm sofrendo degradações ambientais.

Acrescente-se, a marginalização dessas trabalhadoras, como as demais trabalhadores rurais da Amazônia em relação aos seus direitos à seguridade social. Não se pode dizer que o poder público estadual e municipal esteja ausente em suas vidas cotidianas, porém, nas comunidades onde residem os serviços públicos funcionam de forma precária como veremos nas páginas deste trabalho. As suas organizações representativas passam ao largo de informá-las não só sobre os seus direitos como também a sua identidade e reconhecimento como trabalhadoras na pesca. Procuramos observar, também, a falta de informação em relação a sua condição de trabalhadoras na

¹Leopoldo Amorim da Silva Neves (1898 – 1953) foi o nome dado ao mercado central da cidade pelo então prefeito de Parintins João Melo em homenagem a um governador do estado do Amazonas.

pesca artesanal sob ótica das relações sociais de gênero e a recente incorporação de algumas mulheres na Política do Seguro Desemprego do Pescador Artesanal - PSDPA e a importância desta política para a subsistência dessas famílias.

O interesse em investigar a temática, guarda uma relação direta de identificação de gênero e do desejo em conhecer e contribuir com o debate sobre o trabalho da mulher no ambiente pesqueiro amazônico. Pouco se sabe sobre o tema, o qual envolve questões de ordem política, social e ambiental. Nesse sentido, Alencar (1993) observa a ausência de pesquisas sobre a mulher e as relações de gênero no universo social da pesca na Amazônia brasileira, o qual aparece de forma bem evidente quando se trata das águas interiores, destacando que, geralmente, quando se faz referência ao trabalho realizado pelas mulheres no ambiente pesqueiro amazônico, estes estão mais relacionados às atividades de agricultura, artesanato e afazeres domésticos do que com a pesca.

Mota-Maués (1999), ao fazer uma análise sobre a produção acadêmica decorrente de trabalhos antropológicos, nas décadas de 1970 e 1980, observa que a invisibilidade da mulher em atividades de pesca decorre da ótica do pesquisador na construção etnográfica e interpretativa do seu objeto de estudo, principalmente no que se refere à marcante presença do modelo bipolar de divisão sócio espacial e do trabalho, mais do que isso, da pretensa generalização do mesmo a partir da análise de uma realidade particular recorrente em etnografias pesqueira.

A pesca artesanal é realizada pelos povos que habitam a região amazônica há tempos imemorial e está presente em toda a Amazônia brasileira, servindo como principal fonte de alimento e importante fonte de renda (LIMA, 2005). Mesmo com a participação das mulheres na atividade pesqueira, pouco se fala delas na história desse segmento que, geralmente é definido como sendo predominantemente masculino, colaborando desta forma para uma situação de invisibilidade dessas trabalhadoras como destacam Goes (2008), Albuquerque (2010) e Alencar (2011;2013).

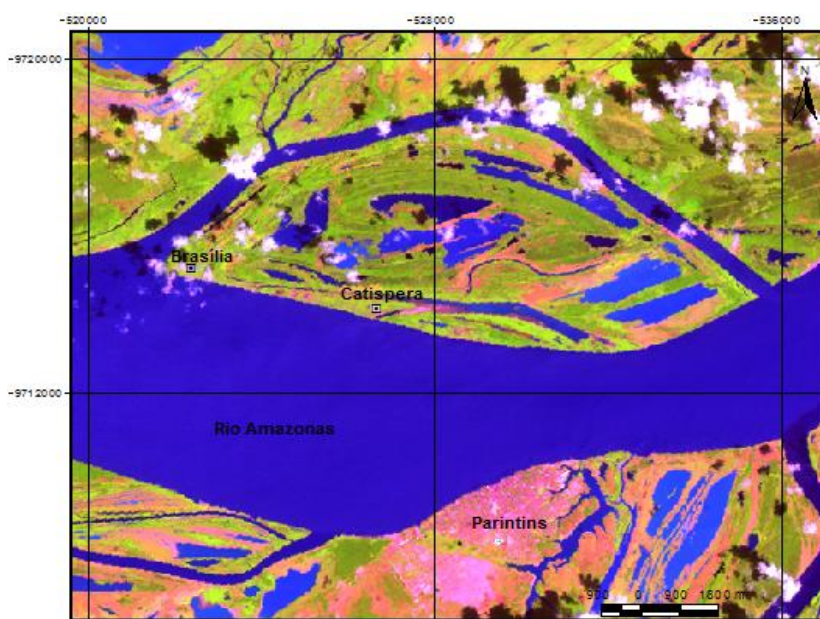
Nesse sentido, consideramos relevante nosso estudo sobre as pescadoras de camarão de São Sebastião da Brasília e Santo Antônio do Catispera, pois, além de estarmos contribuindo com o debate sobre a mulher na pesca, estaremos contribuindo também para dar visibilidade ao trabalho realizado por essas pescadoras de camarão de Parintins-Am por meio da produção acadêmica, que consideramos ser um importante instrumento que pode servir de subsídio para (re)formulações das políticas públicas pesqueiras para a região amazônica, pois, como bem destaca Scherer (2003) e Lima

(2005), os trabalhadores rurais do Amazonas sempre foram deixados de fora na elaboração dessas políticas públicas.

O camarão existente na localidade é um crustáceo da espécie *M. amazonicum*, conhecido como camarão-da-Amazônia ou camarão regional e, mesmo sendo chamado de camarão como os da água salgada, ele está mais próximo da lagosta apresentando muitas semelhanças em relação aos hábitos de reprodução (OLIVEIRA, 2010). Essa pesca é uma das principais fontes de renda para a família das pescadoras. Contudo, como vem sendo realizada como muita intensidade, em poucos locais, sem proteção ambiental, sem manejo e sem defeso, pode correr o risco de extinção.

O espaço territorial onde estão localizadas as comunidades de Catispera e Brasília configura uma ilha com ecossistema de várzea situada em frente à sede municipal de Parintins, separadas da APA Nhamundá por um braço do rio Amazonas denominado Paraná do Espírito Santo (mapa 01).

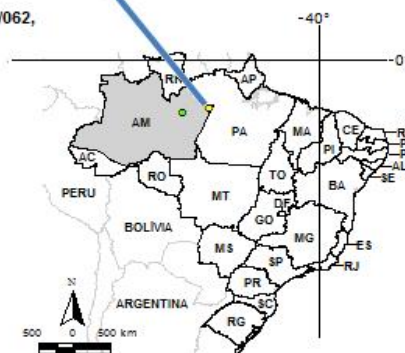
Mapa 01: Localização de Brasília e Catispera



Elaboração: Brychtn Ribeiro de Vasconcelos, 2013.
 Fonte: IBGE, USGS e CPRM.
 Imagem: Satélite LANDSAT 7, Sensor ETM+, 229/062,
 data 30/11/2000.

LEGENDA

	Parintins
	Manaus
	Brasília
	Catispera
	Amazonas
	Brasil
	América do Sul



Não há uma definição jurídica para várzea sua natureza legal é a mesma de álveo² (BENATTI, 2004). Esse tipo de ecossistemas equivale ao leito maior sazonal³ de um rio. Sua natureza jurídica é a que incide no terreno da calha alargada ou maior de um rio (VIEIRA 1992 e 1999 *apud* BENATTI 2004). Nesse sentido, conforme podemos observar no mapa 01, a ilha de várzea de Brasília e Catispera compõe a parte da calha alargada do rio Amazonas.

Em área de várzea, a regularização fundiária é analisada a partir da legislação dos recursos hídricos, pois, a dominialidade da água repercute sobre a várzea. Nesse sentido, a legislação que prevalece para a ilha de várzea de Brasília e Catispera é a dos Recursos Hídricos.

Como as águas do rio Amazonas são águas interestaduais que deságuam no oceano, sua dominialidade é da União e, sendo a água⁴ um bem público, o terreno que a suportam também é considerados público, logo, a ilha de Brasília e Catispera é um bem público pertencente à União (Constituição Federal, 1988, art. 20).

A compreensão da dominialidade da ilha de várzea de Brasília e Catispera é importante para o entendimento da regularização fundiária. De acordo com a legislação patrimonial da União previstas no decreto-lei nº 271 (1967), Lei nº 481 (2007) e Lei nº 10.257 (2001) - Estatuto da Cidade, os moradores de várzea têm direito a uma Concessão de Direito Real de Uso – CDRU, que é um instrumento jurídico expedido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU que regulariza a ocupação nesse tipo de área.

A CDRU é o documento que os moradores de Catispera e Brasília devem ter para comprovarem o direito de uso sobre a várzea que ocupam, uma vez que por se tratarem de patrimônio e bem público da União não é permitido à titulação definitiva. Entretanto, desconhecem a existência desse tipo de documento e a própria condição de territorialidade da terra que ocupam.

A paisagem em Brasília e Catispera sofre modificações constantes principalmente em função da sazonalidade do rio Amazonas, devido ao seu permanente

² Álveo é definido como “as superfícies que as águas cobrem sem transbordar para o solo natural ordinariamente enxuto” (art. 9º do Código das Águas, decreto 24643 de 10 de julho de 1934).

³ Leito maior sazonal é definido como “a calha alargada ou maior de um rio ocupada nos períodos anuais de cheia” (art. 2º, letra c da Resolução do CONAMA nº 04 de 18 de setembro de 1987).

⁴ A água é um bem de domínio público, considerada um recurso limitado em situação de escassez, seu uso prioritário deve ser para o consumo humano e a dessedentação de animais (Constituição Federal de 1988; Lei 9433 de 1997 que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos).

movimento de depósito de sedimentos em determinadas áreas e erosão de suas margens, fazendo com que sempre surjam novos bancos de areia e que suas margens fiquem cada vez mais alargadas.

Essa sazonalidade das águas gera uma dinâmica social nos varzeiros que comumente precisam transferir suas casas de lugar devido ao avanço das margens do rio que vão gradativamente ficando cada vez mais próximas as suas residências, tornando-se um risco de desabamento na enchente. A atenção ao navegar deve ser sempre constante devido à possibilidade de surgimento de novos bancos de areias. Nesse sentido, o rio é sempre uma surpresa ao qual os ribeirinhos estão constantemente atentos.

Conforme relatos das pescadoras, a paisagem do local já mudou muito, “houve uma época em que no período da vazante aparecia uma praia bem no meio do rio, entre a sede de Parintins e a ilha de Brasília e Catispera. Com o passar dos anos ela deixou de surgir” (Pesquisa de Campo, 2013). Esse e outros fatos relacionados a modificações na paisagem possuem relação direta com o movimento das águas.

A sazonalidade do rio não só modifica a paisagem como também fertiliza o solo de várzea, depositando anualmente sais minerais e nutrientes, tornando-os propícios para a agricultura, que é realizada com o cultivo de culturas de pequeno ciclo por todos os moradores que vivem na área.

Sobre a história de ocupação de Brasília e Catispera, não há documentos de registro. A história está gravada na memória dos moradores mais antigos das comunidades e vão sendo repassadas oralmente de uma geração para a outra. Muitas informações estão se perdendo em razão de óbito ou mudança de domicílio dos moradores mais antigos. Como destacam Lima e Alencar (2001 p. 29) a memória coletiva que representa um retrato do passado e, desempenha um papel importante na construção da identidade do grupo torna-se fragilizada.

Para conhecermos à origem das comunidades, realizamos visitas e entrevistas com seus fundadores e moradores mais antigos, que atualmente residem em outra área rural do município de Parintins. Conversamos com a secretária da Diocese do município e fizemos a leitura de material bibliográfico diocesano no qual constam além do registro da data oficial de fundação das duas comunidades pesquisadas, descreve à forma de organização social implantada presente até os dias atuais.

As pescadoras de camarão são pluriativas, entre as várias atividades que desenvolvem no processo do trabalho com a pesca do camarão, da pré-captura a pós-

captura, está o fato de somente elas fazerem a venda do crustáceo ao lado do Mercado Municipal Leopoldo Amorim da Silva Neves na sede de Parintins concomitantemente a outras atividades relacionadas à agricultura, a criação de animais de pequeno porte, aos cuidados com os filhos, o marido e os afazeres de casa.

O trabalho desenvolvido pelas camaroeiras realiza-se tanto no espaço público como no espaço privado, criando as condições materiais objetivas de subsistência e de reprodução social do seu grupo familiar doméstico. Contudo elas não têm na realização desses trabalhos o reconhecimento social nem profissional. Muitas não têm sequer a carteira de identidade de pescadora artesanal, o Registro Geral de Pesca – RGP. Em decorrência disso, não tem acesso aos benefícios decorrentes das políticas públicas do setor pesqueiro, dentre elas a PSDPA, tornando-se invisíveis aos olhos do poder público, ficando à margem dos seus direitos.

Quando chegam aos sessenta anos ou quando não possuem condições físicas para o trabalho pesqueiro, não conseguem se aposentar, principalmente pelo fato de desconhecem seus direitos. O fato é, essas pescadoras existem e não têm a cidadania garantida, vivem em uma luta contínua, onde o trabalho produtivo é exercido em função da subsistência familiar.

Nossa pesquisa teve início pelo conhecimento da geografia local e modo de vida das pescadoras. Acompanhamos o trabalho com a pesca do camarão, o dilema para a manutenção da tradição pesqueira, que garante a subsistência do seu grupo familiar doméstico e a conservação ambiental.

O estudo foi conduzido por uma abordagem qualitativa. O pesquisador nesta abordagem é também partícipe da investigação. Nesse sentido, o contato e a troca de conhecimento estabelecida com as pescadoras foram fundamentais em todas as fases dessa pesquisa. Possibilitando a percepção das relações entre as estruturas do espaço social e do espaço físico como menciona Bourdieu (1997).

Nossa ida a campo em busca de informações começou em 2012 com um processo de aproximação das pescadoras por meio de conversas e entrevistas realizadas ao lado do Mercado Municipal Leopoldo Amorim da Silva Neves, na sede de Parintins, nos intervalos da comercialização dos crustáceos. Várias vezes atravessamos o rio tanto no período da enchente/cheia como na vazante/seca. Em cada uma das comunidades observamos o ambiente onde vivem as pescadoras nos diferentes momentos do ciclo hidrológico.

Paralelamente as observações e entrevistas realizadas com as pescadoras no Mercado Municipal Leopoldo Amorim da Silva Neves e as idas em Brasília e Catispera, realizamos entrevistas com os gestores das instituições governamentais: Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e florestal Sustentável do Estado do Amazonas - IDAM/PIN, Centro Estadual de Unidades de Conservação - CEUC/PIN, Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento - SEMPA/PIN, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA/MAO/PIN, Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA/PIN, Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA/PIN, Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/AM.

Também realizamos entrevista junto às organizações representativas da categoria dos pescadores: o Sindicato de pesca – Sindpesca e Colônia dos pescadores Z – 17, que lidam direta e indiretamente com a pesca e as pescadoras de camarão. Os dados secundários, somado ao estudo bibliográfico, nos deram subsídio para esboçarmos uma primeira caracterização da problemática em estudo.

No ano 2013, nos deslocamos por várias vezes ao Mercado Municipal e as duas comunidades, tanto na época da enchente/cheia como na vazante/seca. Realizamos o mapeamento da área com a localização das casas e pontos de pesca. Observamos e fotografamos o ambiente em que as pescadoras vivem e trabalham, nos diferentes períodos sazonais. Fizemos o registro fotográfico de suas casas, de vários momentos do seu cotidiano e de todas as etapas do processo de trabalho com a pesca do camarão.

Nos domingos após o culto e em feriados, conversamos com as pescadoras, com seus maridos, com alguns homens que também pescam camarão e fizemos reuniões com a comunidade, o que nos forneceu uma base de dados primários para descrevermos quem são, como vivem e o que pensam essas trabalhadoras da pesca.

Observar o cotidiano das pescadoras nos possibilitou o entendimento do significado que elas atribuem à realidade que as cerca e às suas próprias ações, o que para nós foi significativo e de grande valor para a compreensão e conhecimento da problemática investigada. Os registros no diário de campo nos auxiliaram em vários momentos no esclarecimento de algumas dúvidas que surgiram no momento da escrita, tanto no que diz respeito ao conteúdo observado como na reflexão realizada.

As principais informantes foram às pescadoras de camarão, sendo dezessete (17) de Brasília e oito (08) de Catispera, mas conversamos também com outras mulheres e homens das comunidades de Brasília e Catispera. Todas as pessoas que participarem

desta investigação foram reconhecidas como sujeitos como destaca Chizzotti (1998, p. 83).

Às vezes que estivemos em Brasília e Catispera nos diferentes períodos do ciclo hidrológico do rio Amazonas, nos possibilitou a observação direta do lugar e do modo de vida das camaroeiras. Percebemos as relações e conflitos socioambientais estabelecidos, as relações sociais e de gênero, as crenças, os mitos, os valores, enfim a cultura local. Como ressalta Chizzotti (1998: p. 12), a pesquisa qualitativa possui “uma lógica própria para o estudo dos fenômenos humanos e sociais, procurando as significações dos fatos no contexto concreto em que ocorrem”.

Houve momentos de interações com as pescadoras e pescadores de camarão, onde foi possível o diálogo com o conhecimento fruto da vivência e experiências com a pesca. Conversamos sobre o trabalho da mulher na pesca, direitos previdenciários, PSDPA, acordo de pesca e manejo. Esses encontros foram significativos para conhecermos um pouco mais sobre o que pensam e como vivem essas trabalhadoras da pesca.

Nos encontros realizados, o que gerou maior interesse foi o que discutimos sobre os direitos previdenciários. Percebemos a falta de informação por parte das pescadoras. Esses encontros foram significativos, pois obtivemos respostas às pescadoras. Uma pescadora já conseguiu se aposentar (aos 62 anos de idade), duas já deram entrada nos documentos para a aposentadoria.

A reunião sobre acordo de pesca e manejo trouxe a tona conflitos entre as pescadoras não revelados nas entrevistas individuais. Uma boa parte das pescadoras expos o desejo de realizar um acordo de pesca entre elas, em razão das mudanças que vem observando na pesca e no próprio camarão “tão pescando muito, não tá dando tempo para o camarão crescer, tão ficando cada vez menor e a quantidade diminuiu a cada ano. É preciso parar um pouco para o camarão crescer, mas tem pescadora que não quer. Desse jeito a pesca vai acabar” (Pesquisa de Campo, 2013).

Os conflitos socioambientais existentes na pesca do camarão passam pela relação de poder existentes entre as pescadoras com maior capacidade produtiva com as pescadoras de menor capacidade produtiva. Os conflitos residem sobre a ocupação dos lugares nos pontos pesqueiros e a pesca intensiva. As pescadoras de maior capacidade produtiva ocupam vários espaços nos ambientes pesqueiros e pescam intensivamente. As outras pescadoras não gostam da situação, mas se calam, não discutem na busca de solução por temerem o isolamento.

A pesca do camarão é artesanal, sem manejo, nem defeso para a reprodução das espécies, bem como, sem proteção para o ambiente pesqueiro e para as pescadoras, o que coloca em situação de risco a permanência dessa atividade produtiva.

Tivemos o cuidado de realizar as entrevistas no dia, hora e local mais adequado para as pescadoras. Esclaremos as mesmas sobre a razão pela qual estavam realizando aquela entrevista, bem como pedimos o seu consentimento mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido - TCLE. Procuramos não ocupar muito o tempo das pescadoras, mas ocorreu muitas vezes da conversa se prolongar, nesses momentos sentimos a necessidade que elas tinham de serem ouvidas. A observação dos gestos e expressões faciais das entrevistadas foram cuidadosamente percebidos, o que ajudou a revelar parte do que não foi exposto por meio da fala.

Os registros fotográficos nos deram a imagem que capta os vários momentos da vida e do processo de trabalho dessas mulheres com a pesca do camarão. Nesse sentido, a fotografia se constituiu em um elemento importante na visualização do ambiente de várzea, da pesca do camarão e do trabalho das pescadoras. Dá visibilidade ao que parece invisível. Lourdes Furtado (2002) em seu livro *Iconografia da pesca* mostra por meio de imagens o trabalho das mulheres pescadoras.

Os dados colhidos serão organizados e analisados em sua individualidade e em conjunto, agrupando as respostas e estabelecendo um diálogo entre as mesmas e as teorias estudadas, lembrando o que diz Oliveira (1998, p. 19), “[...] somente a engenhosidade saberá promover a associação de coisas”.

Organizamos e sistematizamos os dados coletados e, depois procedermos à análise dos mesmos e escrita da dissertação propriamente dita. Sentimos a necessidade de retornarmos e retornamos mais algumas vezes a campo para esclarecermos algumas dúvidas ou colhermos alguma informação que julgamos pertinente para o trabalho.

O estudo bibliográfico foi realizado junto à biblioteca da UFAM, internet (site do Museu Paraense Emílio Goeldi, periódicos, sites que se relacionam com a questão da pesca, gênero, trabalho etc.). Para coleta dos dados primários, utilizamos a observação direta, entrevistas semiestruturadas, registros fotográficos, reuniões em grupo e o mapa mental, que foi usado para conhecermos a percepção das pescadoras sobre o espaço vivido⁵ por elas em seu cotidiano. Todo instrumental para coleta dos dados foram

⁵NOGUEIRA, Amélia R. B. o espaço vivido “é o dos homens, frequentado, visto e sentido por eles em toda sua condição de homens. Mas é sobretudo o espaço objetivo das relações e das vivências” Geografia das representações. Boletim Amazonense de Geografia, nº 2. Manaus, 1995.

escolhidos e elaborados em função dos objetivos propostos, observando as questões de ordem ética no momento da aplicação dos mesmos.

A pesca do camarão guarda uma relação direta com o ciclo das águas. As pescadoras consideram a vazante o melhor período para a pesca porque é a época em que há mais camarões nos lagos. Ao final da vazante, os lagos próximos as suas residências secam e o deslocamento para outros ambientes piscosos é difícil. No período da enchente a água vai subindo, trazendo sedimentos e renovando a área da ilha de várzea de Catispera e Brasília e, na cheia não há pesca devido à dificuldade de captura das espécies que saem dos lagos e se dispersam no rio Amazonas e seus afluentes.

No início do período da enchente, quando as águas do rio Amazonas começam a subir, é o momento da colheita das plantações de cultura de ciclo curto como a melancia, o milho, o feijão de corda, o tomate, o maxixe e outras que realizaram durante o período da vazante/seca, entre os meses de julho e agosto.

Na enchente é quando ocorre o Defeso⁶, nos meses de novembro a março de cada ano, nesta época, os pescadores e pescadoras artesanais que já possuem há um ano o Registro Geral de Pesca – RGP, a carteira de identidade e de trabalho do pescador artesanal, podem dar entrada no Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o requerimento para receberem o benefício da PSDPA, conhecido pelos pescadores brasileiros de defeso, benefício mensal de um salário mínimo que recebem durante o tempo em que a pesca estiver suspensa, de 15 de novembro a 15 de março. Mas para o camarão de água doce, não há defeso, não há manejo e nem acordo de pesca o que gera uma situação de risco ambiental e social.

Estruturamos a dissertação em quatro capítulos. No primeiro capítulo, *Atravessando o rio Amazonas: de Parintins a Catispera e Brasília*, descreveremos o ambiente. Narramos sobre o município de Parintins, descrevemos a ilha de várzea de Santo Antonio do Catispera e São Sebastião da Brasília, seus processos históricos de formação, o ecossistema de várzea e o modo de vida das pescadoras de camarão. Descrevemos sobre a concepção de comunidade vigente entre os moradores da área e a realidade existente. Embasamos-nos em Fraxe (2011), Heller (2008), Lima (2001), Noda (2007), Furtado (2002), Pereira (2007), Scherer (2013) entre outros autores.

⁶Defeso, forma popular usada em todos Brasil pelos pescadores artesanais. paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentes (Lei nº 11.959 de 22 de julho de 2009, art. 2º, inciso XIX)

No segundo capítulo, *A pesca e as pescadoras de camarão*, escrevemos sobre a pesca do camarão em Parintins, sua origem, as mulheres pescadoras de Catispera e Brasília, a identidade negada de pescadoras, a desinformação e o não acesso ao RGP. Destacamos as múltiplas atividades desenvolvidas por essas mulheres a partir das entrevistas realizadas, registros fotográficos e observações. Referenciamos-nos aos documentos oficiais do MPA, e na bibliografia e estudos já feitos por Furtado (1993), Alencar (1993), Maneshy (1995) Motta-Maués (1999), Scherer (2003, 2004, 2013) Arendt (2004), Fassarella (2007), dentre outros.

No terceiro capítulo, *A Pesca e o Ambiente: O Processo de Trabalho*, abordamos o processo de trabalho desenvolvido pelas mulheres na pesca do camarão, desde a preparação da isca até a conservação da espécie. Discutimos o direito das pescadoras de camarão a PSDPA e sua relação com o ciclo das águas. Destacamos a importância da PSDPA na vida do grupo familiar doméstico das pescadoras. Procuramos mostrar também a degradação dos ambientes pesqueiros e a omissão do poder público, bem como as consequências da pesca intensiva para os crustáceos e para as pescadoras.

No quarto capítulo, *A travessia da comercialização: de Catispera e Brasília ao mercado municipal de Parintins*, procuramos mostrar o trabalho realizado exclusivamente pelas mulheres na comercialização do camarão, a renda proveniente desse trabalho, as condições de trabalho e o descaso do poder público. Discutimos o dilema vivido pelas pescadoras entre a luta pela subsistência e a degradação ambiental.

Por fim, com a intenção de colaborarmos e nos inserirmos no debate sobre a mulher na pesca em ambiente pesqueiro amazônico, tecemos nossas considerações finais a respeito do estudo realizado.

Capítulo I

Atravessando o rio Amazonas: de Parintins a Catispera e Brasília

O rio Amazonas¹ é o maior rio do mundo com 6.992,06 quilômetros de extensão. Sua principal nascente está localizada ao sul do Peru, onde é possível fazer sua travessia a pé, situação esta impossível de acontecer no decorrer de seu trajeto, ou seja, da nascente até sua foz nas proximidades do oceano Atlântico, do qual largura entre suas margens chegam a medir 279 quilômetros. Por onde passa, o rio Amazonas vai deixando suas marcas, seja por meio das mudanças que ele próprio realiza na configuração de suas margens ou nas condições que vai impondo e caracterizando o modo de vida da população que habita historicamente o longo de sua calha. É por meio das águas e das *terras molhadas*² que a população ribeirinha, garante sua subsistência, pois é delas o provimento de alimentos e fonte de renda familiar.

Parintins é um dos sessenta e dois municípios que compõe o Estado do Amazonas, situado na mesorregião conhecida como Baixo Amazonas. A cidade é banhada pelo rio Amazonas e o município apresenta dois tipos de ecossistema, o de várzea e o de terra firme, com a presença de várias ilhas. É da água, da terra e da floresta que historicamente sua população retira grande parte dos seus alimentos.

Entre as várias atividades econômicas desenvolvidas no município de Parintins, nos chamou atenção à venda do camarão de água doce, realizada exclusivamente por mulheres no Mercado Municipal Leopoldo Amorim da Silva Neves. Estas trabalhadoras realizam a pesca do camarão, desde a preparação para a captura dos crustáceos até sua comercialização na sede municipal.

Essas pescadoras residem na margem esquerda do rio Amazonas em uma ilha de várzea nas comunidades denominadas São Sebastião da Brasília e Santo Antônio do Catispera. Pluriativas, elas realizam várias outras atividades produtivas além da pesca do camarão, tais como o cultivo da terra e a criação de animais de pequeno porte, sempre em paralelo com as atividades reprodutivas do cuidado com a casa, os filhos e o marido. Vivem em meio à água e a terra, acompanhando a dinâmica do movimento de subida e descida das

¹A afirmação é oriunda de dados científicos comprovados através de estudos realizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE.

²O termo *terras molhadas* é aqui utilizado para se referir as várzeas, que são “áreas periodicamente inundáveis por ciclo anuais regulares de rios de água branca, ricas em materiais suspensos e dissolvidos (que transportam grande quantidade de sedimentos), gerando alta fertilidade do solo.” (SURGIK, 2003, apud BENATTI, 2004, p. 7).

águas do rio Amazonas. Camaroeiras, pescadoras, pescadeiras, ribeirinhas, caboclas, amazônidas, são muitos os adjetivos a elas atribuídos.

Para conhecermos o cotidiano dessas mulheres trabalhadoras da pesca, atravessamos o rio Amazonas, fomos ao encontro delas em seu espaço vivido. Como bem destaca Heller (2008, p. 31), o cotidiano “é a vida de todo ser humano, nele externamos nossa capacidade intelectual, habilidades, sentimentos, ideias, ideologias e paixões, sendo a organização do trabalho e da vida privada, o lazer, a vida social e o intercâmbio as partes orgânicas dela”. Nesse sentido, o deslocamento ao local onde moram essas mulheres tornou-se imprescindível.

Nesse primeiro capítulo, descrevemos o espaço, o modo e condições de vida dessas mulheres bem como suas lidas no universo pesqueiro amazônico do qual fazem parte. Tal universo, como destaca Castro (1999), de fundamental importância na economia e reprodução social de vários grupos que habitam a região amazônica.

1.1.O município de Parintins: Folclore e Pesca

A cidade de Parintins³ é uma ilha, localiza-se ao norte do Brasil, entre águas e florestas, tornou-se conhecida nacionalmente por seu folclore popular. A cidade dos bois-bumbás (vermelho e azul) surpreende a todos com sua beleza e riquezas naturais.

O rio Amazonas é a principal via de acesso, escoamento e abastecimento da cidade, que se configura como um arquipélago, formada por várias ilhas de várzea e terra firme, o que lhe confere uma exuberante biodiversidade de fauna e flora.

A cidade está localizada à margem direita do rio Amazonas, distante 325 km em linha reta e 420 km por via fluvial de Manaus a capital amazonense. É o segundo município mais populoso do Estado com 102.033 habitantes (IBGE, 2010). Sua área rural é formada oficialmente por 192 comunidades (SEMPA, 2011), entre as quais muitas estão localizadas na Área de Proteção Ambiental - APA Nhamundá, esta ocupa 70% do território municipal.

As principais atividades econômicas circunscrevem ao comércio de serviços e produtos, a agropecuária e a pesca - entre as quais a do camarão - realizada predominantemente pelas mulheres moradoras das comunidades de São Sebastião da Brasília e Santo Antonio do Catispera⁴.

O modo de vida da população, pode-se dizer, é comum ao dos outros municípios do estado do Amazonas. Como nos demais convivem as relações de produção modernas, mas

³ O município faz divisa com os municípios de Nhamundá (ao norte), Barreirinha (ao sul) e Urucurituba (a oeste) e juntos formam a região do Baixo Amazonas. Ao leste, limita-se com o município paraense de Juruti.

⁴ Como fora dito, as localidades encontram-se à margem esquerda do rio Amazonas, em frente à sede municipal.

ainda há presença de relações de produção baseadas somente na troca. A fé, a religião, e as festas folclóricas são marcantes na vida da cidade. Devido o aumento populacional, o município vem apresentando vários problemas de ordem social e ambiental.

Apesar de ser o segundo município mais populoso depois de Manaus, a cidade não dispõe de saneamento básico. Sem esgoto, as águas sujas da cidade são canalizadas para o rio Amazonas, deste a população ribeirinha tira seu alimento e sustento para a família por meio da pesca. Os resíduos sólidos não são tratados adequadamente, tudo é depositado no lixão localizado na área urbana da cidade.

A saúde pública opera no atendimento básico de baixa e média complexidade com várias restrições. Todos os casos de alta complexidade são encaminhados para tratamento fora de domicílio. A educação é bastante promissora no município. O ensino básico é público e vem apresentando bons resultados nos exames nacionais de avaliação em larga escala. A cidade conta ainda com um Instituto Federal - IFAM, duas universidades públicas, uma federal e outra estadual, e três centros de estudos superiores da iniciativa privada⁵.

A prefeitura municipal trabalha em parceria com os governos estadual e federal e adotou programas sociais de transferência de renda, como o Bolsa Família, que além de movimentar a economia contribui para a melhoria da condição de vida da população local.

As questões socioambientais apresentadas são semelhantes à de muitos municípios da região amazônica, alguns em situações até mais críticas, como observa Loureiro (2002), pois na trajetória histórica da região amazônica, desde a chegada dos primeiros colonizadores, há muitas perdas e danos socioambientais. Neste sentido, ressalta Fraxe (2011), em relação ao ecossistema da várzea amazônica, apesar da dizimação de inúmeras espécies animais e vegetais há uma população que vive nesse ambiente de água e terra, no qual naquela assim como nesta representa a vida, pois é da água que eles tiram o sustento para a subsistência de suas famílias. É nesse ecossistema de várzea, na ilha de Brasília e Catispera, que residem e trabalham as pescadoras de camarão de Parintins.

É significativa a presença da Igreja Católica na formação das comunidades⁶ nas áreas rurais de Parintins. Entre as cento e noventa e duas oficialmente existentes, cento e trinta e

⁵ Estão presentes a Universidade Norte do Paraná (Unopar), Centro Universitário Claretianos (CEUCLAR) e Faculdade Kurios (FAK) com cursos de graduação MP sistema de educação à distância e pós-graduação lato sensu.

⁶ A palavra comunidade é um termo antigo e muito utilizado na área rural, foi bastante difundido pela igreja católica no Brasil por meio das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs nas décadas de 1960 e 1970 se reportando a ideia de vida em comum.

Como destaca em *Clarões de fé no Médio Amazonas* (1980, p. 311-312), Em Parintins, inicialmente um grande número de comunidades nasceu como Congregações Marianas de homens, que eram qualificados pela Prelazia do município. Hoje já existem mulheres na direção de muitas comunidades, como é o caso de Catispera e

duas recebem nome de algum santo católico em decorrência da ação da igreja católica na organização social e formalização⁷ dessas localidades. Desta forma, o termo comunidade, utilizado no decorrer do texto, será para se reportar a localidade estudada, pois a compreensão de comunidade postulada pelos moradores da área é um ideal, existente no imaginário social desejado. A comunidade real fala de si mesmo, mostrando seus conflitos e contradições, de acordo com Bauman (2003).

O trabalho de catequese realizado pelos padres da Prelazia de Parintins criaram oficialmente as comunidades com a implantação das capelas e de seus respectivos santos padroeiros. O termo utilizado após o nome do santo padroeiro se refere à localidade onde comunidade está situada e, geralmente é anterior ao trabalho de catequese da Igreja. Desse modo, a denominação das chamadas comunidades é decorrente de duas informações que possuem datas e momentos históricos diferenciados. O primeiro nome é o do santo padroeiro que marca o reconhecimento oficial do local, o segundo nome, bem mais antigo, refere-se ao termo dado por seus moradores para designar a localidade.

1. 2. Santo Antonio do Catispera

Segundo relatos do Sr. Vicente Pinheiro de Souza, a origem de Catispera ocorre com os portugueses⁸, que ao chegarem a Parintins, construíram suas residências em frente à sede do município, no lado esquerdo do rio Amazonas, às margens do lago do Cumprido⁹, mais tarde denominado Catispera.

O Sr. Vicente Pinheiro de Souza nasceu no Amazonas em 1950, veio com a família para Catispera ainda menino para tomar conta do terreno do Sr. José Rocha e trabalhar no plantio da juta. Em 1970 saiu de Catispera após o falecimento de uma irmã. Hoje, aos 63 anos de idade, aposentado, mora com a família na Gleba da Vila Amazônia há quatro anos.

Brasília, onde a primeira tem como presidente uma mulher, D. Maria Ofélia Martins Lima e a segunda tem como vice também uma mulher, D. Luzia, ambas pescadoras de camarão. Todas as comunidades católicas recebem orientações da paróquia a qual pertence e sua diretoria é composta de Presidente, vice, secretário e tesoureiro, que são reconhecidos em repartições públicas que tratam de assuntos de interesse da comunidade e se reúnem semanalmente, geralmente ao domingos após o culto, sendo eleita por dois anos, de acordo com o Estatuto emanado da Prelazia, organização esta em vigor até os dias atuais.

⁷ O único documento com registro da data de criação da comunidade de Santo Antonio do Catispera e de mais 72 (setenta e duas) comunidades rurais de Parintins encontra-se na obra *Clarões de fé no médio Amazonas*, publicado pela Prelazia de Parintins no seu jubileu de prata, no ano de 1980.

⁸ Os moradores mais antigos, que nasceram na localidade, são descendentes de portugueses, mas não sabem a história da vinda dos seus pais para Parintins mais precisamente.

⁹ Lago que fica localizado dentro da área que compreende a comunidade de Catispera.

“Era um lago permanente, de água preta e farto em sua biodiversidade, tendo várias espécies de peixes em abundância, principalmente o camarão” (entrevistas de campo, 2013).

As pessoas que não moravam na localidade, só tinham acesso ao lago no período da cheia, pois durante a vazante/seca, havia morros de terra que impediam o acesso ao mesmo.

Trabalha com agricultura, carvão e garera (caule de árvore oco que serve para fazer canteiro de couve, tomate, cebola etc.). “Não nasci em Catispera, mas me criei lá, as margens do Cumprido, até os 28 anos de idade, já havia muitos moradores, mas não havia a comunidade¹⁰, isso foi um trabalho que eu fiz e vai ficar na história, uma satisfação” (Pesquisa de Campo, 2013)

Catispera existe há mais de 80 anos, inicialmente, o nome do lugar fazia referencia ao lago do Cumprido. O nome Catispera foi dado por sugestão de Padre Augusto Gianola¹¹ ao observar que era comum entre os moradores da localidade se despedirem de parentes, amigos ou outros pescadores usando a expressão *cá te espera*, significando que eles estariam aguardando a visita deles na próxima cheia, uma vez que este era o único período do ano que as pessoas de fora da comunidade tinham acesso ao local.

De acordo com os registros documentais da Diocese de Parintins, oficialmente a comunidade de Santo Antonio do Catispera foi criada em 13 de agosto de 1968 (1980, p. 313). Para os moradores, o termo comunidade simboliza uma vida onde todos se ajudam, mediados pela fé em Deus e ensinamentos da Bíblia Sagrada, como lembra o Sr. Vicente Pinheiro de Souza.

Achei muito bonita a convivência entre os moradores do lago do Cumprido, era todo mundo unido, um ajudava o outro, tinham fé em Deus e viviam como em uma comunidade, mas faltava uma capela para ser uma comunidade de verdade, então solicitei do Pe. Augusto Gianola e do Pe. Pedro Vignola a construção de uma capela, que somente após a visita e autorização de D. Arcângelo Cerqua - Bispo Prelado de Parintins, foi construída, recebendo o nome de Santo Antonio, sugestão dada por mim, por achar santo Antônio, um santo muito animado e em 13 de agosto de 1968, a diocese de Parintins fundou a comunidade de Santo Antonio do Catispera (Pesquisa de Campo 2013).

O fato dos primeiros moradores fixarem suas residências às margens do lago do Cumprido mostra a importância que a água (recurso natural) tem para a vida dos povos habitantes da região amazônica como destaca Tocantins (2000, p. 276-278), “[...] o rio é gerador de fenômenos sociais [...] o rio e o homem, são os dois mais ativos agentes da geografia humana na Amazônia, estando sempre unidos [...] em uma associação quase

¹⁰ Para o Sr. Vicente Pinheiro de Souza o termo comunidade significa a presença da igreja católica e, simboliza a união entre as pessoas.

¹¹ Padre Augusto era da Prelazia de Parintins. Para muitos parintinenses é considerado o fundador e pai de várias comunidades ao longo da costa direita e esquerda do rio Amazonas, na região e entorno do município de Parintins. Era membro do Pontifício Instituto das Missões Exteriores (PIME), congregação religiosa fundadora e presente na Diocese de Parintins.

mística, onde a vida chega a ser até certo ponto uma dádiva do rio, e a água uma espécie de fiador dos destinos humanos”.

Historicamente os varzeiros tiram da água e da terra o alimento para sustento da família. Nas margens do lago do Cumprido os moradores extraíam sua alimentação e subsistência para toda a família. Da água capturavam o peixe e o camarão, quase que exclusivamente para o consumo, e da terra extraíam o sustento da família por meio do cultivo da juta. Mas como observa o Sr. Vicente Pinheiro de Souza, tudo mudou em relação ao lago do Cumprido.

[...] era um lago permanente, farto tinha de tudo que é peixe, principalmente o camarão. Os comunitários faziam uso do peixe e do camarão mais para consumo do que para a venda, pois todos ganhavam dinheiro para o sustento da família era com a cultura da juta, só fazendo a venda do peixe e/ou da plantaçoão se o dinheiro da juta acabasse antes do previsto. Nessa época, a para venda era feita somente pelos pescadores cadastrados na Colônia Z-17, o que só ocorria no período da cheia quando se tinha acesso ao lago.

Hoje está tudo muito diferente, o lago seca e qualquer pessoa tem acesso ao mesmo o ano todo, tanto na cheia como na vazante. Já não se tem mais peixes em fartura como antes, até o camarão está diminuindo (Pesquisa de Campo, 2013).

Pelas palavras do Sr. Vicente Pinheiro de Souza, podemos observar o destaque dado às mudanças ocorridas no ambiente de pesca, nos recursos naturais renováveis do lago – peixes e camarão - e na finalidade da pesca, que começou sendo exclusivamente para consumo e foi passando a ser para a venda. Essa modificação na finalidade da pesca aconteceu em decorrência da mudança da atividade produtiva principal, que antes era do cultivo da juta, o que não elimina de forma alguma as atividades complementares à renda familiar: a agricultura, a criação de gado e animais de pequeno porte.

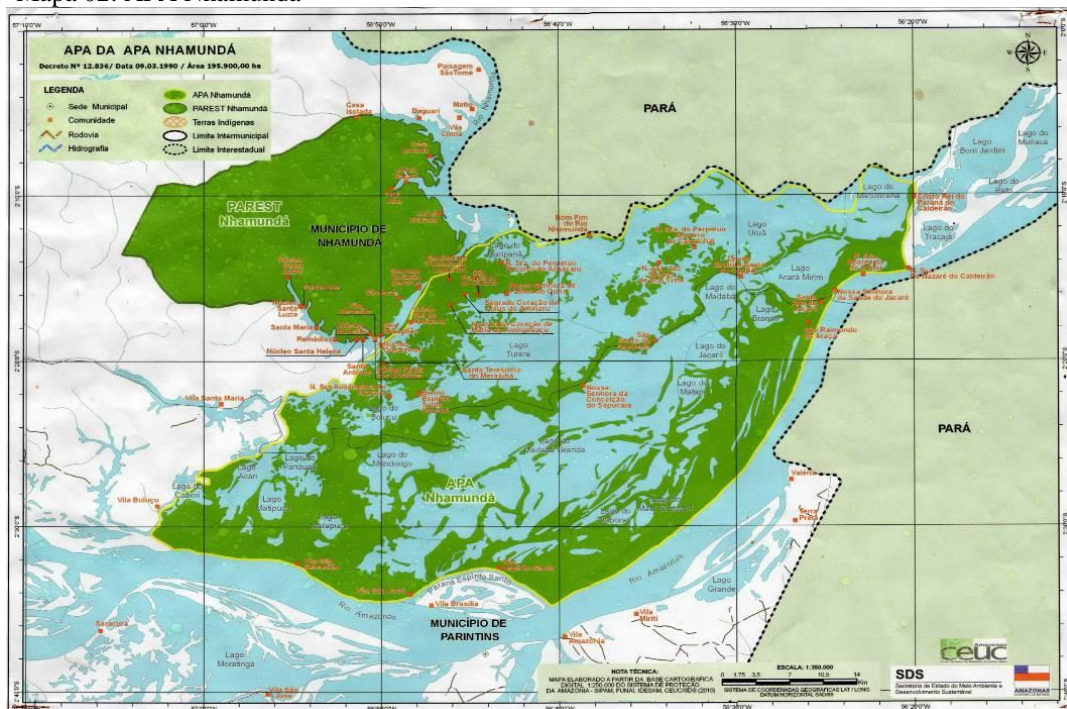
Como já citado anteriormente, a população rural é pluriativa, exerce mais de uma atividade produtiva, comumente em regime de economia familiar e em áreas de várzea, sempre em consonância ao ciclo das águas – enchente/cheia, vazante/seca – como a agricultura, a pesca e a criação de animais de pequeno porte. De acordo com o ciclo hidrológico e com o retorno financeiro, sempre há uma atividade produtiva que traz maior rendimento econômico para a família, a qual chamaremos de atividade produtiva principal.

Nos anos sessenta (60) a oitenta (80) a cultura da juta era a atividade produtiva principal do município de Parintins, se sobrepondo a todas as outras. Em 1990, com a introdução das fibras industrializadas, cultivo da malva e o fechamento da FABRILJUTA, essa atividade produtiva entra em decadência no município levando os moradores de Brasília e Catispera a buscarem outra atividade que lhes garantisse a subsistência do seu grupo

familiar doméstico, a pesca. Nessa época, os moradores de Catispera iniciam um processo de pesca artesanal voltado também para a comercialização e não mais somente para o consumo como era anteriormente. Dessa forma, a pesca artesanal torna-se a principal atividade produtiva da comunidade durante o período da vazante, que juntamente com a agricultura e a criação de animais de pequeno porte garantem a subsistência das famílias dos moradores da localidade. Nessa década de noventa (90) ocorre também a ampliação do número de balcões para cultivo de pequenas hortaliças e a criação de bovinos. Os bubalinos vieram posteriormente.

Catispera juntamente com Brasília são as únicas comunidades do lado esquerdo do rio Amazonas, com ecossistema de várzea, pertencentes ao município de Parintins que se encontram localizadas fora da APA Nhamundá¹² (Mapa 02), fato este que as desobriga formalmente de participarem do plano de gestão da APA, ficando essa decisão por conta das duas comunidades (Brasília e Catispera).

Mapa 02: APA Nhamundá



Fonte: CEUC, escritório de Parintins-AM, 2012.

¹² De acordo com a Lei Complementar nº 53, de 05 de junho de 2007, que institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC, art. 16, “APA é em geral uma área extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e bem estar das populações humanas, tendo como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.” Características e cuidados estes presentes e necessários a área de várzea que compreende as comunidades de Brasília e Catispera.

A APA Nhamundá foi criada em 1989, dispondo de um único funcionário no escritório do CEUC de Parintins para trabalhar com trinta e quatro (34) comunidades, perfazendo um total de mil e quatrocentas (1.400) famílias e com orçamento anual de no máximo R\$ 8.000,00 (oito mil reais). Há um acordo de pesca no complexo Macuricanã, criado em 2005 pelo IBAMA/PróVárzea, celebrado entre com os pescadores e as pescadoras das comunidades que compõe a APA Nhamundá e comunidades vizinhas, entre elas Brasília e Catispera, porém não há um trabalho de acompanhamento desse acordo, nem pelos pescadores, nem pelas entidades governamentais.

Atualmente as casas dos comunitários não se encontram mais localizadas à margem do lago do Cumprido, visto que esse lago deixou de ser abundante como outrora. Hoje os moradores fixam suas residências, a uma distância média da margem do rio Amazonas, devido o fenômeno das terras caídas e, deste captam água e alimento para garantir a subsistência de seu grupo familiar doméstico.

Das vinte e cinco famílias residentes em Catispera, somente oito são “proprietárias da terra”, as outras dezessete famílias vivem em terrenos cedidos por familiares ou são vaqueiros de pecuaristas de Parintins. Os títulos ou outros documentos reconhecidos em cartório que os moradores dispõem sobre o espaço de terra que ocupam na área de várzea, servem como prova de direito para a regularização fundiária junto a União via SPU. Cabe destacar que nenhum morador de Catispera e Brasília possui a CDRU. Desconhecem a existência desse tipo de documentação ao qual tem direito.

Quando precisam comprovar o local de moradia, seja em razão de inscrição em algum programa social ou para fins previdenciários, a problemática vem à tona, pois as instituições não aceitam a documentação que os moradores possuem por saberem da ilegalidade de seu valor em se tratando de uma área de várzea da União. Então o indivíduo que residiu à vida toda na comunidade precisa provar que é morador há anos da localidade por meio da certidão de batismo dos filhos expedida pela capela local, boletim escolar dos filhos emitido pela escola do lugar, assinatura no livro de atas das reuniões comunitárias e presença no culto dos domingos. Toda essa documentação é submetida ao aceite ou não do funcionário atendente da instituição ao qual o indivíduo venha a requerer algo (Pesquisa de Campo, 2013). Nesse sentido, o ser humano torna-se fragilizado e impotente perante a possibilidade de acesso aos seus direitos.

A propriedade da terra determina a relação do ocupante com o uso dos recursos naturais do ambiente. Os moradores de Catispera que trabalham para pecuaristas residentes na

sede do município realizam aquilo que lhes é conferido, mesmo sabendo dos danos ambientais decorrentes. Como o caso da criação de búfalos, onde os próprios vaqueiros percebem a degradação ambiental e prejuízos gerados aos pescadores, uma vez que os bubalinos comem a vegetação que serve de alimento aos peixes e camarões ocasionando uma diminuição dessas espécies nos pontos pesqueiros da localidade. Nesse sentido, o poder de propriedade é quem define a relação com os recursos naturais, mesmo este não sendo legal.

O Mapa Mental¹³ (figura 01) realizado pelas pescadoras de Catispera mostra a percepção que elas têm sobre seu espaço vivido. São representações das imagens adquiridas por elas no seu dia-a-dia, no seu espaço de vida. Como ressalta Nogueira (1995 p. 95) “é o resultado da percepção de um mundo simbólico, simbolicamente representados, que parte da realidade vivida por cada cidadão ou grupo de cidadãos”.

Como observa Tuan (1980), a percepção, as atitudes e os valores que os membros da comunidade têm em relação ao ambiente são construídas fortemente influenciadas pela cultura. Nesse sentido, as camaroeiras, ao representarem o lugar onde vivem, ao demonstrarem sua relação afetiva, de respeito e de temor com o mesmo, principalmente ao que concerne ao ambiente natural, mediado pelos valores, crenças e mitos socialmente constituídos por meio da cultura, bem como um forte sentimento de pertença pela localidade e, em especial pelos locais de pesca, trouxeram à tona o elo afetivo com o lugar, o qual Tuan (1980) define como sendo a topofilia.

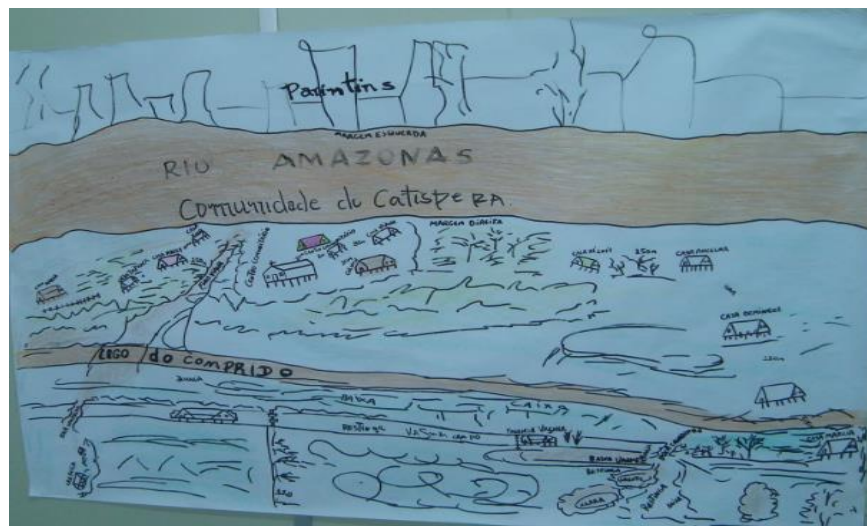


Figura 01: Mapa Mental de Catispera.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

¹³ São representações das imagens adquiridas pelos sujeitos no seu dia-a-dia, no seu espaço de vida. É entendido como “resultado da percepção de um mundo simbólico, são, portanto representados simbolicamente (...) são instrumentos simbólicos do real, de um mundo concreto que parte da realidade vivida por cada cidadão ou grupo de cidadãos” NOGUEIRA, Amélia R. B. Geografia das representações. Boletim amazonense de geografia, n° 2. Manaus, 1995 p. 95, 101.

No mapa mental, o rio Amazonas aparece imenso, imponente fazendo a separação e distanciamento da comunidade em relação à sede do município, esta por sua vez é representado em forma de prédios altos dando a impressão de um muro, uma barreira formada por edifícios, fazendo um contraste com a caracterização do espaço que representa a comunidade, esta se mostra aberto e amplo, com suas construções - casas, igreja e centro comunitário, todas de palafitas¹⁴, construídos numa distância de média a grande umas das outras.

Os furos, lagos, igarapés e restingas estão presentes no mapa, representam os pontos de pesca do camarão localizados dentro da área da comunidade. Tal fato gera entre as pescadoras um sentimento de pertença em relação ao ambiente pesqueiro. Relatam, “Não pescamos camarão fora da comunidade, o pessoal de fora é que vem pescar aqui. A maioria dos lagos é nosso” (Pesquisa de Campo, 2013). Esse sentimento de pertença é tão forte para elas, por isso, veem as outras pescadoras de camarão que não são da comunidade como intrusos. Uma pescadora relata, “só pescamos camarão aqui. Não vamos pescar em outros lugares que não são nossos. Eles é que vem pra nossa comunidade e não respeitam os nossos pontos de pesca” (Pesquisa de Campo, 2013).

As casas e a igreja foram desenhadas de costa para o rio Amazonas e para a sede municipal de Parintins, voltadas para a própria comunidade. Não desenharam a escola que há na comunidade. Todas as construções foram posicionadas de frente para o rio Amazonas e para a sede municipal. Quando questionados sobre o posicionamento das construções e ausência da escola no mapa, uma pescadora relatou que “nós moramos aqui, só vamos a Parintins quando precisamos e a escola fomos nós que construímos, é nossa” (Pesquisa de Campo, 2013). Percebemos que os moradores veem a sede municipal como o local da venda do camarão, onde também tentam resolver suas necessidades mínimas, como a compra de mantimentos, consultas médicas entre outras.

Em cada casa desenhada elas escreveram o nome dos moradores, que não são os “proprietários da terra¹⁵”, mas seus cuidadores e/ou vaqueiros dos donos das fazendas bovinas e bubalinas. No espaço entre as moradias, as pescadoras fizeram questão de registrar a extensão em metros de uma residência para outra, demonstrando terem noção prática de distância.

¹⁴ Palafitas são construções suspensas, feitas geralmente em cima de ripões de madeira, comumente utilizadas em áreas de várzea como uma estratégia de proteção da própria moradia, uma vez que no período da enchente/cheia, as terras ficam submersas e se a cheia for muito grande as casas podem ser completamente invadidas pelas águas, levando as famílias a se deslocarem para outros espaços nesse período.

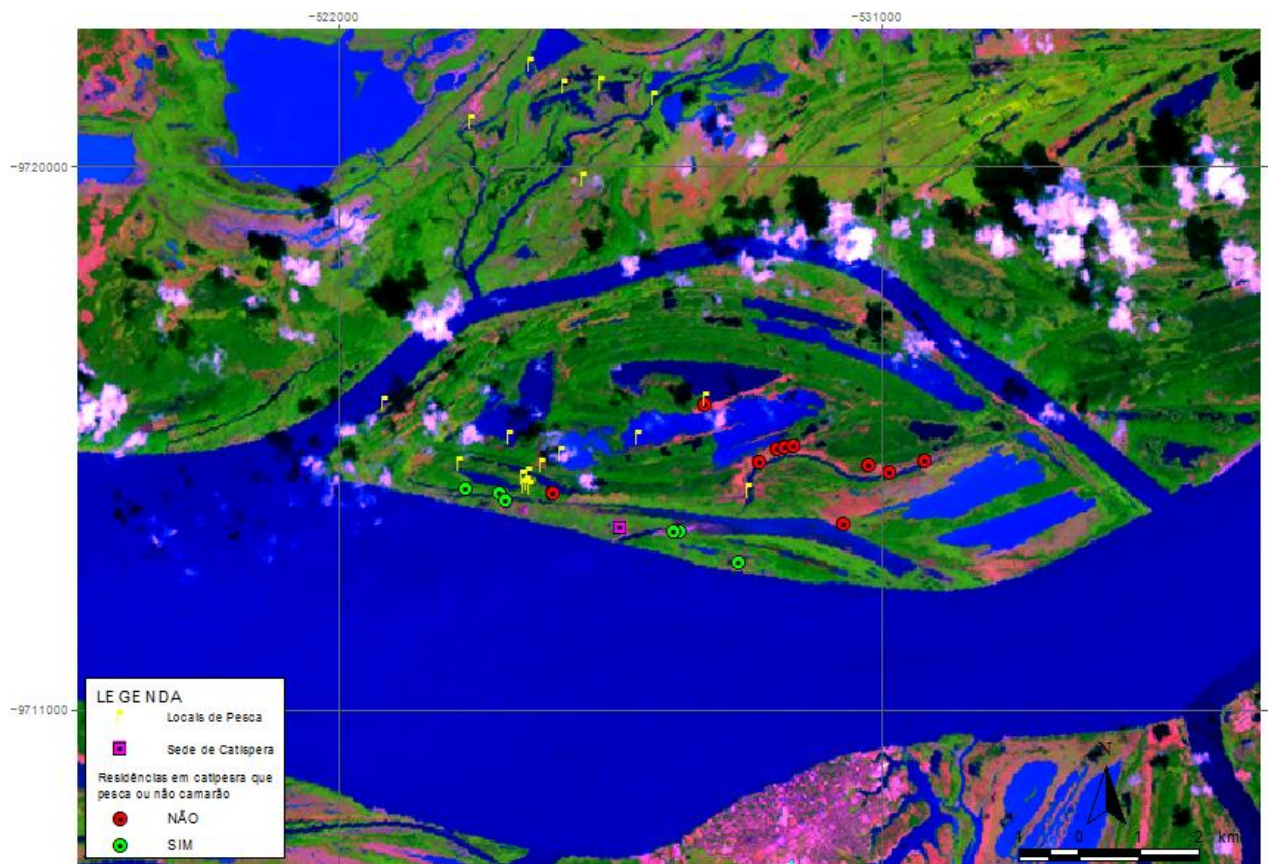
¹⁵ Colocamos os termos “proprietários da terra” entre aspas, por se tratar de área de várzea pertencente à União, onde do ponto de vista legal, as terras não podem ser propriedade privada.

1.3. Modo de vida

O modo de vida em Catispera é semelhante ao de outras comunidades da região amazônica, como os descritos por Fraxe, Pereira e Witkoski (2007, p. 8), onde a pesca apresenta-se como atividade econômica preponderante, revelando que a subsistência dessas populações depende dos ambientes aquáticos não somente como suporte de suas necessidades imediatas, mas constituem-se também enquanto espaços produtivos.

Ao observarmos o mapa de distribuição territorial e pontos de pesca de Catispera (mapa 03), percebemos a grande extensão territorial que compõe a comunidade, ocupando a maior parte da ilha de várzea, onde onze (11) dos dezoito (18) pontos de pesca do camarão ficam localizados dentro de sua área de abrangência e, somente um (01) fica localizado em Brasília e 06 (seis) no Complexo Macuricanã, na APA Nhamundá.

Mapa 03: Distribuição territorial e pontos de pesca de Catispera



Elaboração: Brychtn Ribeiro de Vasconcelos, 2013

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013 com a utilização de RGP

Na sede de Catispera (figura 02) fica localizada a casa provisória da professora que serve de bar nos finais de semana. O centro social comunitário que serve também de escola, feito de alvenaria coberta por telhas brasilite e sem paredes. Foi construída com recursos e

mão de obra da própria comunidade. A única professora é contratada pela prefeitura municipal de Parintins. A Igreja de Santo Antônio é de madeira, também coberta de telhas brasilite, bancos e uma mesa de madeira servem de altar. A imagem do Santo Antônio fica no altar e um sino ao fundo.



Figura 02: Sede de Catispera
Fonte: Pesquisa de Campo 2013

A religião predominante é a católica. Mas há várias crenças e mitos baseados no conhecimento tradicional repassado por seus antepassados como disseram várias pescadoras, “Nós somos todos católicos aqui, mas o Deus é um só, então tudo o que for para o nosso bem nós fazemos [...], evitamos sair por aí de canoa quando estamos de *regra* porque os botos sabem e vão bater na canoa para virar e ficar malinando da gente é perigoso podemos até morrer afogados” (Pesquisa de Campo, 2013).

A igreja de Santo Antônio do Catispera (figuras 03 e 04) está integrada na paróquia da Sé Catedral Diocesana de Nossa Senhora do Carmo, na sede municipal. Todos os domingos pela manhã há celebração da palavra de Deus na capela realizada por uma pessoa da própria comunidade, escolhida pelos comunitários com formação dada pela Diocese de Parintins. Após o término da celebração é realizada uma reunião entre os comunitários dirigida pela presidente da comunidade, D. Maria Ofélia Martins Lima, onde são repassadas informações, discutidos os problemas da vida comunitária com encaminhamentos de possíveis soluções. É também o momento em que planejam e organizam as festividades. Ao final da reunião, os presentes assinam um livro de ata e, geralmente, é realizado um bingo para angariar recursos financeiros.



Figura 03: Igreja de Stº Antônio/enchente
Fonte: Pesquisa de Campo 2013



Figura 04: Igreja de Stº Antônio/vazante
Fonte: Pesquisa de Campo 2013

Além dos cultos realizados aos domingos, há também a celebração de batizados, primeira comunhão, crisma e casamentos. Este último, ocorre nas festividades do santo padroeiro. Ao lembrar a festa de Santo Antônio, o Sr. Vicente Pinheiro de Souza faz um paralelo entre o passado e o presente, remontando a forma pela qual a mesma acontecia e os esforços da comunidade para sua realização.

A gente fazia a festa no dia de Santo Antônio. Como a terra ainda estava embaixo d'água, a gente fazia a festa em uma maromba¹⁶ feita com paus de mugambeira¹⁷, as tábuas eram tiradas no machado, não havia motosserra, todo mundo se unia, tinha jital exclusivo para despesas da festa. O objetivo da festa era ganhar um dinheiro para comprar as coisas necessárias para o Santo, toalha de mesa para o altar, bancos, mesa para a capela. Era uma festa animada, a gente fazia barquinhos para soltar no rio em homenagem ao Santo. Vinham pessoas de toda parte, até do Paraná do Espírito Santo. Hoje a festa é realizada em outra data. (Pesquisa de Campo, 2013).

A Prelazia de Parintins, no episcopado de Dom Arcangelo Cerqua¹⁸, ao instituir oficialmente a comunidade de Santo Antônio do Catispera (1968), deu a ela seu padrão organizativo e em parceria com o projeto RONDON e a Universidade do Estado da Guanabara – UEGB¹⁹, levavam serviços de saúde e orientação aos comunitários realizados por acadêmicos, professores e pesquisadores dos cursos de medicina, odontologia, pedagogia e agronomia. Sobre esses serviços, os moradores mais antigos lembram que, “fazíamos

¹⁶ O termo “maromba” é muito comum na área de várzea e refere-se à construção de um assoalho de madeira suspenso na água ou por cima de um assoalho já existe que se encontra alagado devido o período da cheia.

¹⁷ Mugambeira, também conhecida como mungubeira, é uma árvore comum na região de Parintins e sua madeira é aproveitada para a construção de casas, principalmente em áreas de várzea.

¹⁸ Primeiro bispo prelado e diocesano de Parintins (1961-1988). Era membro do Pontifício Instituto das Missões Exteriores (PIME) e foi Administrador Apostólico da Arquidiocese de Manaus (1984-1985).

¹⁹ Atualmente é denominado de Universidade Federal Fluminense (UFF) tendo sua sede na cidade de Niterói.

exames, aprendíamos como cuidar da plantação, os cuidados que devíamos ter com a higiene pessoal, dos alimentos, cuidavam de nossos dentes e até ajudavam na escola, hoje não tem mais nada disso. O pessoal do Rio de Janeiro não veio mais e a prefeitura de Parintins não oferece quase nada” (Pesquisa de Campo, 2013).

A ação catequese providenciava junto ao cartório municipal o registro de nascimento tanto das crianças como dos adultos. Ainda hoje, muitas famílias sentem saudade e lamentam a ausência de Dom Arcângelo Cerqua e do Pe. Augusto Gianola. Os moradores relatam que “Ele era muito bom. Brincalhão, nos ajudou muito, deixou muitas lembranças” (Pesquisa de campo, 2013).

O trabalho de catequese tornou Catispera reconhecida oficialmente para as instituições governamentais e não governamentais, além de ter desenvolvido várias ações sociais. Ultimamente as ações de catequese estão mais centradas nas atividades de evangelização. Porém, o trabalho realizado no passado em relação ao padrão organizativo da comunidade permanece até os dias atuais.

Atualmente, a presidenta da comunidade é D. Maria Ofélia Martins Lima, pescadora de camarão. Sua gestão é bastante ativa, pois tem buscado a participação dos comunitários para se organizarem e juntos cobrarem do poder público local e estadual solução para seus problemas históricos nas áreas de educação, saúde, transporte escolar, luz elétrica e outros. Ela nos disse que vão conseguir melhorar esta comunidade, mas precisam da ajuda da prefeitura e do governo. “Se não mudar as coisas por aqui, isso vai acabar, todo mundo vai embora. É difícil, as pessoas só querem o negócio pronto, na hora de ir lá para cobrar poucos aparecem, mas eu não vou desistir.” (Pesquisa de Campo, 2013)

O centro social comunitário de Catispera (figuras05 e 06) é um barracão pequeno, cedido pela própria comunidade à Secretaria Municipal de Educação – SEMED. É ali que funciona a Escola Municipal de Santo Antônio do Catispera. Sua infraestrutura é precária, construção de madeira, sem paredes, com assoalho necessitando de troca de tábuas já que todos os anos o mesmo fica submerso no período da enchente. Não dispõe de gerador de energia elétrica. Possui banheiro único anexo à escola, sem fossa (buraco negro). A água utilizada para merenda e consumida por alunos e professora é a coletada no rio Amazonas, tratada somente com o hipoclorito de sódio fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, por intermédio do agente de saúde comunitário.

O material pedagógico que o governo municipal envia não atende a necessidade local. A escola não participa do Programa do Governo Federal “Escola Ativa”, o qual possui metodologia e materiais pedagógicos voltados especificamente para a educação no campo.



Figura 05: Centro comunitário/escola/enchente
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.



Figura 06: Centro comunitário/escola/vazante
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Por não haver paredes, quando chove as aulas são suspensas. Além disso, a claridade da luz natural é refletida no quadro branco, o que vem gerando problemas de saúde na visão dos estudantes. Há poucos livros existentes e os materiais didáticos, como brinquedos, são levados para a escola e guardados diariamente em sacos plásticos e caixas de papelão no espaço atrás do altar da igreja de Santo Antônio para que fiquem protegidos da chuva e do sol. Como a escola não tem eletricidade, os alunos (as) não tem acesso aos materiais audiovisuais como filmes, desenhos e documentários.

Por se tratar de uma comunidade de várzea, o calendário escolar é diferenciado das escolas localizadas em terra firme. As aulas têm início em agosto quando a água baixa e termina no mês de maio, quando as águas voltam a subir. A escola funciona somente à tarde, com uma única turma. A sala é multisseriada, atendendo treze (13) alunos(as) na faixa etária de quatro (04) a onze (11) anos, compreendendo a Educação Infantil (pré-escola) e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5ºano). A merenda escolar é fornecida com verba do governo federal. Os produtos alimentícios que compõem o cardápio da dieta alimentar não são regionalizados e às vezes chegam a faltar (Pesquisa de Campo 2014).

Como dito anteriormente, a professora é contratada temporariamente pela SEMED. Sua formação não é em pedagogia, como determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394 de 1996. Ela vive na sede do município, contudo, passa a semana na comunidade. No período quando as aulas são suspensas recebe formação pela SEMED. Além de professora é responsável também pela limpeza e merenda escolar.

Todos os alunos (as) são da própria comunidade e vão para a escola caminhando ou de canoa ou rabeta, dependendo da localização de sua residência. As mulheres pescadoras entrevistadas se mostraram insatisfeitas com as condições de ensino e aprendizagem e com a omissão por parte dos gestores municipais.

A escola só existe porque a gente construiu o barracão e cedemos para ter aula aqui na comunidade, à escola é nossa. A prefeitura só promete que vai construir e até hoje nada. Quando falta merenda nós damos um jeito, ajudamos a professora no que é possível, mas as condições são poucas, é muita coisa para a professora sozinha. As crianças já estão com problemas de visão por causa do quadro branco, fica difícil estudar assim. Eles aprendem pouco, a leitura que fazem serve para o culto do domingo, parece que o ensino de antigamente era melhor, as crianças aprendiam mais. (Pesquisa de Campo, 2013)

Os alunos (as) que estão nos anos finais do Ensino Fundamental estudam na escola municipal da comunidade de Brasília, onde o ensino é ofertado somente no período da tarde. Eles vão e vem para casa por meio do transporte escolar, uma lancha alugada pela prefeitura de um morador local. Quem está no Ensino Médio, frequenta a escola estadual da comunidade do Paraná do Espírito Santo à noite, onde é ofertado o ensino médio tecnológico. Os que cursam o ensino superior se deslocam para a sede municipal.

As pescadoras se preocupam e desejam que seus filhos e suas filhas estudem, pois depositam na educação formal a esperança de uma vida melhor para eles, “Eu quero que meus filhos estudem, vou fazer todo o sacrifício que for preciso para isso. Não quero que eles passem pelo que eu e o pai deles passamos. Quem tem estudo ganha melhor e não precisa trabalhar no pesado como nós trabalhamos” (Pesquisa de Campo 2013).

É no espaço da sede comunitária que são realizadas as manifestações culturais. A principal delas é a festa do Santo Antônio, padroeiro da comunidade, como já citado anteriormente. Não tem data fixa para ser realizada. Geralmente acontece nos meses de novembro ou dezembro porque no dia 13 de junho, data litúrgica do santo, a comunidade ainda encontra-se com as terras submersas. Nessa festa são realizados bingos, torneios de futebol, desfile de bonecas vivas, leilão e uma procissão. O dinheiro arrecadado com a festa é gasto prioritariamente nas necessidades da capela.

As outras manifestações culturais que acontecem na comunidade são o Torneio de Futebol e Bingos, realizados para lazer e arrecadação de dinheiro em prol de alguma necessidade da comunidade e/ou para organizar a festa do Santo Antônio. A comunidade possui um time de futebol, formado por homens e mulheres, e realiza um torneio por ano, no qual participam times de comunidades vizinhas. As mulheres participam ativamente dos times de futebol.

A casa onde a professora mora (figura 07) é uma residência cedida pela comunidade e fica localizada ao lado da escola. Nos finais de semana, em que há promoção (palavra usada pelos comunitários para designar atividades culturais realizadas na comunidade como bingos, rifas e torneio de futebol), a mesma é utilizada como bar.



Figura 07: Casa da professora em Catispera
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

As casas existentes em Catispera ficam distantes umas das outras. Existem atualmente vinte e três (23) casas na comunidade e, vinte e cinco (25) famílias, sendo catorze (14) meninos e treze (13) meninas na faixa etária de um (01) a quinze (15) anos, sendo vinte e seis (26) homens e dezoito (18) mulheres na faixa etária de quinze (15) a setenta (70) anos, perfazendo um total de setenta e uma (71) pessoas (Pesquisa de Campo, 2013).

Todas as casas estão construídas em forma de palafitas, estratégia para escapar das águas do período da enchente, com paredes de madeira ou palha e cobertas com telhas tipo brasilite (figuras 08, 09 e 10), geralmente não possuem divisão no seu espaço interior e, quando possuem, é de uma a duas ou três divisões - cozinha/sala e quartos.



Figura 08: Moradia de Catispera
Fonte: Pesquisa de Campo 2013



Figura 09: Moradia de Catispera
Fonte: Pesquisa de Campo 2013



Figura 10: Moradia de Catispera
Fonte: Pesquisa de Campo 2013

As casas são construídas a uma distância média do rio. O cálculo é feito levando em consideração não só a proteção do risco de desabamento, mas também do caminho que terão de percorrer para pegar água do rio e levar para a casa e/ou que a bomba d'água, que alguns possuem, pode alcançar, principalmente no período da vazante/seca.

Os banheiros (figuras 11 e 12) de todas as casas são localizados do lado de fora, no quintal, feitos com paredes de madeira, cobertos com telhas brasilite e piso de madeira com um buraco ao meio. Não existe nenhum tipo de fossa, somente o buraco negro, atraindo vários tipos de insetos e vermes no período da vazante. Na época da enchente, o espaço físico do banheiro desaparece.



Figura 11: Banheiro/Catispera
Fonte: Pesquisa de Campo 2013



Figura 12: Banheiro/Catispera
Fonte: Pesquisa de Campo 2013

Os primeiros moradores eram descendentes de portugueses. Hoje, a maioria é da própria comunidade. O matrimônio com pessoas de outros municípios, como Maués ou outras comunidades de Parintins como o Maranhão, foram diversificando os laços de parentesco local.

Não há rede elétrica na comunidade. A energia que existe em algumas residências é fornecida por meio de gerador próprio. As famílias utilizam a eletricidade geralmente para assistirem televisão à noite e para uso de bomba d'água. Nenhuma casa possui freezer ou geladeira, a conservação da carne (figura 13) é feita por meio da salmoura e a do pescado (figuras 14 e 15), principal fonte de proteína e renda das famílias, é realizada igualmente por meio da salga ou amarrado vivo ao rio próximo ou na estrutura da própria casa.



Figura 13: Conservação da Carne/Salmoura
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.



Figura 14: Conservação do peixe/Salmoura
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.



Figura 15: Conservação do peixe
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

A falta de eletricidade influencia na capacidade produtiva das pescadoras de camarão, que não tendo como manter em funcionamento freezers para armazenamento dos crustáceos, uma vez que a capacidade dos geradores de energia que dispõem é insuficiente, não fazem estoque dos mesmos. Vêm na energia elétrica a possibilidade de continuarem seus estudos. Sobre isso, relatam:

Se tivesse luz elétrica, a escola poderia funcionar à noite e a gente poderia continuar nossos estudos com a Educação de Jovens e Adultos - EJA serviria para nós e para ajudarmos nossos filhos. É muito triste olhar para o outro lado do rio e ver tudo iluminado e nós aqui no escuro. Estamos esperando o programa Luz para Todos chegar. (Pesquisa de Campo 2013).

Os comunitários de Catispera, Brasília e outras onze (11) comunidades criaram um movimento próprio que resultou em uma reunião com o representante da região Norte do Programa Luz para Todos, do governo federal (figura 16), para iniciar o processo de implantação da rede elétrica nas comunidades, simbolizando a possibilidade de mudança e melhoria na qualidade de vida dessas pessoas.



Figura 16: Reunião sobre o “Luz para Todos”
Fonte: Pesquisa de Campo 2013

A água utilizada para todo o serviço da casa e consumo dos comunitários é captada por meio de baldes ou bomba d’água no rio Amazonas, tratada somente com o hipoclorito de sódio. Os comunitários atribuem o freqüente aparecimento de vômitos, diarréia e micose nas crianças à água consumida, “Antes nós podíamos beber e usar a água do rio porque era limpinha, hoje está muito diferente, suja, as crianças vivem com diarréia, vômito e coceira, a saúde só manda pra nós o hipoclorito, acho que não está mais dando jeito não” (Pesquisa de Campo 2013).

Como nas demais comunidades rurais no Amazonas, em Catispera não tem posto de saúde. Há uma agente de saúde que é moradora da própria comunidade, escolhida pelos moradores e contratada pelo município para realizar visitas duas vezes ao mês nas casas dos comunitários, prestando um serviço de orientação quanto aos cuidados que devem ter com a água, principalmente no período da enchente onde ocorre a maior incidência de diarreia e vômito nas crianças. Também orienta sobre a prevenção as Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST's, cuidados de higiene e entrega de um kit contendo hipoclorito, 05 dipironas e 05 pacotes de soro fisiológico (Pesquisa de Campo, 2013).

Os comunitários com doenças crônicas recorrem ao atendimento médico na sede do município. Todos os meses a agente de saúde trabalha um tema de saúde junto as família. Em dezembro de 2013, o assunto tratado foi câncer de colo de útero e de mama. Contudo, o atendimento a saúde é precário. As pescadoras relatam que quando conseguem fazer os exames, a demora dos resultados é constante. Algumas vezes leva um ano para serem entregues. Em casos de acidentes na comunidade, o município disponibiliza de uma ambulancha²⁰ para transportar o acidentado à sede municipal. Os comunitários relataram sua insatisfação com os serviços de saúde.

Se a gente adocece, temos que dá o nosso jeito para ir ao médico e quando vamos não somos atendidos no mesmo dia, temos que esperar. As crianças estão sempre com diarreia, vômito, coceiras. A água está muito suja, só o hipoclorito não dá jeito. A doença não espera e não temos como está atravessando o rio toda hora. Se acontecer algum acidente grave com a gente, nós mesmos que damos um jeito de ir para a cidade, se depender da ambulancha morremos. O telefone está sempre com defeito, vamos por conta própria, se não tivermos condições é o que Deus quiser (Pesquisa de Campo, 2013).

O uso de ervas medicinal já não é mais tão comum dentre os comunitários mais novos, estes estão incorporando cada vez mais o uso da dipirona no cotidiano. Não há mais parteiras na comunidade. As mulheres grávidas deslocam-se ao município para realizar o parto no hospital da cidade. Quanto a esta situação a moradora antiga da comunidade, relatou:

No tempo da minha mãe não era assim, eu mesmo tive meus filhos (doze) em casa, agora todo mundo vai para o hospital, ninguém mais quer ser parteira. Eu não gosto de hospital, acho que pegamos é doença lá e remédios eu mesmo procuro fazer em casa com minhas plantas, mas os meninos só querem a dipirona, eu lá gosto disso, faz é mal. Quando tive derrame fiquei boa foi com os remédios de casa, se dependesse dos médicos eu estava era toda torta, fiquei sem andar e olha como estou hoje (Pesquisa de Campo 2013).

²⁰ A ambulancha é uma lancha destinada a prestar serviço de transporte médico emergencial de pessoas acidentadas ou doentes graves que residem na área rural para a sede do município. Para que o serviço ocorra o comunitário precisa ligar para a Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA e requisitar o serviço.

A entrevistada aparentemente não apresenta nenhuma seqüela do acidente vascular cerebral – AVC do ponto de vista da locomoção, da fala, da memória e do raciocínio. De acordo com seu relato, podemos perceber que os conhecimentos e práticas tradicionais estão sendo deixadas de lado pelos mais novos dos quais cada vez mais vão incorporando hábitos e costumes que tradicionalmente não faziam parte da sua cultura; neste entendimento, para os mais antigos não significa um avanço e sim uma negação daquilo que eles conhecem e acreditam pela própria experiência de vida que lhes faz bem.

Os resíduos sólidos são queimados e os demais são levados para a sede do município em sacos plásticos pelos próprios comunitários ou são jogados diretamente no rio Amazonas. É comum, no período da vazante a realização da queimada do terreno para fazer o roçado.

O rádio é o meio de comunicação mais utilizado na comunidade tanto para receber quanto para transmitir informações. O serviço de telefonia móvel é o único existente no local, quase todos moradores possuem aparelho celular. Não existe nenhuma venda ou mercearia, tudo é comprado na sede do município, inclusive a farinha de mandioca, o café e o açúcar.

Das pequenas hortas cultivadas no quintal são retirados os temperos para o preparo das refeições. O peixe, principal fonte de proteína da família, é capturado nos lagos próximo a casa. No período da enchente, a plantação do cheiro-verde ocorre nos balcões suspensos (figura 17), feitos de casco ou canoas que não servem mais como transporte. Na vazante cultivam hortaliças e frutos de ciclo curto como o jerimum, a melancia, o melão, o quiabo, o milho e também o cheiro-verde.

Como se vê a agricultura é também uma importante fonte de renda para as famílias da comunidade, com menor rendimento do que o proveniente da pesca. Talvez, por isso, nenhum comunitário desenhou no mapa mental o plantio que realiza, nem registraram a criação de animais de pequeno e médio porte, que são geralmente criados para consumo próprio e para a venda em alguma situação de emergência ou para os fazendeiros locais.



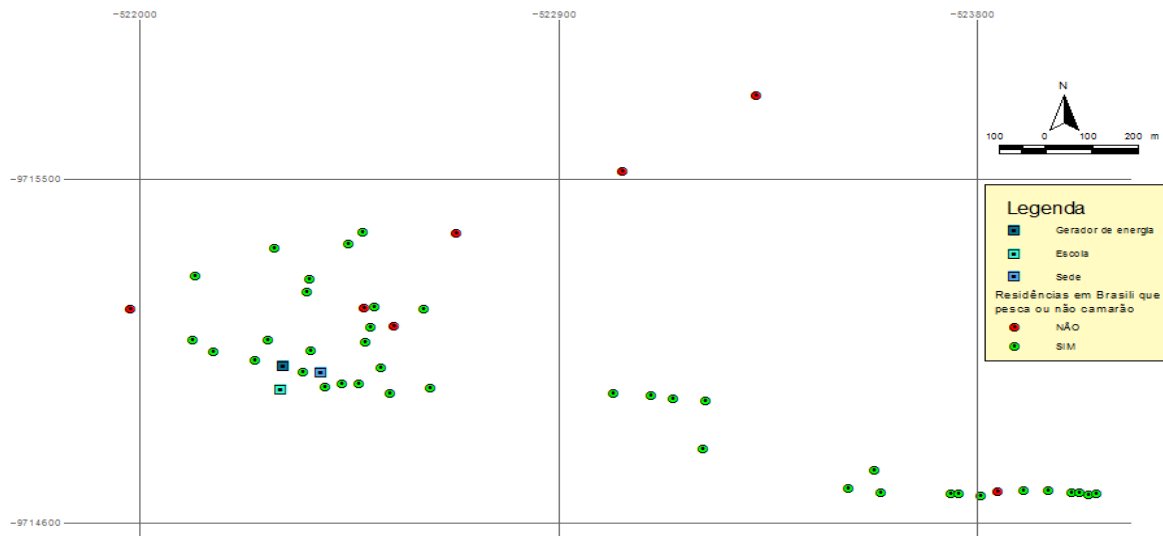
Figura 17: Balcão Suspenso
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Consideram importante estarem associados ao Sindpesca ou a Colônia Z-17 porque ficam esclarecidos sobre seus direitos, são orientados quanto a retirada do RGP, bem como sobre os procedimentos para darem entrada no pedido do PSDPA e quanto a outros benefícios sociais ao qual tem direitos como a aposentadoria, o auxílio doença e o auxílio maternidade entre outros.

A maioria dos pescadores associados a qualquer uma das duas entidades representativas da categoria são homens, não há nenhuma mulher pescadora de camarão de Catispera associada à Colônia Z – 17 e somente duas associadas ao SINDPESCA (Pesquisa de campo 2013).

1.4. São Sebastião da Brasília

A comunidade São Sebastião da Brasília está localizada na mesma área de várzea que Catispera, ao lado esquerdo do rio Amazonas, conforme pode ser visto no mapa 01 (p. 21). O espaço territorial de Brasília é pequeno se comparado ao de Catispera havendo somente um (01) ponto de pesca do camarão dentro dos limites da localidade, conforme pode ser observado no mapa 03 (p. 39). As residências ficam localizadas próximas umas das outras, como podemos verificar no mapa 04 abaixo.



Mapa 04: Mapa de distribuição das residências em Brasília
 Elaboração: Brychtn Ribeiro de Vasconcelos, 2013.
 Fonte: Pesquisa de Campo 2013.

Antigamente não havia divisão espacial da área entre as duas comunidades, a sede social comunitária era em Brasília. Devido a distancia e dificuldade de locomoção que os moradores de Catispera tinham de ir para Brasília, principalmente no período da enchente quando ficavam impossibilitados de sair do lago do Cumprido, resolveram dividir a área espacial entre as duas comunidades, ficando para Catispera a área correspondente ao lago do Cumprido e seus arredores, onde já havia moradores e para Brasília a área onde se concentrava seus comunitários.

A fundação de Brasília ocorreu em 28 de março de 1968 por meio da Prelazia de Parintins, cinco meses antes da oficialização de Catispera. O espaço de terra onde inicialmente foram fixadas as residências dos primeiros moradores já não existe mais em razão do fenômeno natural das terras caídas.

Os primeiros moradores eram descendentes de portugueses e deu o nome a localidade de Portugal por volta de 1922. Algum tempo depois o nome mudou para Igarapé das Ciganas por haver um grande número de aves dessa espécie. Em razão da paixão dos moradores pelo time de futebol comunitário que se chamava Nova União da Brasília mudaram novamente o nome, passando a se chamar Brasília. Posteriormente, a Diocese de Parintins oficializou o nome da comunidade como São Sebastião da Brasília, nome este que permanece até os dias atuais.

O fundador da comunidade foi o Sr. Osvaldino, morador mais antigo, neto de portugueses, que em razão da cegueira adquirida por meio de doença, mudou-se com sua

esposa e filhos mais novos para a Vila Amazônia por ser uma área de terra firme, portanto mais seguro para se locomover.

1.5. Modo de vida

Em Brasília, todos moradores têm relação de parentesco, formando uma comunidade de família extensa constituída por meio do matrimônio com pessoas da própria comunidade ou de outras localidades que vieram morar lá. Atualmente residem em Brasília sessenta e uma (61) famílias distribuídas em cinquenta (50) moradias. São duzentos e cinquenta e três (253) pessoas, sendo cento e trinta e nove (139) homens e cento e catorze (114) mulheres, destes, quarenta e cinco (45) meninos e quarenta e quatro (44) meninas até quinze anos de idade e, noventa e seis (96) homens e setenta e uma (71) mulheres de quinze (15) a sessenta (60) anos.

Menos da metade das famílias, dezenove (19) são “proprietárias da terra²¹”, as outras trinta e uma (31) moram em troca de trabalho para “proprietários” que residem na sede do município, geralmente pecuaristas que levam os bovinos e/ou bubalinos para pastarem na várzea no período da vazante.

As condições de eletricidade, tratamento da água, atendimento à saúde e destinação final para os resíduos sólidos são semelhantes as apresentadas em Catispera. O conhecimento tradicional de ervas medicinal ainda existe entre as pescadoras, mas é pouco utilizado. O uso da dipirona se tornou comum entre os comunitários. A sede comunitária de Brasília (figura 18) segue o mesmo padrão de Catispera, com a presença da igreja, do centro comunitário e da escola Municipal, localizados um ao lado do outro.



Figura 18: Sede de Brasília

Fonte: Pesquisa de Campo/ vazante-2012

²¹O termo “proprietário da terra” se referiu as famílias que residem desde a fundação da comunidade ou compraram a terra de terceiros, de posse de algum documento comprobatório. Como já esclarecido anteriormente, nenhum varzeiro tem título definitivo da terra, pois em se tratando de área de várzea pertencente à União, um bem público, cabe somente o termo de Concessão de Direito Real de Uso - CDRU expedido pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU.

A religião predominante é a católica. A igreja (figuras 19 e 20) é toda de madeira e o santo padroeiro é São Sebastião. Há uma celebração semanal, que eles denominam de culto, todos os domingos pela manhã com reunião comunitária após o mesmo. Nessa reunião, ocorre o repasse de informações, organização de eventos socioculturais, discussão de conflitos e encaminhamento de possíveis soluções. Todos participam e, ao final assinam o livro de atas que serve como documento comprobatório de moradia para fins diversos. A religião é o eixo em torno do qual a comunidade se reúne.



Figura 19: Igreja de Brasília/enchente
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.



Figura 20: Igreja de Brasília/vazante
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

A forma de organização comunitária em Brasília também segue o padrão estabelecido pela diocese de Parintins desde a sua oficialização. A associação não é registrada em cartório como pessoa jurídica. O presidente da comunidade é um pescador de camarão, Sr. Izoque Ribeiro Filho, neto de D. Ana Gomes que iniciou a pesca do camarão e a vice-presidente é D. Luzia Silva Gomes, pescadora de camarão desde criança.

A escola (figuras 21 e 22) é municipal, construída em 2008, recebendo o nome do santo padroeiro da comunidade, São Sebastião. Sua infraestrutura é toda de madeira, com cobertura de telhas Brasilit. Dispõe de quatro (04) salas de aula, uma (01) biblioteca formada com um pequeno acervo de livros disponibilizados pela SEMED, uma (01) secretaria/coordenadoria e uma (01) cozinha. Não há banheiro, nem refeitório. Os alunos (as) merendam no corredor da escola e para atender suas necessidades fisiológicas, a comunidade construiu um banheiro bem próximo.



Figura 21 – Escola de Brasília/vazante
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.



Figura 22 – Escola de Brasília/enchente
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Se comparada a escola de Catispera, a de Brasília possui melhores condições estruturais e de equipamentos, dispondo de um (01) computador, um (01) DVD, dois (02) aparelhos de TV, uma (01) caixa amplificadora, um (01) aparelho de som, uma (01) impressora multifuncional e ventiladores, porém esses equipamentos não são utilizados porque a escola não possui um motor de luz.

Por se tratar de uma área de várzea que passa por inundações periódicas no período da cheia, anualmente se faz necessário a troca de várias tábuas do assoalho e paredes que apodrecem com a água. A mão de obra empreendida é a dos próprios moradores, o município geralmente disponibiliza o material.

O calendário escolar é específico para as áreas de várzea, com o início das aulas em agosto e término em abril. Conforme a enchente, se for maior que a prevista, o término do ano letivo é antecipado para março. A escola funciona nos três turnos, oferecendo da Educação Infantil aos anos finais do Ensino Fundamental com a modalidade de Educação para Jovens e Adultos à noite. Todas as salas são multisseriadas. A clientela da escola é formada por crianças, jovens e adultos da própria comunidade e também de Catispera, que se deslocam

para a escola por meio do barco de transporte escolar, que realiza rota à tarde. À noite só há alunas da própria comunidade e o funcionamento da escola só é possível devido ao empréstimo de um motor de luz de uma comunitária que trabalha na própria escola. Todo mês a prefeitura municipal de Parintins disponibiliza uma cota de gasolina e de diesel. Quando acaba o combustível, os professores fazem uma cota e compram para o motor de luz poder funcionar.

Em 2014, o total de alunos e alunas matriculados foi de noventa e seis (96), distribuídos nos três turnos conforme podemos observar na tabela 01.

SALAS	TURNOS/ENSINO OFERTADO		
	MATUTINO	VESPERTINO	NOTURNO
	ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL.	ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	EJA
01	Maternal, 1º e 2º períodos.	6º e 7º anos	2º e 3º anos
02	4º e 5º anos	8º e 9º anos	-
03	1º 2º e 3º anos	-	-
04	-	-	-

Tabela 01: Oferta de ensino por turno/Brasília: PIN-AM
Fonte: Pesquisa de Campo, 2014

Os recursos humanos são formados por quatro (04) professores, um (01) serviços gerais e um (01) vigia. Dos quatro (04) professores, três (03) são da sede do município e um (01) é da comunidade; o vigia e a serviços gerais são moradores de Brasília. Todos servidores são contratados em regime de serviços prestados pela prefeitura municipal de Parintins. A responsável pelos Serviços Gerais também possui ensino médio, realiza a limpeza da escola e prepara a merenda. Todos os professores possuem curso de nível superior e atuam em diversas séries, conforme pode ser observado na tabela 02.

PROFESSORES	FORMAÇÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO	PROCEDENCIA DOS/AS ALUNOS(AS)
01	História	4º e 5º ano e Coordenação da Escola	Brasília e Catispera
02	História		Brasília e Catispera
03	Química		Brasília e Catispera
04	Normal Superior	Educação de Jovens e Adultos	04 alunas - pescadoras de camarão.

Tabela 02: Formação dos professores por área de atuação e procedência dos/as alunos(as) de Brasília
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

A prefeitura municipal de Parintins compra a merenda escolar com verba proveniente do governo federal, por meio do Programa Nacional de Merenda Escolar – PNM. A prefeitura recebe o recurso e os alimentos são comprados por meio de pregão próprio. Há quatro (04)

pregões anuais para atender trimestralmente as escolas tanto da zona urbana como da zona rural. Na SEMED há um setor específico para compra, seleção, armazenamento e distribuição da merenda escolar que trabalha paralelo com a supervisão do Conselho Municipal de Merenda Escolar. Quando é necessário conservar algum gênero alimentício da merenda escolar por meio do frio, este é feito no isopor com gelo cedido pelos comunitários ou comprado pelos professores.

O currículo escolar é acrescido com conteúdos referentes aos aspectos, sociais, culturais e históricos da comunidade. Os valores culturais locais, as lendas, os mitos e as tradições são reforçados e o conhecimento local é a base para mediação com o conhecimento científico. Segundo o coordenador da escola,

a aprendizagem é boa, o índice de reprovação é baixo e a evasão na EJA ocorre por causa da rotina exaustiva que os adultos tem com o trabalho na pesca, na agricultura e em outras atividades. Nossos principais problemas é a falta de energia elétrica, não temos motor próprio, mas com a chegada do *Luz para Todos* vai melhorar; a estrutura da escola que todo ano é abalada, está precária pela enchente.

Mesmo com todas as dificuldades nós trabalhamos e cumprimos o currículo. Nosso trabalho só não é melhor por causa da realidade que enfrentamos, mas isso não é desculpa, fazemos a nossa parte! (Pesquisa de Campo, 2013).

As atividades culturais e recreativas são realizadas no centro comunitário (figura 23) e estão fortemente ligadas à religião, ao futebol e a pesca do camarão, com a realização da festa do santo padroeiro – São Sebastião, festa de São Sebastião do Mastro, festa do camarão e torneio de futebol que são realizados uma vez ao ano com data incerta, de acordo com o período da vazante. As festividades são importantes momentos de socialização. Nesses eventos, todas as promoções realizadas como bingos, rifas, desfiles de boneca viva e outras, tem o objetivo de arrecadar fundos a serem investidos nas prioridades estabelecidas em reunião preparatória aos festejos.



Figura 23: Centro Comunitário de Brasília
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

Além dos eventos festivos cada família realiza seu próprio lazer, tendo como preferência o futebol, jogado também pelas mulheres que formam times juntamente com seus maridos e filhos, sem separação por gênero. Geralmente esses jogos acontecem aos domingos e feriados com a participação de quase todos os moradores. Os meios de comunicação mais utilizados para receber notícias e repassar informações são o rádio e o telefone celular. A televisão só é vista geralmente à noite por meio de gerador próprio.

Capítulo II

A pesca e as pescadoras de camarão

2.1. A pesca do camarão

O registro oral do início da prática da pesca do camarão em Parintins, feito pelos atuais e antigos moradores, ocorreu na comunidade de Santo Antônio do Catispera, por uma jovem de catorze (14) anos, parintinense de ascendência portuguesa, D. Ana Gomes Lima (figura 24). Nascida em 1945 na comunidade de Brasília, D. Ana Gomes Lima mudou-se para Catispera quando casou em 1959, aos catorze (14) anos de idade, com o Sr. José Simas Lima.



Figura 24: D. Ana Gomes Lima
Fonte: Pesquisa de Campo 2013

É mãe de 14 (catorze) filhos, teve o primeiro aos 15 (quinze) e o último aos 45 (quarenta e cinco) anos. Sobre o casamento, os filhos e a pesca, D. Ana Gomes Lima relata, “Tive que mentir minha idade para casar. Eu tinha 14 anos, mas disse que tinha 17 anos. Sempre fui mais adiantada que o meu marido. Filho nenhum nunca me empatou de nada, pescava até barriguda” (Pesquisa de Campo 2013).

Pescadora desde menina, em Catispera, D. Ana Gomes Lima percebeu que ao tratar os peixes na beira do rio os camarões se aproximavam, “Quando jogava o bucho dos peixes, sentia os camarões roendo os meus pés. O pitiú¹ os atrai”. Então ela teve a idéia de pescá-los, primeiro para consumo próprio e depois a comercialização. Dessa forma teve início a pesca do camarão em Parintins.

¹Pitiú significa odor/cheiro forte, marcante, característico de alguns tipos de alimento.

Inicialmente, D. Ana Gomes Lima utilizou um paneiro como apetrecho de captura. O mesmo era mergulhado na água, depois a isca, peixe cozido com bucho e misturado com farinha, era jogada. Quando os camarões estavam comendo a isca, o paneiro era retirado da água, mas como as frestas do mesmo são pequenas, a água escoava muito lentamente, tornando-o muito pesado, o que exigia muita força para suspendê-lo. Por esta razão, D. Ana Gomes Lima inventou um segundo apetrecho para capturar o camarão: cortou um pedaço de tanga de rede² em forma de quadrado, pegou dois pedaços de paus flutuantes, cruzou os mesmos em forma de “X” e amarrou o pano nas suas extremidades, formando uma espécie de saco vazado.

Este apetrecho ficou bem mais leve do que primeiro para ser retirado da água, mas como o pano da tanga de rede era muito fechado, quando o apetrecho era retirado do lago, a água vazava mais pelas laterais do que pelo fundo, fazendo com que muitos camarões fossem juntos. Persistente, D. Ana Gomes Lima foi melhorando o segundo apetrecho. Primeiro trocou o pano da rede pela estopa que é mais vazada. Depois foi desfiando a estopa até chegar ao ponto em que suas frestas ficassem de um tamanho que ao mesmo tempo permitisse um vazamento maior de água, impedisse os camarões de sair. Esse apetrecho é feito e usado até hoje na pesca do camarão em Parintins e recebe o nome de camaroeira (figura 25).



Figura 25: Camaroeira
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

O preparo do camarão para ser consumido pelo grupo doméstico e ser vendido era feito por meio do cozimento com sal. D. Ana Gomes Lima observou que havia a necessidade de lavar o mesmo logo após a pesca, foi então que começou a levar para os locais de captura do crustáceo um saco vazado (de transportar cebolas) onde os mesmos eram depositados dentro e no final da pescaria eram lavados nas águas do rio.

² É o pano da rede de balanço sem os punhos.

Com o tempo D. Ana Gomes Lima foi identificando que o melhor horário para a pesca do camarão era à noite ou no final da tarde e, que os locais onde há garças e pemembeca (planta aquática comum na área de várzea), a incidência de camarões era maior e que o barulho e a luz da lanterna afugenta os mesmos, “Quem é pescadeira conhece! Sabe onde dá e onde não dá camarão” (Pesquisa de Campo, 2013). Todos esses conhecimentos que ela foi construindo, fruto de suas observações e experiências, foram repassados de uma geração para a outra por meio da oralidade, transformando-se em uma tradição, fazendo parte da cultura e do modo de vida da comunidade.

Além de iniciar a pesca do camarão em Parintins e criar seus apetrechos, D. Ana Gomes Lima teve a ideia de vendê-los na sede do município, na rampa ao lado do mercado municipal Leopoldo Amorim da Silva Neves (figura 26). Esta experiência foi positiva gerando um aumento na renda familiar. Trouxe também melhorias na qualidade de vida. “Com o camarão nossa vida melhorou, compramos casco, motor e até máquina³ só com o dinheiro da venda do camarão. Eu rezo até hoje para chegar à época do camarão, todo dia temos dinheiro” (Pesquisa de Campo, 2013).



Figura 26: Rampa lateral do Mercado Leopoldo Neves
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

Por outro lado, D. Ana Gomes Lima também destacou os desafios do trabalho, “[...] é muito perigoso à pesca, eu e meu filho Matheus, na época com nove (09) anos, fomos quase pegos por uma cobra sucuriju na boca do Cumprido⁴. Foi um milagre termos escapado, Deus sempre me ajudou, desde o meu nascimento, até de hemorragia pega por arraia eu já me livrei.” (Pesquisa de Campo, 2013).

³ Mais potente que a rabeta, conduz embarcações médias, conhecidas como bajara.

⁴ Entrada para o lago do Cumprido, também conhecido como Cumpridinho.

Atualmente, aos sessenta e nove (69) anos de idade D. Ana Gomes Lima mora com seu marido na gleba da vila Amazônia, área de terra firme localizada ao lado direito do rio Amazonas. Ainda pesca camarão. “Pescar camarão diverte a gente, amolece os ossos. Se fico sem pescar adoço” (Pesquisa de Campo, 2013). No entanto, deixou de vender ao lado do Mercado Municipal Leopoldo Peres, como antigamente. No momento, ela e um neto comercializam o crustáceo na calçada da feira do Bagaço no bairro Francesa⁵.

D. Ana já está experimentando um novo tipo de isca, osso de gado triturado. Sobre a pesca na terra firme, D. Ana comenta, “A Vila não é como nos lagos do Catispera, aqui dá pouco camarão”. Em Catispera há muitos lagos de pesca. “Começava a pescar em junho no lago do Treme, era tanto camarão que a camaroeira sentava⁶ e terminava em setembro. Até em fevereiro já pesquei camarão na boca do Bom Sucesso, na entrada do complexo Macuricanã. Não há proibição para o camarão” (Pesquisa de Campo, 2013).

A pesca do camarão se expandiu em Parintins e tornou-se a principal atividade econômica realizada por maioria de mulheres residentes nas comunidades de Brasília e Catispera, onde há vários parentes da D. Ana Gomes Lima, que ao lembrar como tudo começou, destaca:

Deus me deu esse dom, a pesca do camarão foi meu garimpo, Deus me mostrou. Foi um ramo que deixei para a família, para todos ganharem dinheiro. Não há segredos, todos têm necessidades, nunca fui ambiciosa, sempre ensinei o que aprendi. Eu pescava, eu cozinhava, eu vendia. Meu marido só pilotava a canoa para mim, caiu na água várias vezes. Mais do que trabalho, a pesca do camarão é um modo de vida da gente (Pesquisa de Campo, 2013).

Até os dias atuais, em diversos lugares de Parintins onde há a pesca do camarão são usados os mesmos apetrechos (figura 27). Os conhecimentos de D. Ana Gomes que foram construídos por meio da observação, percepção e persistência são transmitidos até os dias atuais a quem pesca camarão. “Ninguém acreditava em mim, diziam que eu estava ficando maluca, que não ia dá certo. Deu certo.”(Pesquisa de Campo, 2013).

⁵ É uma área que fica localizada no final da Avenida Amazonas, na sede de Parintins.

⁶ Nesse contexto a palavra “sentava” quer dizer que a camaroeira ia ao chão do fundo do lago em decorrência do peso formado pela grande quantidade de camarão que entrava nela.



Figura 27: D. Ana e apetrechos de pesca
Fonte: Pesquisa de Campo 2013

No município de Parintins, há vários pontos de pesca do camarão, porém em Catispera sua incidência é maior, há vários lagos pesqueiros na comunidade onde encontramos os crustáceos no período da vazante. Dessa forma, Catispera é o lugar propício para a pesca do camarão, realizada prioritariamente pelas mulheres tanto de Catispera como de Brasília.

2.2. As camaroeiras de Catispera

Das trinta e uma (31) mulheres que moram em Catispera, quinze (15) são maiores de idade. Dessas, 08 são declaradamente pescadoras de camarão. Durante as entrevistas elas nos informaram que algumas não se autoidentificam como pescadoras de camarão por temerem que seus maridos percam o defeso, ou seja, o PSDPA. Relatam:

Se a gente falar que é pescadora nosso marido vai perder o defeso porque ele já é pescador com carteira (RGP). Não pode a mulher e o marido ter a carteira de pescador. Só pode um por causa do defeso. Se nosso marido recebe o defeso, nós não podemos receber se não ele perde e nenhum dos dois recebe. Não somos pescadoras, só vamos pescar uma vez ou outra, quando a gente vai, pega pouco camarão (Pesquisa de Campo 2013).

Percebemos nas narrativas das pescadoras a falta de conhecimento sobre seus direitos e o medo da perda da renda proveniente do PSDPA, uma vez que este é o que garante a subsistência da família no período da enchente, época em que as trabalhadoras ficam impossibilitadas de pescar camarão por causa do ciclo hidrológico e seus maridos em razão do PSDPA. Diante da desinformação, as trabalhadoras negam a sua identidade de pescadoras,

dando ênfase ao fato do marido já ser pescador e a pouca ou eventual pesca que realizam do camarão.

É importante observarmos que as pescadoras de camarão são casadas com pescadores. Estes por sua vez são associados à Colônia de Pescadores Z-17 ou Sindpesca, possuem RGP e tem seus direitos assegurados. As esposas pescam camarão e trabalham coletivamente na pesca de outras espécies e, também confeccionam ou fazem concertos nos apetrechos de pesca, tratam do pescado ou os capturam.

De acordo com a lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009 (seção II. Art. 4º, parágrafo único), são consideradas atividades pesqueiras artesanais “os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal”. Isto significa dizer que as aquelas mulheres que não se autoidentificam como pescadoras, são legitimamente pescadoras. A lei nº 10.779 (25/11/2003) que dispõe sobre o PSDPA, diz no seu art. 1º que farão jus ao benefício, “O pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar [...]”, entendendo a própria Lei (art. 1º, parágrafo 1º), por regime de economia familiar “o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados”. Essas mulheres têm, portanto direito a PSDPA, independente de capturarem o pescado ou não.

A falta de informação predomina entre elas. Imaginam que não podem por em risco a perda do benefício do marido que garante a subsistência da família na época do defeso. Nem as entidades representativas da categoria e nem o poder público esclarecem-nas sobre seus direitos. Em decorrência, permanecem à margem da seguridade social.

As pescadoras são na maioria jovens. Possuem a pele queimada pelo sol e os olhos quase sempre avermelhados. “Minha pele já está curtida pelo sol, nem sinto mais ela queimar. Os olhos não têm jeito, quem é da pesca é assim, fica com problema por causa do reflexo da água” (Pesquisa de Campo, 2013). É possível perceber nas falas dessas mulheres que não há nenhum cuidado com a saúde e que consideram normais os problemas adquiridos com o trabalho de pesca. Demonstra, também o descaso por parte das organizações representativas e um processo de naturalização de doenças que poderiam ser evitadas com um trabalho preventivo junto a essas trabalhadoras. As entidades representativas da categoria são omissas, da mesma forma o poder público por meio das Secretarias Municipais de Saúde e de representação do MPA.

Casaram no início de sua juventude, entre os catorzes e os dezoito anos. Têm de dois a dez filhos (as). Não fazem uso de contraceptivos convencionais, aquelas com número maior de filhos, atribuem tal fato a vontade divina. Umás nasceram na comunidade e outras vieram morar em Catispera após casamento.

Em se tratando de uma área de várzea, no período da enchente (figura 28), vivem sobre as águas e garantem o sustento da família, principalmente com a renda proveniente dos programas do governo federal, o PSDPA e o PBF. No período da vazante, vivem sobre as terras e as águas e o sustento da família é proveniente do fruto do trabalho na pesca e pequenas plantações, bem como da transferência de renda proveniente do PBF.



Figura 28 – Enchente em Catispera
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

As pescadoras de camarão gostam de morar na várzea, especialmente no período da vazante porque é o tempo da pesca, do roçado, das caminhadas, da fartura do principal alimento da família que é o peixe. Também é quando o rendimento financeiro familiar melhora, principalmente com a venda do camarão. No período da cheia, todas temem a vida na várzea devido à incidência e riscos de doenças, inundação e desabamento de suas residências e ataque de animais peçonhentos dentre outros, como podemos observar nas palavras das pescadoras:

Morar na várzea é bom. É o mesmo que viver na maré, aqui a gente pesca, ara a terra para o plantio da melancia, do jerimum, do milho, da macaxeira. Queria ter uma casa em terra firme, mas só para o período da cheia. Na cheia é ruim, a gente fica

isolado, tem o perigo das águas, de afogamento, de animais como a cobra e o jacaré. Às vezes perdemos até a nossa casa (Pesquisa de Campo, 2013).

Todos os anos, no período da cheia, se observam a falta de política pública para a população rural como destaca Scherer (2004), essa população foi esquecida no ideário e nos projetos de desenvolvimento para a região. Há poucos programas governamentais voltados para as áreas de várzea. Em geral, quando a enchente é grande, decreta-se estado de calamidade pública. Apela-se ao governo federal que transfere recursos ao governo municipal que repassa em forma de ajuda de custo, rancho e tábuas para os moradores das terras submersas.

A ausência de uma política pública de caráter efetivo e permanente para prevenir as situações de calamidade pública nas terras de várzea faz com que todos os anos sejam gastos dos cofres públicos federais, recursos que poderiam ser direcionados para melhoria da saúde, da educação, da segurança e da habitação desses segmentos rurais que vivem sem acesso a esses serviços sociais básicos.

Por outro lado, no período final da vazante, há dificuldade de acesso a água, pois a distância da margem do rio Amazonas para as residências torna-se longa. Além de não ter embarcação para realizar o transporte dos comunitários devido a dificuldade de mobilidade. O peixe fica escasso e os locais de pesca ficam distantes.

O cotidiano das camaroeiras é ativo e pluriativo. Dormem e acordam cedo. Geralmente às cinco da manhã estão despertas, cuidam das tarefas da casa, dos filhos e do marido. Consertam e tecem malhadeiras. São as responsáveis pela pesca e venda do camarão. Os maridos as acompanham. Consideram a vida entre os comunitários como boa e harmoniosa, com amizade e união. O principal momento de interação é aos domingos após a celebração do culto na igreja de Santo Antônio de Catispera, quando conversam sobre suas vidas e os problemas que estão passando. Reclamam da falta de atenção por parte do governo municipal e estadual, principalmente no que diz respeito à construção da escola, que já é promessa de longas datas, mas até agora nada foi feito.

O governo federal é a única esfera governamental que as pescadoras reconhecem como atuante na comunidade, pois por meio do Programa Bolsa Família – PBF trouxe objetivamente melhoria para as condições de vida de suas famílias. O valor que recebem, varia de R\$ 134,00 a R\$ 400,00, esse dinheiro é gasto em alimentação, calçado, roupas, remédios e com prioridade na educação dos filhos e filhas, comprando material escolar e fardamento. Esta situação acaba sendo uma contradição uma vez que a escola que os filhos e filhas frequentam é pública, tendo esta o dever de fornecer tanto o fardamento quanto o

material escolar, uma vez que há dotação orçamentária específica para este fim. Como elas mesmas destacam, “Agora com o PBF nós temos dinheiro para cuidar dos nossos filhos” (Pesquisa de Campo, 2013).

As pescadoras de camarão cedo abandonaram a escola. Deixaram de estudar após o casamento para cuidar da casa, dos filhos e do marido. cursaram no máximo até o 5º ano do Ensino Fundamental (antigo primário). Assinam o nome e sabem ler. Preocupam-se em cuidar do ambiente onde moram e trabalham. Conhecem os cálculos matemáticos, o que contribui significativamente na vida social. Revelam que gostariam de ter tido a oportunidade de continuar seus estudos, pois consideram o mesmo de fundamental importância para melhoria na condição de vida.

A relação das pescadoras com os homens que as acompanham na pesca do camarão é boa. Geralmente é o esposo quem dirige as rabetas e as levam para a pescaria, destacam que “os homens são mais fechados que as mulheres, falam menos, quando vão pescar só conversam se estiverem realizando uma boa pescaria, se não ficam calados” (Pesquisa de Campo, 2013).

Professam a religião católica. Pescam desde a infância, tendo aprendido a pescar com a mãe ou com as vizinhas. Possuem os documentos necessários à existência civil, mas somente uma tem o RGP e é associada ao SINDPESCA. Outra é associada ao Sindicato Rural – SR e todas recebem o PBF. A principal fonte de renda familiar varia de acordo com o período do ciclo das águas como pode ser observado na tabela 03 que mostra a pluriatividade das pescadoras e de suas famílias.

PERÍODO DO CÍCLO DAS ÁGUAS	MESES DO ANO	PRINCIPAL FONTE DE RENDA	OUTRAS FONTES DE RENDA
Enchente		TAMOATÁ, BODÔ,	BF
Enchente	NV, DZ, JA, FV, MÇ	DEFESO	BF
Vazante	AB, MA, JN	PESCA (TAMBAQUI, PACÚ, SARDINHA, PIRARUCU)	BF
	JL, AG, ST, OT	PESCA DO CAMARÃO	AGRICULTURA, BF
Seca	OT		BF

Tabela 03: Principais fontes de renda das pescadoras de Catispera
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

A renda proveniente da venda do camarão contribui tanto para o sustento quanto para melhoria da qualidade de vida das pescadoras e suas famílias, e ainda é possível fazer uma

reserva e comprar utensílios novos para a casa bem como melhorar sua estrutura (Pesquisa de Campo, 2013).

Todas as pescadoras participam da Associação Comunitária que não é formalizada oficialmente, mas que existe há muitos anos, desde a fundação da comunidade por meio da Prelazia de Parintins. Elas se orgulham de terem atualmente uma mulher pescadora de camarão, D. Ofélia, como presidente da comunidade.

A decisão coletiva considerada como mais importante para a comunidade foi quanto aos estudos das crianças a ser realizado na própria comunidade, os quais cederam o espaço da sede comunitária para a realização das aulas e aguardam há mais 08 (oito) anos a construção da escola pelo poder municipal.

Em relação aos conflitos que ocorrem em torno da pesca do camarão, se revertem em discussões e intenções em torno do período de reprodução do camarão, locais e períodos de pesca, bem como sobre o fato de pessoas de outras comunidades virem pescar nos lagos local sem nenhum respeito e cuidado com os ambientes de pesca e recurso natural pesqueiro.

Não há até o momento um trabalho das organizações representantes da categoria dos pescadores junto a essas trabalhadoras da pesca. Em relação à contribuição ao INSS para a aposentadoria, a situação é grave, pois apesar de pensarem em se aposentar como pescadoras, infelizmente desconhecem os meios de contribuição para tal. A única sindicalizada contribui por meio do Sindpesca, outra contribui por meio do Sindicato Rural. Relatam que muitas já faleceram em consequência de doenças decorrentes do trabalho com a pesca, mas nunca chegaram a se aposentar.

O acesso à saúde é precário, há uma pescadora com hipertensão e diabetes, já chegou a desmaiar inúmeras vezes no espaço de trabalho, seja nos lagos de pesca ou ao lado do Mercado Municipal Leopoldo Amorim da Silva Neves, realizando a venda do crustáceo.

2.3. As pescadeiras de Brasília

A pesca do camarão em Brasília surge por meio dos ensinamentos de D. Ana Gomes Lima que foi repassando seus conhecimentos para todas as mulheres e homens que quisessem aprender a pescar camarão.

As pescadoras dessa comunidade são jovens, católicas, casadas e tem em média cinco filhos. Moram em Brasília há vinte e oito (28) anos. A religião não influencia em suas atividades com a pesca, como relatam, “a religião só ajuda com a proteção que nos dá quando

pedimos a Deus para nos protegerem dos perigos que corremos na pescaria.” (Pesquisa de Campo 2013).

Todos são parentes e relatam que possuem uma boa convivência. Gostam de morar na várzea porque sempre tem alimentos provenientes dos recursos naturais e nunca falta trabalho, seja na água ou na terra. Temem os perigos que enfrentam nos períodos da cheia e da seca.

Na cheia tem muitos perigos, a gente corre o risco de perde a plantação, as galinhas e até a nossa casa. Às vezes aparece sucuris e jacarés. O cuidado com as crianças é grande. Quem não tem canoa fica isolado. O governo não faz nada, todo ano é a mesma coisa. Antes, a prefeitura dava R\$ 400,00 e uma sacola de rancho, esse ano de 2013 a prefeitura não deu nada. No período da seca, nossa casa fica longe da beira do rio, a gente não tem bomba para pegar água, todos os dias, a gente anda até a beira do rio para pegar água, é muito cansativo. A escola fica longe das nossas casas e nossos filhos andam muito para ir à aula. (Pesquisa de Campo 2013)

Elas estudaram em média até a quarta série do ensino primário, onde aprenderam a fazer contas. Tal aprendizado contribui para o trabalho com a comercialização do pescado. Consideram o estudo importante tanto para terem uma melhor compreensão da vida como um meio de acesso a um trabalho melhor do que com a pesca, “estudei pouco e me arrependo por isso, não quero que meus filhos passem pelo que eu passo na pesca, quero que eles estudem para ter um futuro melhor do que eu”. Relatam, também, o fato de não terem tido a oportunidade de continuar os estudos em razão das responsabilidades que assumem ao se casarem “Quando me casei tive que parar de estudar, pois tinha que cuidar do marido, da casa e dos filhos e ajudar no trabalho com a pesca, com o roçado e na criação dos animais. É minha família, preciso ajudar.” (Pesquisa de Campo, 2013). Participam ativamente das atividades religiosas, sócias recreativas e culturais da comunidade. O futebol é a principal atividade de lazer dessas mulheres, jogam junto com os homens.

As pescadoras de Brasília tal como as de Catispera são pluriativas, cuidam da casa, do marido e dos filhos, pescam outras espécies além do camarão, concertam, tecem e alinhavam malhadeiras, realizam atividades variadas no espaço escolar, participam da Associação de Pais, Mestres e Comunitários – APMC. Limpam a área externa, ajudam na elaboração da merenda quando é necessário, plantam, participam de mutirões comunitários quando tem, lavam roupa, rezam e não reclamam nunca, dizem “nossa vida é de muito trabalho! Nossa vida está no lago!” (Pesquisa de Campo 2013).

Também sofrem problemas de saúde, hérnia de disco, reumatismo, dificuldade de visão, pressão alta, dores no peito, abdominais, problemas uterinos e de pele por conta do sol ao qual são expostas durante a venda do camarão ao lado do Mercado Municipal Leopoldo

Amorim da Silva Neves. Essas mulheres, trabalhadoras da pesca, merecem e precisam além de um lugar coberto para realizarem a comercialização dos crustáceos, de assistência à saúde de forma adequada, que atenda as suas necessidades tanto de mulheres como de pescadoras.

Todas possuem documentos que lhes garantem a existência civil. Aquelas que são associadas ao SINDPESCA ou a Colônia dos Pescadores possuem RGP. As demais pescadoras que não tem RGP relataram que a falta informação, dificuldade e demora em tirar é que fazem com que elas ainda não tenham sua carteirinha de pescadora (Pesquisa de Campo, 2013). Destacam que não sabem como proceder, falta conhecimento. Algumas que já tentaram, desistiram, “[...] é muito demorado, ficam duvidando da gente, precisamos provar que somos pescadoras. Pescamos a vida inteira, não iria mentir sobre o que faço” (Pesquisa de Campo 2013).

Aquelas que possuem o RGP ficaram muito felizes quando o receberam. Sentiram-se valorizadas e até mesmo muito surpresas ao receberem a carteirinha. A primeira mulher associada à Colônia de Pescadores Z-17 foi D. Luzia, no ano de 1992, vice-presidente da comunidade de Brasília e pescadora de camarão desde a infância. Ela observa que:

Quando eu pescava com minha mãe, nunca imaginei que um dia isso seria possível. Tenho muito orgulho de ser pescadora, meu marido me deu muita força e me ajudou a tirar a carteira. Todas as pescadoras deveriam ter o RGP, mas elas têm medo do marido perder o dinheiro do defeso, falta informação e interesse da parte delas, eu sempre incentivo (Pesquisa de Campo, 2013).

Sobre o fato de não possuírem o RGP e não estarem associadas a nenhuma organização de pescadores, as pescadoras relatam:

É mais fácil para o homem tirar a carteira do que para a mulher; são os homens que ajudam mais na renda da casa; falta interesse de nossa parte; na época do defeso a gente pesca camarão e nosso marido recebe o defeso; já são cadastradas no sindicato rural, não pode mais se registrar como pescadoras; a gente pesca camarão e os homens pescam mais peixes. (Pesquisa de Campo 2013)

Os próprios homens afirmam que é mais fácil para eles se cadastrarem do que para as mulheres. Relatam que a Colônia não acredita que a mulher pesca, só acreditam quando tem o marido como testemunha. Destacam que “as direções das associações deveriam acreditar mais nas mulheres, deveriam informar melhor, ir até as comunidades para dialogar com elas” (Pesquisa de Campo, 2013).

Como podemos observar, há uma certa dificuldade em relação ao cadastramento da mulher como pescadora, elas dizem que muitas vezes são questionadas se realmente pescam,

no sentido restrito da captura da espécie. Percebem que os homens tratam a pesca do camarão como uma pesca fácil que qualquer um pode fazer, com menos importância do que a pesca de outras espécies aquáticas. O Sindipisca e a Colônia não realizaram nenhuma atitude de organização política para elas.

Observamos que há pontos de conflitos muito sérios em relação à pesca do camarão. No entanto, elas preferem não colocar em discussão em nome da boa convivência comunitária. Tal fato acaba não resolvendo os problemas e gerando outros que põe em risco a própria atividade de pesca, como é o caso da captura intensiva do crustáceo realizada por algumas pescadoras.

O PBF completa a renda familiar. Esse dinheiro garante a compra de todo material escolar das crianças inclusive o fardamento, vestimentas para a família e calçados, bem como é gasto na alimentação diária com a compra de mantimentos como o açúcar, a farinha e o café. Tal como em Catispera, a gestão municipal de educação não fornece o fardamento.

São unânimes em afirmar que o PBF trouxe melhoria para a vida de suas famílias, “tinha mês que não tínhamos nada para comer, agora dá para comprar o rancho do mês, o material escolar das crianças, roupa, calçado, até comprar em loja nós podemos agora, antes só ficávamos olhando” (Pesquisa de Campo, 2013). Como podemos observar pela fala das pescadoras o PBF não só garante a alimentação como também trouxe esperança de uma vida melhor para essas famílias. Todas falaram do investimento no estudo dos filhos com prioridade, demonstrando prazer em fazê-lo, veem no fato de manter os filhos na escola uma satisfação e não uma obrigação para continuar a receber a renda proveniente do PBF (Pesquisa de Campo, 2013).

Tem a esperança de verem a luz elétrica na comunidade por meio do Programa Luz para Todos. Destacam a presença dos governos federal e estadual por meio dos programas ao qual tem acesso por meio da aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas e de pesca. Reclamam a ausência de contribuição por parte do governo municipal.

Como as pescadoras de Catispera, a maioria das pescadoras de Brasília não contribuem com a previdência devido à falta de informação que não chega de forma adequada até elas sobre o direito de Segurada Especial. Quando completam a idade de 60 anos e procuram o posto de atendimento da Previdência em busca da aposentadoria, não são devidamente esclarecidas sobre o seu direito de Segurada Especial, geralmente são dispensadas sobre a argumentação que não podem se aposentar porque nunca pagaram o INSS ou lhes é posto várias exigências aos quais elas não são suficientemente esclarecidas.

Essa situação leva ao abandono pela procura de acesso aos seus direitos previdenciários. Observamos que não há uma política por parte do INSS no qual transmita informações e serviços a essas trabalhadoras, bem como não há uma atenção devida quando as mesmas procuram o posto.

Ao acompanharmos três pescadoras na busca pelo processo de aposentadoria, percebemos que o atendimento é inadequado. Os funcionários não têm formação adequada para prestar um bom atendimento aos usuários. O fato de não realizarem esse serviço adequadamente, representa um retrocesso no que diz respeito aos avanços ocorridos na política pública de Seguridade Social uma vez que os usuários do serviço, no caso os pescadores, não conseguem ter um adequado acesso a elas.

Capítulo III

A pesca e o ambiente: o processo de trabalho

Como já observamos, a pesca do camarão é uma das principais fontes de renda da família das camaroeiras de Brasília e Catispera, geralmente é realizada em regime de economia familiar¹, com intensidade no período de junho a outubro, em poucos locais, sem manejo e, sem defeso. Tal fato, poderá levar a uma situação de risco ambiental, social e econômico, como será discutido mais adiante. Com a degradação ambiental dos pontos de pesca é possível que haja uma redução do recurso natural pesqueiro e, conseqüentemente, um declínio da pesca do crustáceo, o que poderá acarretar em uma diminuição no orçamento familiar e na capacidade produtiva e reprodutiva dessas famílias.

A pesca do camarão, como já descrevemos, começou sendo realizada para consumo próprio e, posteriormente passou a ser quase que exclusivamente para a comercialização devido o valor que ocupa no mercado, gerando renda garantida para as famílias como destaca as camaroeiras “Quando é a época do camarão, ganhamos dinheiro todo dia” (Pesquisa de Campo, 2013).

A Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009 do MPA (art. 4º, parágrafo único), já destacada, trouxe uma concepção ampliada de pesca e contribuiu para o reconhecimento das mulheres como agentes produtivos quando considera que as atividades pesqueiras artesanais são também, os trabalhos de confecção, reparos de artes e apetrechos de pesca e o processamento do produto da pesca artesanal, nos quais é grande e significativa a presença feminina.

Melquíades (2010) observa que há um preconceito em relação às mulheres pescadoras, inicialmente por parte dos próprios maridos, depois da sociedade e dos governos que parece não enxergá-las. Porém, essa situação já vem pouco a pouco sendo modificada, pois quando conversamos com os maridos das camaroeiras percebemos que eles reconhecem suas esposas como pescadoras, “Minha mulher é pescadora como eu, só que ela gosta mais de pescar camarão, eu não, prefiro outros peixes. De vez em quando ela vai pescar junto comigo, ela deve ter direito também” (pesquisa de campo, 2013). Como podemos verificar há muita falta de informação e de conversa entre as próprias pescadoras sobre o trabalho que desenvolvem

¹ De acordo com a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003(art. 1º, parágrafo 1º), “Entende-se como regime de economia familiar o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados”.

com a pesca do camarão e os seus direitos. Socialmente, as camaroeiras são identificadas pelos parintinenses como as mulheres pescadoras de camarão. E, já existe movimento a nível nacional que luta pelo pelos direitos e reconhecimento das mulheres no universo pesqueiro.

Maneschy (2010) chama a atenção para o fato das mulheres, nacional e internacionalmente, no setor pesqueiro estarem reivindicando reconhecimento de sua condição produtiva em muitos contextos. Esse reconhecimento refere-se especificamente aos órgãos públicos de seguridade social, de trabalho (Ministérios e Delegacias Regionais) e às secretarias executivas do setor pesqueiro, MPA.

3.1. O trabalho cotidiano das Mulheres pescadeiras e camaroeiras

Discutir a questão do trabalho da mulher na pesca em região amazônica ribeirinha é um desafio enorme que exige do pesquisador estudo, dedicação, perseverança, sensibilidade e disponibilidade para estar com o outro em seu modo de vida e sua cultura. Estar com o outro exige proximidade, ainda que mínima, portanto, consideramos importante a observação direta do cotidiano das camaroeiras de Brasília e Catispera.

De acordo com Heller (2008, p. 31), “a vida cotidiana é a vida do homem inteiro”, nela o ser humano se revela em todos os aspectos de sua individualidade e de sua personalidade, deixando vir à tona seus sentidos, seus valores, suas crenças, sua capacidade intelectual, suas habilidades, seus sentimentos, suas idéias, suas paixões e ideologias. Nesse sentido, o cotidiano das camaroeiras de Brasília e Catispera se configura em um espaço privilegiado de observação, onde temos a oportunidade de captar o que não é dito nem percebido por meio da entrevista. Heller (Idem, p. 32) observa que a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso e a atividade social, são partes orgânicas da vida cotidiana, o que representa para nós focos importantes, se não centrais.

Trabalho é um termo comumente utilizado para designar inúmeras ações humanas. Para Marx (1985), o trabalho é uma atividade que ocorre entre o ser humano e a natureza, onde ao transformar a natureza, o ser humano transforma a si próprio. As pescadoras de camarão de Brasília e Catispera trabalham na pesca há 17 anos, em média. A maioria delas aprendeu a pescar com sua mãe, pai ou com alguma pessoa da própria comunidade. Elas pescam desde cedo e repassam esse conhecimento para seus filhos e netos, ultrapassando gerações e se utilizam dos mesmos conhecimentos e instrumentos de pesca que foram criados por D. Ana Gomes Lima, em 1960, há mais de cinquenta anos.

Várias mulheres aprenderam a pescar camarão ainda na infância com a mãe, quando as acompanhavam na pesca. Outras aprenderam a pescar com familiares ou amigos. Enfim, todas aprenderam a pescar com as outras pescadoras (sejam elas mães, familiares ou amigas) e pai ou marido. Contudo, dizem terem começado a pescar mais recentemente, devido à falta de informação, temendo que ao se autoidentificarem como pescadoras, pudessem prejudicar seus maridos ocasionando a perda do seguro defeso como já mencionamos anteriormente.

Vale destacar que as mulheres que aprenderam a pescar camarão com o marido são as que vieram de outras comunidades. A maioria das pescadoras de camarão tem a concepção de pesca diretamente relacionada ao ato de captura da espécie, não concebem as atividades de preparação da isca, confecção e concerto de apetrechos e beneficiamento do pescado como atividades pesqueiras, consideram esses trabalhos atividades cotidianas de *ajuda* ao marido pescador.

Essa forma de pensar o trabalho como *ajuda* demonstra e reproduz o pensamento patriarcal e de desigualdade de gênero ainda existente no universo pesqueiro, difundido por meio das relações sociais historicamente construídas. Nesse sentido, Alencar (1993) e Mota-Maués (1999) chamam a atenção para a importância da forma como o pesquisador vê e reproduz por meio da produção acadêmica o trabalho de homens e mulheres no ambiente pesqueiro, dando destaque ao papel dos homens na pesca, secundarizando quando não inviabilizando o trabalho das mulheres atribuindo ao mesmo à condição de *ajuda*.

Trabalhos de pesquisa sobre a mulher na pesca, do norte ao nordeste do país, como os de Alencar (1993), Maneschy (2010), Soares (2012) e Leitão (2012) destacam o papel da mulher na pesca e o envolvimento desta com os movimentos sociais na luta pelo reconhecimento social e político. A falta de conhecimento das pescadoras de Basília e Catispera quanto à legislação pesqueira, a ausência de discussões sobre o trabalho que realizam na pesca e o isolamento geográfico dos debates realizados sobre a mulher na divisão sexual do trabalho contribuem tanto para o processo de marginalização em relação aos seus direitos assim como para a invisibilidade do trabalho que realizam, pois, reforça a condição de *ajuda* no mundo do trabalho pesqueiro.

A pesca do camarão é considerada pelos moradores das comunidades uma tradição. Tradição reinventada por elas mesmas e mantida pela necessidade de subsistência da família. Ao serem indagadas sobre o porquê de se tornarem pescadoras de camarão e o que essa pesca representa para elas, vem à tona o conhecimento geracional adquirido por meio do trabalho com os pais desde a infância como pode ser visualizado no quadro 02. O conhecimento geracional produzido e transmitido pelas mulheres na pesca do camarão, o trabalho e a renda

financeira dele proveniente são fontes de orgulho e prazer para as pescadoras, conforme seus próprios relatos:

Pesco por causa da minha mãe, aprendi com ela, acompanhava desde pequena, é divertido e dá um bom dinheiro;
 Aprendi a pescar depois do casamento, quase todas as mulheres da comunidade pescam, é uma cultura local, achei interessante e vi que dava um bom dinheiro;
 É fácil e animada à pescaria, a gente se diverte muito e ganhamos um bom dinheiro, é uma tradição da família;
 A pesca do camarão é nosso modo de vida, dá prá comprar o rancho, melhorar a casa e ainda dá prá comprar o que a gente precisar. (Pesquisa de Campo, 2013).

Ao pensarmos o trabalho dentro da lógica do sistema capitalista, vem logo a nossa mente a idéia de empregados e donos dos meios de produção. Em Brasília e Catispera, o ambiente e recursos naturais pesqueiros com os quais as pescadoras se relacionam são públicos, mas a embarcação e apetrecho para a pesca não, então, mesmo trabalhando em regime de economia familiar, há casos em que os membros da família recebem o dinheiro proveniente da venda do camarão de acordo com a atividade que realizam na pesca.

Cada sociedade, em fases particulares do seu desenvolvimento, produz seus processos de trabalho, de transformação da natureza e de apropriação dos recursos naturais para sua reprodução social e cultural. O trabalho é esse conjunto de manifestações dos humanos face à natureza, de atividades materiais e simbólicas (CASTRO, 1999). Visto desta forma, reconhecemos que o trabalho apresenta-se de forma diversificada e dinâmica, variando de acordo com o contexto sociocultural e histórico, rompendo com a ideia homogeneizadora do um mundo capitalista no qual vivemos.

A noção de trabalho, nas formas mais diretas de sua execução, faz parte de um sistema mais amplo de ações e de estratégias indissociáveis de outras atividades do cotidiano, bem como das relações de parentesco, políticas e mesmo religiosas. (CASTRO: 1999 p. 36), ou seja, ao pensarmos sobre o trabalho desenvolvido pelas mulheres na pesca do camarão, é necessário que pensemos o mesmo a partir do contexto sociocultural e histórico do qual ela é parte integrante.

Furtado e Nascimento (2002, p. 33) afirmam que “as comunidades pesqueiras organizam-se segundo sua lógica própria construída e influenciada por diversos fatores (sociais, étnicos, culturais e ambientais) que lhes atribuem feições e modos de viver particulares, sem deixar de ser parte do todo mais amplo”. Sendo assim, local e global se influenciam mutuamente e estabelecem uma dinâmica que gera modificações no modo de viver e trabalhar das pessoas.

Castro (1999) destaca Diegues (1994) ao chamar a atenção para a unicidade vistas nas sociedades tradicionais, entre as técnicas de produção e o campo do simbólico. Nesse sentido cultura, trabalho e modo de vida, formam um todo que se influenciam mutuamente, portanto pensar no trabalho das camaroeiras é pensar, também, no seu modo de vida, nas suas relações socioambientais e na sua cultura. Nesse sentido, Laraia (1999), chama a atenção para a importância de entendermos que o sistema cultural é dinâmico e está sempre em constante mudança, uma vez que tendo esta compreensão é possível evitar choques entre as gerações.

Observar as camaroeiras em sua cultura é refletir sobre seus costumes, suas tradições, suas crenças, na forma como são estabelecidas as suas relações sociais. É ter a compreensão do seu modo de vida por meio da história cultural do grupo social ao qual é parte integrante. O modo de vida das camaroeiras, figura-se como uma construção social e histórica, produzida pelos seres humanos entre si e pela sua relação com a natureza onde a vida é cheia de significados, repleta de cultura.

Muitas das pescadoras entrevistadas, realizam a captura do camarão e de outras espécies, como também, desenvolvem outros trabalhos pesqueiros junto com seus maridos, tais como: confecção de rede e malhadeira. As pescadoras que não capturam outras espécies, embora dividam o concerto dos apetrechos de pesca com o marido, não se identificam como pescadoras (Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009, art. 4º, parágrafo único).

As outras espécies que as pescadoras de camarão capturam são: o tambaqui (*Colossoma macropomum*), o pirarucu (*Arapaima gigas*), o Matrinxã (*Brycon amazonicus*), a pirapitinga (*Piaractus brachypomus*), o pacú (*Mylossoma spp*, *Myleus spp*), o tucunaré (*Cichla spp*), o cará-açú (*Astronotus acellatus*), o aruanã (*Osteoglossum bicirrhosum*), o araquí (*Schizodon fasciatum*), o bodó (*Liposarcus pardalis*), a sardinha (*Triportheus spp*), a pescada (*Plagioscion squamosissimus*), o jaraqui (*Smaprochilodus insignis* e *S. Taenirus*), a piranha (*Serrasalmus spp*) e o curimatã (*Prochilodus nigricans*) entre outros.

Como já dissemos, além de realizarem a captura das espécies, elas tecem redes, realizam concertos de apetrechos, colocam malhadeira, espinhel e guiam as embarcações e trabalham concomitantemente na agricultura com a plantação de jerimum, melancia, mandioca, couve, pimentão, milho, macaxeira, feijão, cheiro verde, banana e juta² quando precisam de um dinheiro extra. Colhem os frutos do roçado e comercializam junto com os maridos além de cuidarem da casa, da família e do estudo. Trabalham na pesca o ano inteiro,

² A plantação da juta só ocorre em ocasiões de extrema necessidade para a família, nenhum de seus membros gosta desse tipo de cultivo porque é muito desgastante, perigoso e gera pouco lucro. Relatam que o trabalho não compensa, por esta razão só realizam se não há mais nenhuma outra opção.

só deixando de realizar a captura para comercialização no período da enchente e do defeso de 15 de novembro a 15 de março.

Os trabalhos com a pesca, a agricultura e a comercialização são realizados em diferentes espaços e refletem em momentos também de sociabilidade. Nesse sentido Castro (1999 p. 42) ressalta a importância do espaço de trabalho como também de sociabilidade para reprodução da existência e à constituição da identidade das pessoas. A autora observa que, “[...] a permanência nesses espaços revela os planos do grupo familiar, à forma de apropriação dos recursos, e as práticas de trabalho. A noção de *nós*, traduz íntima identificação dos grupos domésticos com a comunidade, em oposição aos *outros* que correspondem à externalidade dos grupos de fora”.

Nas conversas entre as pescadoras nos espaços de trabalho e sociabilidade, percebemos que, nesses momentos, elas revelam seus sonhos e desejos, quase sempre voltados ao bem estar da família, mas não se manifestam em busca dos seus direitos, somente pelos direitos dos filhos e esposos. Parece não haver espaço para pensar nelas próprias seja como mulheres, seja como trabalhadoras da pesca.

Quando questionadas se gostariam de realizar outro trabalho que não fosse com a pesca, elas responderam que sim, desejam desenvolver outra atividade produtiva menos desgastante e sem riscos, mas ainda assim, afirmam que gostam de pescar. Muitas são enfáticas, “Gostamos de pescar. Só queríamos ter mais apoio do governo em relação aos nossos direitos” (Pesquisa de Campo, 2013).

Estas pescadoras têm uma relação muito próxima com a pesca, uma vez que o pescado, historicamente é uma das principais fontes de alimento e renda da família e sempre esteve presente no seu cotidiano. Todas as atividades que realizam com a pesca estão sempre vinculadas aos cuidados da casa, dos filhos e do marido.

Ao se referir ao papel da mulher na pesca, Castro (1999) faz referência aos trabalhos de Furtado (1990, 1991) no qual a autora ressalta a importância de conhecer também o processo de construção das identidades de gêneros, uma vez que “é na observação das relações que se estabelecem entre os gêneros, que se pode conhecer o papel da mulher num grupo social específico”. A questão do gênero complementa Maneschy (1995 p. 82) diz respeito ao problema das relações sociais, com efeito, refere-se a aspectos profundamente enraizados na cultura das sociedades.

Apesar das mulheres terem sido até recentemente invisibilizadas dos espaços de participação e decisão junto ao governo, hoje a crescente mobilização das mesmas é um fato social e político que vem gerando pouco a pouco mudanças no cenário social pesqueiro

(MANESCHY, 2010). Em Brasília e Catispera, a participação das pescadoras de camarão no Sindpesca e na Colônia de pescadores ainda é mínima devido, a nosso ver, a falta de informação e motivação.

A participação e envolvimento das pescadoras de camarão junto às instituições representativas da categoria é um processo de construção da cidadania que vai se constituindo aos poucos por meio da autoidentificação como pescadora e acesso a informação dentre outros fatores. Quando essa participação se efetiva, as pescadoras “desestabilizam noções que são compartilhadas inclusive por elas mesmas, como as de que são “ajudantes” ou “dependentes”, enfim, de que elas não estão nesse setor produtivo por sua capacidade” (MANESCHY, 2010, p. 03).

3.2. A preparação para a pesca

O trabalho exercido pelas mulheres na pesca do camarão é bastante intenso e ocupa em média dezesseis horas por dia, sempre conciliando o exercício dessa atividade a outras que realizam em paralelo, como a agricultura e afazeres domésticos. A pesca do camarão ocorre em quatro etapas: 1ª etapa: Preparação para a pesca, que abrange atividades de preparação da isca, verificação do apetrecho de pesca, organização dos materiais complementares e transporte; 2ª etapa: captura do crustáceo; 3ª etapa: conservação do camarão; 4ª etapa: comercialização, inclui as atividades de venda do crustáceo entre as pescadoras, e destas com os consumidores em potencial.

A 1ª etapa, a de preparação para a pesca, é o momento em que ocorre à organização e de todo o material necessário à realização da captura do crustáceo: o preparo da isca, a verificação do apetrecho de pesca, a organização dos materiais complementares e transporte para ida e vinda aos lagos, bem como para a captura dos camarões.

Há vários tipos de iscas para o camarão (figuras 29, 30, 31 e 32), porém as mais utilizadas pelas pescadoras são as de peixe, em especial os mais gordurosos. Seja qual for à espécie, eles são cozidos e quase sempre misturados com farinha. Importa que sejam pitiú³. O peixe que servirá de isca é geralmente capturado pelas próprias pescadoras e, a isca é também preparada por elas. Relatam com orgulho que só elas sabem o ponto certo do preparo. “O peixe não pode cozinhar nem muito nem pouco, não utilizamos nenhum tipo de tempero, só nós sabemos o ponto certo” (Pesquisa de Campo, 2013). O cozimento ocorre geralmente à tarde, no espaço ao redor da casa, na varanda ou quintal. O peixe é cozido em uma panela

³ Termo regional utilizado pelas pescadoras que significa cheiro forte, característico do peixe.

grande de alumínio, em fogo feito de pedaços de madeira ou carvão. As despesas com a preparação da isca é com a compra da farinha e, ocasionalmente com o peixe quando não é capturado por nenhum membro da família.



Figura 29: Isca para o camarão
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013



Figura 30: Isca para o camarão
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013



Figura 31: Isca para o camarão
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013



Figura 32: Isca para o camarão
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

A camaroeira (figura 33) é feita com um pedaço retangular de saco de estopa (comumente chamado de saca de sarrapilha), onde as quatro pontas do mesmo são amarrados em duas varetas, feito de galhos de árvores, cruzados em forma de “X” que ficam boiando na água. A estopa é comprada na sede de Parintins, custa em média R\$ 4,50 o metro. As varetas são retiradas de árvores da própria área das comunidades. As pescadoras que confeccionam e fazem concertos quando necessários na camaroeira, também são as responsáveis pelo cuidado e verificação das mesmas antes de irem para a pesca.

Esse arreo⁴ é o mesmo criado há mais de cinquenta anos pela D. Ana Gomes Lima. A camaroeira é toda aberta, não permite a seleção dos camarões. Nela entram os crustáceos de todas as fases, do adulto aos que se encontram em período reprodutivo e, também os filhotes, que junto a pesca intensiva tem influenciado diretamente na diminuição do tamanho da espécie. Frente à facilidade de uso e rapidez de captura dos crustáceos por meio do uso da camaroeira, há uma resistência velada entre as pescadoras na possibilidade de mudança desse tipo de arreo.



Figura 33: camaroeira
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

A camaroeira não é seletiva para o camarão nem para outras espécies, pois, acaba capturando também filhotes de peixes como a sardinha (*Triportheus spp*), a branquinha (*Psectrogaster amazônica*), o mandi (*Pimelodus maculatus*), a traíra (*Hoplias sp*) e a piranha (*Serrasalmus spp*). Esse arreo representa um risco de acidente para as próprias pescadoras porque por meio de suas aberturas laterais entram também cobras, poraquê (*Electrophorus electricus*) e arraias que vão para dentro da canoa junto às pescadoras. Quando ocorre essa situação, as pescadoras procuram agir com rapidez, retirando-os da canoa por meio da utilização do próprio remo ou da colher grande (figura 34). Vale ressaltar, que mesmo se

⁴Arreo é o nome genérico dado ao apetrecho de pesca que serve de armadilha para pegar o pescado, qualquer que seja ele. Na pesca do camarão, o arreo é a camaroeira e vice-versa.

tratando de animais peçonhentos a atitude das pescadoras é a mesma: devolvem ao ambiente aquático, garantindo assim a sobrevivência dos mesmos. Esse tipo de atitude demonstra uma relação de cuidado e proteção que elas têm com os recursos naturais.



Figura 34: Peixes pequenos capturados junto ao camarão
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

A maioria das pescadoras não conhece outro tipo de apetrecho para capturar camarão que não seja a camaroeira. Algumas relataram conhecer o *matapi*, experimentaram, mas não gostaram porque os camarões não entram na armadilha. Outras já utilizaram a malhadeira, porém não gostaram devido a pouca quantidade de crustáceos capturados em razão da largura grande das frestas, que permite ficarem presos somente os camarões maiores.

Contraditoriamente, nos encontros e conversas com o grupo de pescadoras, a maioria relatou conhecer o *matapi* em razão de um trabalho realizado com elas pelo escritório do IDAM de Parintins. Como dito por algumas pescadoras nas entrevistas individuais, experimentaram, mas não gostaram porque os camarões não entram no apetrecho.

Vale ressaltar, que todas as pescadoras externaram a preocupação sobre a necessidade de terem um apetrecho de pesca para o camarão que seja mais seletivo, capturando somente os camarões adultos, deixando os filhotes livres da armadilha, pois, percebem que os camarões estão gradativamente diminuindo de tamanho (Pesquisa de Campo, 2013).

O tamanho do camarão regional influencia diretamente no valor de sua venda. Quanto menor for o crustáceo, menor valor no momento da comercialização. Para as pescadoras, a diminuição no tamanho do camarão representa um menor rendimento financeiro e uma ameaça para a atividade produtiva que desenvolvem, porém, até agora não tomam nenhuma iniciativa que possa vir a mudar a situação.

Nos encontros que realizamos sobre manejo, acordo de pesca e proteção ambiental, vieram à tona alguns conflitos já existentes entre as pescadoras sobre acordo de pesca. A maioria delas é favorável à realização de um acordo de pesca e do estabelecimento de um período de defeso para o camarão, mas para uma minoria que realiza a pesca mais intensivamente, não há necessidade desse tipo de ações. Para essas pescadoras está tudo bem, nada mudou em relação à pesca dos crustáceos, eles continuam do mesmo tamanho que antes, a quantidade capturada é a mesma e o ambiente pesqueiro continua como sempre foi (Pesquisa de Campo, 2013).

Essas pescadoras possuem maior capacidade produtiva do que a maioria. Dispõem de um maior número e tipos de embarcação e toda a família trabalha na pesca do crustáceo. Realizam também, a compra de toda a produção das pescadoras com menor capacidade produtiva e, realizam a revenda no mercado municipal Leopoldo Amorim da Silva Neves. Nesse sentido, observamos uma hierarquia na pesca do camarão.

Além da camaroeira, outros materiais complementares a pesca são o saco plástico vazado, a caixa de isopor, o gelo, a bacia, a lanterna ou lamparina, o terçado e a garrafa térmica. Esses materiais são comprados na sede do município, geralmente no mercado municipal ou em mercearias.

O saco plástico vazado⁵ (figuras 35 e 36) é onde os camarões são colocados para serem lavados, o que ocorre no próprio lago. O saco funciona como uma espécie de escorredor, pois, a água é toda vazada por meio de suas fendas. Neles os camarões ficam acondicionados para serem transportados até a residência das pescadoras. Quando não há saco suficiente para a quantidade de camarões capturados, os mesmos depois de lavados são postos em bacias de alumínio ou baldes plásticos.



Figura 35: Saco de lavagem do camarão
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.



Figura 36: Camarões acondicionados nos sacos
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

⁵ Comumente conhecido como saca de cebola por ser comumente utilizado nas feiras para transportar esse tipo de verdura.

A caixa de isopor (figura 37) e o gelo são os materiais utilizados para conservar os crustáceos quando a pesca é muito demorada, até a chegada em casa onde será realizado o procedimento de conservação dos mesmos.



Figura 37: Caixa de Isopor
Fonte: Arquivo pessoal 2013

Como a pesca só termina por volta da 20h e/ou no dia seguinte, todas pescadoras levam uma lanterna (figura 38) ou lamparina (figura 39) para iluminar o lago onde ocorre a captura da espécie. Em geral, elas utilizam a lanterna que fica presa em suas cabeças para que tenham mobilidade com os braços no momento da captura.



Figura 38: Lanterna
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013



Figura 39: Lamparina
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

Na canoa há sempre um terçado e/ou pedaço de madeira para se defenderem de possíveis perigos como os jacarés que de vez em quando aparecem. Durante a pescaria elas consomem água e café que são levados em depósitos térmicos.

Existem quatro tipos de embarcações que são utilizadas na pesca do camarão: o casco - canoa pequena, sem cobertura, movida a remo e feita geralmente de tronco de árvore; a canoa - embarcação sem motor, movida por remo, feita com madeira e/ou alumínio; a rabeta - canoa de qualquer tamanho, pequena, média ou grande, no qual utilizam um motor que é posto na popa para se deslocar e a bajara - canoa grande com cobertura e um motor mais potente do que o da rabeta, localizado ao meio da embarcação (figuras 40, 41, 42 e 43).



Figura 40: Casco
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013



Figura 41: Canoa
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013



Figura 42: Rabeta
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013



Figura 43: Bajara
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

A embarcação influencia na capacidade produtiva das pescadoras. Quem possui vários tipos de embarcação tem maior mobilidade para os lagos de pesca, por conseguinte maior capacidade produtiva. Conforme podemos observar, quase todas as pescadoras possuem embarcação própria. A noção de propriedade da embarcação está diretamente ligada a quem pagou pelo meio de transporte. Em geral a embarcação é da família, mas quem autoriza ou não o uso é o membro que pagou por ela.

A propriedade da embarcação influencia no trabalho produtivo das mulheres na pesca, em especial daquelas que não possuem embarcação própria, uma vez que precisam negociar o dia que poderão utilizar a embarcação da família ou da amiga, pois todos trabalham também com pesca. A falta de transporte próprio faz com que muitas vezes fiquem sem pescar.

O valor da embarcação do tipo canoa média, custa em torno de R\$ 2.000,00. As pescadoras que compraram sua própria embarcação fizeram a aquisição com a renda proveniente da pesca do camarão, mas geralmente no nome do marido porque elas não possuem o RGP, uma das exigências para o financiamento governamental. A falta do documento de identidade de pescadora implica no não acesso a crédito e programas de governo, ficando mais uma vez a margem dos seus direitos e das políticas públicas.

As pescadoras são responsáveis pelo combustível e por guiarem a embarcação até os locais de pesca. Quando os maridos ou filhos as acompanham cabem-lhes guiarem o transporte. Geralmente vão sozinhas, ao final da tarde, ou com alguma vizinha ou amiga também pescadora de camarão.

A manutenção da embarcação e a verificação desta para os dias de pesca são realizadas pelas próprias pescadoras. Geralmente quando a embarcação é da família à manutenção desta é feita pelo marido. Mas como elas destacam, “nós sempre ajudamos” (Pesquisa de Campo, 2013).

A captura dos crustáceos nos lagos mais distantes é realizada pelas pescadoras que possuem rabeta e/ou bajara. A pesca nos lagos mais próximo é realizada tanto pelas pescadoras que disponibilizam de rabeta como pelas que só possuem canoa ou casco. Dessa forma, as pescadoras que disponibilizam de transporte com motor (rabeta e/ou Bajara), acabam tendo maior capacidade produtiva devido à possibilidade de deslocamento para pesca em lagos mais distantes de suas residências.

O nível e temperatura d'água nos lagos pesqueiro têm relação direta com o período sazonal em que ocorre a captura do camarão. No final da vazante, o nível da água baixa e a temperatura se elevam nos lagos provisórios que são formados em decorrência da sazonalidade do rio, nessa época é finalizada a pesca nesses locais. A presença de crustáceos nesse tipo de lago é menor (Pesquisa de Campo, 2013).

A temperatura nos lagos permanentes, os que já existem na área de várzea e não secam durante o período da vazante/seca, também se eleva porque a água fica presa sem a interligação com o rio principal, situação esta que volta a ocorrer com a renovação das águas no período da cheia. A presença de crustáceos nesse tipo de lago é maior (Pesquisa de Campo, 2013).

O impacto na capacidade produtiva da pesca do camarão no período final da vazante nos lagos provisórios atinge diretamente as pescadoras que não disponibilizam de rabeta para se locomoverem aos lagos permanentes localizados principalmente no Complexo Macuricanã onde a incidência de camarão continua a ocorrer nesse período. Para essas pescadoras, a pesca do camarão termina mais cedo. Nesse sentido, observamos que o transporte é um importante instrumento de produção que interfere diretamente na capacidade produtiva das pescadoras de camarão, revela e reproduz relações desiguais de trabalho, próprio do sistema capitalista.

Do início a meados da vazante (junho a início de setembro), a pesca é farta para todas as pescadoras. O nível de água é de alto a médio. A temperatura é boa e a distância entre a moradia das pescadora para os lagos é de pequena a média. Excluindo-se a temperatura da água, cinco fatores ambientais interagem entre si condicionando o tipo de embarcação a ser usado na pesca do camarão, o que implica diretamente na capacidade produtiva das pescadoras (quadro 01).

DISTÂNCIA DOS LOCAIS DE PESCA/ EMBARCAÇÃO	ACESSIBILIDADE AOS LAGOS/ EMBARCAÇÃO	NÍVEL D'ÁGUA NO LAGO/ EMBARCAÇÃO	TEMPO DE DURAÇÃO DA PESCARIA/ EMBARCAÇÃO	PERÍODO SAZONAL/ EMBARCAÇÃO
Perto/Longe (casco/rabeta ou bajara)	Ampla/Restrita (rabeta /casco)	Alto/Médio/Baixo (rabeta/casco)	Curto/Longo (casco ou rabeta/bajara com canoas)	Vazante/Seca (rabeta/casco)

Quadro 01: Variáveis que condicionam o tipo de embarcação a ser utilizada na pesca do camarão
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

As mulheres trabalham ativamente em todas as atividades que envolvem essa etapa de preparação para a pesca, fazem a isca, compram a estopa para confeccionarem a camaroeira, verificam o apetrecho de pesca, compram e organizam todo o material complementar para captura da espécie – saco para lavagem do crustáceo, isopor, gelo, bacia, lanterna, terçado e alimentação; fazem a manutenção da embarcação, compram o combustível e guiam as mesmas até os pontos de pesca.

Essa primeira etapa da pesca do camarão é bastante dinâmica, esse processo de trabalho ocorre concomitante a outras atividades que realizam no lar e na agricultura. Os filhos (as) estão sempre junto às mães, principalmente os menores, observando, fazendo junto e aprendendo. O período do dia gasto para a realização dessas atividades preparatórias para a pesca do camarão é o da manhã e início da tarde. Ao final da tarde inicia-se a 2ª etapa da pesca do camarão, a captura das espécies.

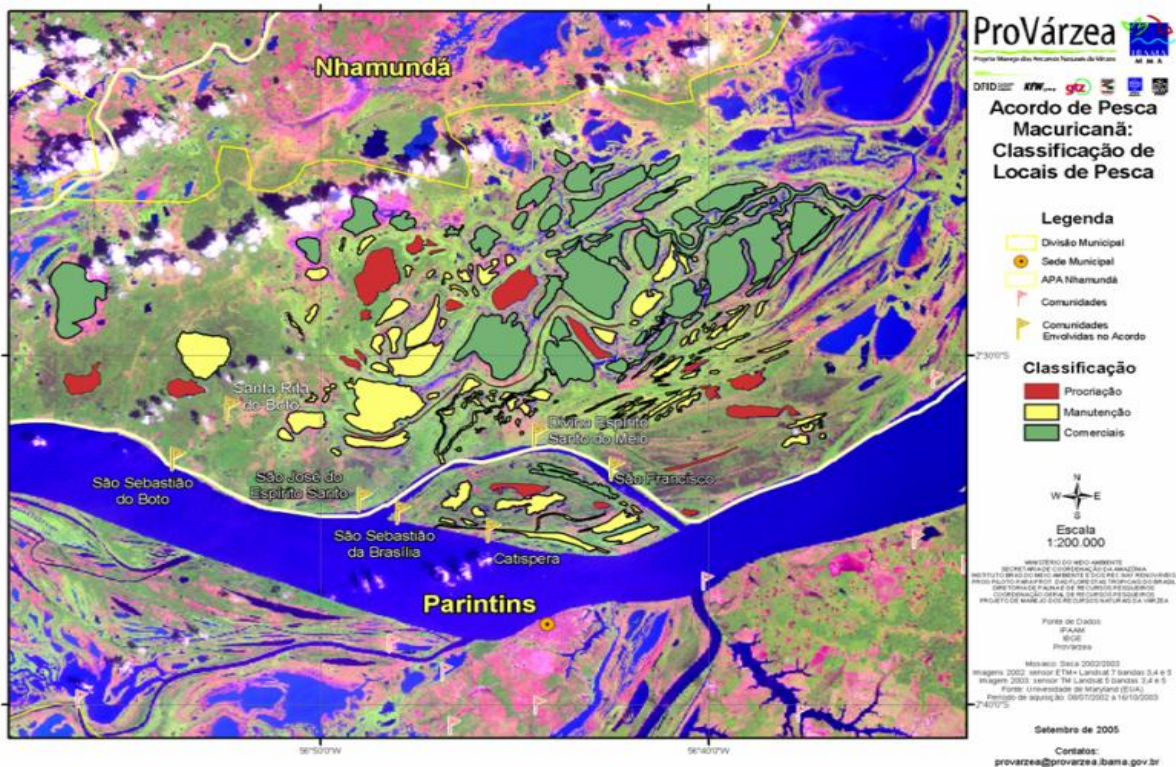
3.3. A captura das espécies

A captura do camarão ocorre nos ambientes pesqueiros mais próximos as residências das pescadoras na ilha de várzea de Catispera e Brasília. Os pontos de pesca distantes localizam-se no Complexo Macuricanã – APA Nhamundá, onde a pesca ocorre no final da Vazante (quadro 02). No período da enchente/cheia a pesca deixa de acontecer porque os crustáceos encontram-se dispersos no rio Amazonas, tornando-se de difícil sua captura.

MESES DE PESCA	PÉRIODO DO CICLO DAS ÁGUAS	LOCALIDADES	PONTOS DE PESCA: LAGOS, IGARAPÉS
Junho, julho e início de agosto	Início da Vazante/seca	Catispera	Lago do Cumprido, lago do Cavado, Arara, Lagote, lago do boi, Cavado, Baixa do Vaguinho, Cavadinho e terreno do Edson Gadelha.
Agosto	Meados da Vazante/seca	Brasília	Lago do Treme
Final de agosto, setembro e início de outubro	Meados ao início do final da Vazante/Seca	Catispera	Cumpridinho
		Brasília	Lago da Rapariga
Outubro, Novembro	Vazante/Seca	Complexo Macuricanã - APA Nhamundá	Igarapé Onã, lagos Juriquizeiro, Juriqui grande, Araçatuba, Brushi, Aningalsinho.

Quadro 02: Período de pesca do camarão
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

A maioria dos lagos da ilha de várzea localiza-se no espaço territorial de Catispera e, vários outros encontram-se no Complexo Macuricanã na APA Nhamunda. Como podemos observar (mapa 05), os lagos foram classificados em 2005 pelo IBAMA por meio do programa PróVárzea, dentro de um *Acordo de Pesca* em três tipos: de procriação (vermelho), de manutenção (amarelo) e os comerciais (verde). Na ilha de várzea fica localizado dois lagos de procriação, dez lagos de manutenção e somente um lago de comercialização. Esse mapeamento nos mostra que já houve um estudo pelo IBAMA sobre esses pontos de pesca no qual se observou a necessidade de classificá-los visando à proteção do recurso natural pesqueiro e sustentabilidade da principal atividade produtiva dos moradores das comunidades, a pesca, entre elas a do camarão.



Mapa 05: Acordo de Pesca Macuricanã: Classificação dos Locais de Pesca
Fonte: IBAMA/PróVárzea, 2005.

Há de se destacar a intencionalidade desse trabalho realizado em 2005 pelo PróVárzea/IBAMA. Contudo, esse acordo de pesca não foi posto em prática pelas pescadoras de camarão. Relatam desconhecê-lo bem como a classificação orientadora sobre o uso dos lagos (Pesquisa de Campo, 2013).

Os cuidados das pescadoras com os ambientes pesqueiros se reduzem ao ato de não descartarem os resíduos sólidos (sacolas plásticas e restos de isca do camarão). Pescam intensivamente em todos os lagos até a chegada do período da enchente.

Concomitante à pesca intensiva, no período da vazante ocorre à criação de bovinos e bubalinos, sem definição de limites de território de pastagem, que invadem o rio e comem a vegetação flutuante (figura 44 e 45) que margeiam os pontos de pesca e servem de alimento para o camarão e outras espécies aquáticas.



Figura 44: Lago com vegetação flutuante
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013



Figura 45: Lago sem vegetação flutuante
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

A maioria das pescadoras percebe a mudança na paisagem do local, “diminuiu o capim, o camarão está ficando cada vez mais escasso, os peixes estão sumindo também” (Pesquisa de Campo, 2013). Atribuem à diminuição da incidência do camarão nos lagos pesqueiro a falta de manejo, poluição do rio, pesca no período de reprodução, aumento no número de pescadores e a criação dos búfalos (Pesquisa de Campo, 2013). Além da diminuição dos peixes, as pescadoras percebem também a redução no tamanho do crustáceo. “Estão ficando menores a cada ano que passa” (Pesquisa de Campo, 2013).

A criação de bubalinos, a ausência de um efetivo acordo de pesca e ainda a indefinição de um período de defeso para o camarão tem gerado a diminuição tanto no quantitativo dos crustáceos como em seu tamanho, pondo em risco de extinção dessa atividade produtiva, com consequências socioambientais impactantes na vida das famílias das pescadoras.

Tá ficando tudo diferente nos lagos, antigamente dava de tudo, era uma fartura, o camarão ficava pinicando nos nossos pés, em uma noite a gente enchia de três (03) a cinco (05) bacias de camarão, hoje, a gente tem que ficar às vezes mais de três noites para encher uma (01) bacia. O camarão e os outros peixes estão sumindo. O búfalo come de tudo, até a vegetação da beira do rio. Sem comida os peixes vão tudo embora, o camarão também vai embora, se continuar assim vai acabar tudo e a gente vai ter que ir pra outro lugar (pesquisa de campo 2013).

O IBAMA pode junto aos criadores de bubalinos buscar um entendimento e chegar a um acordo por meio da oficialização de um Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental–TACA, para evitar os impactos socioambientais que os bubalinos vêm causando na localidade.

A não efetividade do acordo de pesca reflete a falta do diálogo entre as instituições governamentais e os/as pescadores (as), bem como a ausência de maiores discussões sobre o assunto no âmbito das organizações representativas da categoria pesqueira ao qual são

associados(as). A insuficiência de informação originada pela ausência de diálogos e discussões entre os gestores e as entidades de pescadores propicia informações distorcidas aos pescadores e contribuem para a geração de conflitos e permanência da desproteção socioambiental. As experiências de acordo de pesca em outros lagos amazônicos (Santos, 2004) têm ou vem demonstrando que o sucesso depende de diálogos constantes com os agentes envolvidos no processo.

Outra questão que também influencia diretamente o ambiente natural e social da pesca do camarão em Brasília e Catispera é a ausência de políticas governamentais que assegurem a reprodução da espécie. Já que as circunstâncias socioeconômicas cotidianas, ou seja, as necessidades mínimas das famílias são atendidas a partir da comercialização do camarão.

Como registramos ao longo desse trabalho, a pesca do camarão gera ganhos significativos, necessário à subsistência dos grupos domésticos. O que começou sendo apenas uma pesca para consumo próprio, passou a ser quase que exclusivamente para comercialização. Essa mudança, como já descrevemos, ocorreu em razão da decadência do cultivo da juta na década de 1960 em Parintins, que era a principal atividade produtiva do município, em especial nas comunidades de Brasília e Catispera. Coincidentemente, neste momento com a estratégia de subsistência – a pesca do camarão iniciada por dona Ana Gomes começou a se destacar devido a sua rentável comercialização na sede municipal.

O camarão presente nos ambientes pesqueiros é um crustáceo da espécie *M. amazonicum*, conhecido como camarão regional (figura 46). É mais próximo a lagosta apresentando muitas semelhanças em relação aos hábitos de reprodução (OLIVEIRA, 2010). De acordo com as pescadoras a cor do crustáceo após o cozimento varia de acordo com a cor e composição da água do lago onde foi capturado (figura 47). Se a água for escura, com maior concentração de sedimentos, o camarão fica da cor rosa-choque após cozimento. Se a água for clara, com menor concentração de sedimentos, o camarão fica da cor rosa claro (Pesquisa de Campo, 2013). Sua carne é macia e de sabor suave.



Figura 46: Camarão regional in natura
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013



Figura 47: Camarão cozido
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

Este tipo de crustáceo cresce rápido e sua idade reprodutiva é contínua. É possível em uma mesma coleta encontrar fêmeas com ovários em diferentes estágios de maturação (OLIVEIRA, 2010), mas é importante deixar que os filhotes atinjam a idade adulta para serem capturados. A pesca intensiva é prejudicial à espécie que vem diminuindo de tamanho gradativamente no decorrer dos anos, sendo capturadas prematuramente.

Como já mencionado, as pescadoras enfrentam vários riscos nos locais de pesca, tais como: ataques de jacarés, temporais, cobra sucuri, ferrada de arraia e os botos. Para se protegerem contra esses riscos eminentes elas procuram ser bem cautelosas. Oram pedindo proteção divina ao saírem para pesca; ficam próximas umas das outras; levam alho para afastar os botos; observam bem a localidade. Percebem se que vai chover e retornam para casa ou se escondem debaixo das árvores. Ao perceberem algum movimento estranho no rio, fazem uso do terçado se for necessário. Se avistarem algum barco próximo de onde estão pescando, pedem para se abrigarem. Procuram se proteger do sol, da chuva e das ferradas de carapanã, usando blusa de manga longa e calça comprida. Há varias falas semelhantes a esta: “Já ocorreu de um jacaré me dá uma rabadá, a sorte é que caí na terra porque se tivesse caído na água eu teria morrido” (Pesquisa de Campo, 2013). Por tais motivos, algumas pescadoras vão acompanhadas de algum membro de sua família, mas a maioria vai sozinha (quadro 03).

COM QUEM PESCAM			
SOZINHA	FILHO(A)	MARIDO	AMIGA/PARENTE PESCADORA
11	05	03	06

Quadro 03: Companhia de pesca
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

Geralmente se reúnem em grupos para irem pescar. Quando o local escolhido é distante, a pescadora que tem embarcação a motor – bajara, puxa as canoas das companheiras de pesca, que são amarradas umas as outras por uma corda (figuras 48 e 49). Antes de saírem, fazem uma oração para pedir proteção divina.



Figura 48: Saída em grupo para a pesca
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013



Figura 49: Ida para a pesca
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

Ao chegarem ao lago de pesca, separam-se, cada uma cuida da sua canoa. Todas têm seu *arreio*, transportam e manuseiam seus materiais pesqueiros. A escolha do local para armar o *arreio* é feita por meio dos conhecimentos tradicionais dos lagos. Ao observarem a paisagem e perceberem a presença de garças na vegetação flutuante às margens, significa a presença do crustáceo. Ajudam-se quando é necessário como nas situações em que é preciso arrastar a canoa⁶. Praticamente fazem tudo sozinhas e, quando os filhos as acompanham cabe-lhes guiarem a canoa.

Cada uma tem seu local preferido nos pontos de pesca, que consideram propriedade delas. Ficam chateadas quando chegam e encontram outras pescadoras ocupando o espaço que consideram seu. Essa situação é geradora de conflitos velados, pois, os mesmos não são expostos para serem resolvidos.

As pescadoras relatam que o principal conflito existente nos locais de pesca está relacionado aos lugares “não há mais respeito pelos lugares umas das outras, quem chegar primeiro escolhe, antigamente não era assim, cada qual tinha o seu lugar de pesca no lago” (Pesquisa de Campo, 2013). Tentam resolver essa situação por meio da conversa direta entre elas ou por meio da mediação do presidente da comunidade. Nem sempre esta questão é solucionada.

Geralmente, os espaços no lago são ocupados pelas pescadoras que levam mais de uma embarcação, colocando familiares em cada uma delas. Dessa forma, elas asseguram maior capacidade produtiva que as demais pescadoras, que acabam tendo que procurar outros ambientes, geralmente menos piscoso dos que os que elas já estavam habituadas a pescar. O domínio dos espaços nos lagos segue a lógica da produtividade capitalista, onde quem tem maior capacidade de produção, dispõe de maior quantidade de embarcações e apetrechos,

⁶ Arrastar a canoa é o ato de puxar manualmente até chegar ao lago, essa situação ocorre quando o nível da água na passagem para o lago está muito baixo, sem condição de navegação para acesso ao mesmo.

acabam dominando os espaços. Nesse sentido, as pescadoras que não possuem mais de uma embarcação vão perdendo espaço em seu local de trabalho, que é um bem público da União.

Após a definição do espaço para a captura da espécie, começam a armar seus *arreios*. Diferente da pesca de outras espécies aquáticas onde o apetrecho de pesca é colocado juntamente com a isca fixa ao mesmo e o período de espera para captura geralmente é longo, na pesca do camarão de águas interiores, o processo é rápido e bem dinâmico.

Primeiro, a pescadora mergulha várias camaroeiras à margem do lagos, com uma distância pequena uma das outras, em uma linha reta imaginária, bem próxima às raízes das vegetações flutuante (figura 50). Depois, retorna jogando a isca na direção de cada uma das armadilhas, quando chega à última, aguarda cerca de 5min e volta para a primeira camaroeira que foi armada e sai puxando cada uma delas do rio e jogando o que o que foi capturado de crustáceos dentro da canoa (figuras 51, 52 e 53).



Figura 50: Mergulho da camaroeira
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013



Figura 51: Lançamento da isca
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013



Figura 52: Retirada da camaroeira
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013



Figura 53: Camarões capturados
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

Em seguida, elas retiram outras espécies aquáticas e colocam de volta ao rio. Nesse momento enfrentam o perigo delas serem picadas por cobra ou ferradas por arraia, caso algum venha junto com os camarões na camaroeira. Terminada a captura, colocam os camarões

dentro do saco de cebolas e lavam os mesmos nas águas do lago. Depois de lavados são transportados, dentro do próprio saco ou no isopor com gelo para as residências das pescadoras onde ocorrerá o processo de conservação.

A frequência da pesca é de sete dias por semana, de domingo a domingo. O espaço de tempo que permanecem no lago pescando, varia de 1h as 7h ou mais, depende tanto dos fatores sociais como dos ambientais. Para elas, o melhor horário para pesca é do final da tarde aproximando-se da noite. Mas há aquelas que gostam da madrugada.

Durante o tempo que as pescadoras capturam os crustáceos, elas conversam sobre a pesca, a vida, a casa, o marido e os filhos. Contam piadas, se divertem. O espaço de trabalho também é também espaço de lazer e diversão.

As pescadoras que dispõem de várias embarcações permanecem mais tempo pescando. Esse tempo está relacionado tanto às horas de permanência nos lagos como em relação ao período sazonal. Enquanto as outras que não possuem embarcação com motor param de pescar no período final da vazante devido à dificuldade de deslocamento para os lagos mais distantes. As outras continuam a pesca no complexo Macuricanã, na APA Nhamundá em razão da diferença da condição material existente entre elas.

A referência de unidade de medida utilizada pelas pescadoras é o litro. Os termos que utilizam referentes à capacidade são frasco, saca, bacia e alqueire (Quadro 04). Essas terminologias são usuais no município. Não trabalham com medidas de peso por acharem muito complicado.

TERMOS DE MEDIDA DE CAPACIDADE	CAPACIDADE EM LITROS (l)
Frasco	02l
Saca	20l
Bacia	20l
Alqueire	40l

Quadro 04: Medidas de capacidade utilizadas pelas pescadoras
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

A unidade de produção é familiar. Jamais permitem pessoas que não sejam parentes. Doze pescadoras trabalham sozinhas e treze em parceria com algum ente familiar. Algumas relatam não acreditar na crença do panema, “Panema não existe. Tem dia que a pesca é boa, tem dia que não. É assim pra todo mundo. Deus é quem sabe” (Pesquisa de Campo, 2013). Outras que creem no panema protegem-se levando consigo um alho roxo. O azar na pesca ainda existe nos ambientes. Para as mulheres o azar não tem haver com a menstruação e sim com uma escolha errada no local de montar o *arreio*.

3.4. A conservação do crustáceo.

A terceira etapa do processo de trabalho com a pesca do camarão é a de conservação do crustáceo. Como destaca Portella (2009, p. 2), “são poucos os trabalhos relacionados às técnicas de conservação pós-colheita e qualidade de camarões de água doce, principalmente de *M. amazonicum*”. As pescadoras realizam a conservação do crustáceo por meio da técnica do cozimento com sal e armazenamento no gelo, conhecimento este que adquiriram com suas mães e parentes.

O cozimento do crustáceo ocorre quando as pescadoras chegam em casa, logo após a pescaria, geralmente à noite ou na manhã seguinte. Os crustáceos são cozidos pelas mulheres com a participação dos homens e das filhas (as) maiores. Essa atividade é realizada ao redor da casa, no quintal, geralmente em uma fogueira ou fogão a lenha, onde são utilizadas panelas ou bacias de alumínio e sal para cozinhar o camarão (figura 54).



Figura 54: Conservação do camarão
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Após a salmoura, os camarões são colocados em uma caixa de isopor com gelo para que dure de três a seis dias caso não seja comercializado em sua totalidade no mercado central do município. Se não houver o acondicionamento dos crustáceos no gelo, depois da salmoura, os camarões duram somente de um a três dias. Nesse sentido, Portella (2009, p.3) ressalta que a submissão do crustáceo a um método de conservação logo após a sua captura, é de fundamental importância devido sua alta perecibilidade. O processamento de conservação é importante para agregar valor ao pescado, “que de matéria prima perecível, passa a ser um produto com maior vida útil e com novas opções de consumo”.

O camarão salgado é empregado de forma diversificada na cozinha parintinense. O crustáceo é utilizado no preparo de farofa, vatapá, tacacá, macarronada, arroz etc. Portella (2009) observa que o conhecimento sobre novas técnicas de conservação do crustáceo de água doce é importante porque possibilita melhorias na produção pesqueira e amplia a possibilidade de novos mercados consumidores, o que pode resultar em aumento do rendimento econômico.

Com a utilização do freezer, o camarão dura em torno de dois meses (Pesquisa de campo, 2013), mas sem rede de energia elétrica em Brasília e Catispera, essa é uma situação que ainda não é possível para todas as pescadoras. Algumas poucas pescadoras que dispõem de freezer na sede do município, conseguem armazenar camarões para serem vendidos no período da enchente, quando não a pesca do crustáceo não é possível. Relatam, “todo o camarão que conseguimos armazenar no freezer é vendido rapidamente, não estraga.” (Pesquisa de Campo, 2013).

A falta de uma infraestrutura adequada para o processo de conservação do camarão coloca em risco tanto as pescadoras como os crustáceos. As pescadoras porque podem vir a sofrer acidentes como queimaduras, uma vez que não utilizam nenhum tipo de equipamento de proteção nem para as mãos, nem para o corpo, mesmo ficando muito próximas a bacia quente e ao fogo. Os crustáceos porque, se não forem bem manuseados com os cuidados de higiene adequados, podem vir a deteriorasse, gerando prejuízo financeiro.

Lima e Santos (2014), destacam que a manipulação inadequada e higiene podem afetar a qualidade bioquímica e microbiológica dos camarões e transmitir patógenos para os consumidores. Nesse sentido, observa-se que se faz necessário não somente por uma questão de segurança pessoal, mas principalmente por uma questão de saúde, uma vez que o camarão é um alimento com uma grande saída no mercado, que haja cuidados tanto de manuseio como de higiene no processo de conservação do camarão.

A conservação do crustáceo não se restringe ao processo de salga e colocação no gelo após a captura da espécie com todos os cuidados técnicos e de higiene que este processo requer. A conservação é algo mais abrangente que envolve questões socioambientais, em outras palavras diz respeito também à conservação dos ambientes pesqueiros – habitat dos camarões, respeito ao período de reprodução dos mesmos e, a relação das pescadoras e pescadores com esses dois fatores que se relacionam diretamente com a necessidade de acordo de pesca, manejo e direitos socioambientais.

Não há fiscalização sanitária no processo de conservação, nem de comercialização do camarão. As pescadoras trabalham de acordo com o conhecimento que adquiriram no decorrer dos anos com suas parceiras de trabalho. Não foi observada nenhuma iniciativa por parte do poder público, nem das organizações representativas dos pescadores, voltada para a formação dessas trabalhadoras da pesca, no sentido de orientá-las quanto a aspectos técnicos e de higiene na conservação e comercialização dos crustáceos.

Capítulo IV

A travessia da comercialização: de Catispera e Brasília ao mercado municipal de Parintins

A comercialização dos crustáceos, quarta e última etapa antes de reiniciar o processo de trabalho na pesca do camarão, tem início com a travessia do rio Amazonas em direção à sede municipal entre, 4h ou 5h da manhã. A travessia do rio é feita em canoa, rabeta ou bajara. Ao atracarem as embarcações aos fundos do Mercado Municipal Leopoldo Amorim da Silva Neves, os maridos, filhos(as) ou muitas vezes sozinhas, desembarcam além do camarão, a bacia onde o mesmo será exposto, a vasilha que será usada como medida de litro, um ou dois tamboretas e um guarda sol. Organizam-se uma ao lado da outra, ao lado direito do mercado (figura 55), onde permanecerão até às 13h durante todo o período de pesca do camarão. (Pesquisa de Campo, 2013).



Figura 55: Local de comercialização do camarão
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

Há mais de cinco décadas, as pescadoras de Catispera e Brasília realizam essa travessia do rio Amazonas no período de junho a dezembro à sede municipal, para comercializarem o produto fruto do seu trabalho. Ele é vendido com exclusividade pelas pescadoras, atividade esta que é observada e reconhecida na cidade. Elas são conhecidas como as mulheres camaroeiras do mercado, que indica o gênero e a atividade que realizam.

Contudo, nem todas fazem a travessia do rio. Aquelas que ficam na comunidade, vendem sua produção pesqueira para outras pescadoras que vão ao mercado comercializar os crustáceos, que poderíamos chama-las *atravessadoras*.

A demanda pelo crustáceo é grande e permanente o que garante a venda de toda a produção. O lucro em termos monetários cobre as despesas realizadas com a pesca, mas não paga o esforço empreendido do tempo dedicado a essa atividade pesqueira, nem o desgaste por ela ocasionados a suas pescadoras.

No período da enchente, quando a pesca do camarão é interrompida, algumas pescadoras continuam a atravessar o rio Amazonas, desta vez para venderem os produtos frutos da agricultura de pequeno ciclo, como a melancia, o melão, o milho, o cheiro-verde etc., bem como outras espécies de peixes como o bodó, o pacú e outros. A diferença é que os homens participam do processo da comercialização desses outros produtos, diferente do que ocorre com o camarão onde só elas vendem.

Nesse capítulo iremos discorrer sobre o processo de comercialização do camarão, a travessia do rio Amazonas para a sede do município, o desembarque do pescado, a venda e o valor atribuído aos crustáceos. Assim como, o tipo de medida que utilizam, o processo de negociação com os consumidores, a renda proveniente dessa venda e, por fim, quem decide o destino que será dado a esse dinheiro e luta das pescadoras por seus direitos no universo pesqueiro.

4.1. O mercado municipal: ponto de venda

A venda do camarão, como já foi dito, começou por D. Ana Gomes na década de 60 e subsequentemente pelas outras pescadoras na rampa ao lado esquerdo do Mercado Municipal Leopoldo Amorim da Silva Neves (figura 56), em frente à prefeitura municipal de Parintins. Nesse local era comercializada a farinha e até os dias atuais apresenta intenso fluxo de ciclistas, tricicleiros, mototaxis, carros particulares, táxis e caminhões por servir de porto para barcos e lanchas que fazem linha para a cidade.



Figura 56: Mercado Municipal
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

Na rampa, as pescadoras colocavam suas bacias de alumínio repletas de camarão seco e ali realizavam sua venda (figuras 57 e 58). Mas em razão de vários conflitos com os taxistas e caminhoneiros, efetivamente após um acidente de uma pescadora por um caminhão, a prefeitura cedeu a lateral direita do mercado para que elas realizassem a comercialização do camarão, espaço utilizado até os dias atuais.



Figura 57: Primeiro local de venda do camarão
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013/enchente



Figura 58: Rampa lateral do mercado municipal
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013/vazante

O mercado municipal está vinculado a Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento – SEMPA que dispõe de um administrador e um auxiliar administrativo para realizarem a gerência do local. Construído às margens do rio Amazonas, sua parte inferior fica debaixo d'água no período da enchente. Sua estrutura física encontra-se bastante danificada, necessitando de uma reforma. Na parte interna do mercado, encontram-se boxes de venda de carne, café regional, bancas de frutas e verduras, artesanato e iguarias regionais, tornando-se um atrativo para os turistas e visitantes.

Aos sábados, domingos, feriados e principalmente no período de realização do festival folclórico em junho e na festa da padroeira da cidade, N. Sr.^a do Carmo, em julho, o fluxo de consumidores aumenta significativamente, o que representa maior volume de venda para todos os feirantes inclusive para as pescadoras.

A relação do representante do poder público municipal com as pescadoras é realizada por meio do controle do desembarque do camarão. Durante todo o período em que é comercializado, geralmente nos meses de julho a novembro/dezembro, a quantidade levada para venda é registrada diariamente.

Cada pescadora tem uma planilha individual de *Registro de Comercialização de Camarão*. Nela é anotado a data em que foi realizar a venda, a quantidade e o valor por litro. Esses dados são repassados para uma outra planilha onde são registrados a somatória da

quantidade de camarão comercializado, sendo agrupados por mês e este dividido em semanas. É interessante observar, que na planilha mensal consta o nome do conjugue da pescadora, mas quando indagamos a razão do registro desse tipo de informação, a administração local não soube informar. Apesar da demanda por camarão ser permanente como já mencionamos, há dias em que a venda é baixa. Assim as pescadoras precisam retornar para as suas residências e voltar no dia seguinte para prosseguir com a comercialização.

Os registros de desembarque do camarão feitos no mercado são manuais e não existem arquivos, todas as fichas são encaminhadas para a SEMPA onde as informações são armazenadas em um computador para fins estatísticos do município. Segundo informação da própria SEMPA, houve uma pane nos computadores e eles perderam dos dados existentes e, como não há arquivos das fichas de registro manuais e nem *backup* no sistema da secretaria não podemos dispor de dados que nos subsidiassem em uma análise mais detalhada sobre o desembarque e venda do camarão em um horizonte de tempo maior, restando-nos apenas dados de 2007 - agosto e setembro e 2008 – setembro (Pesquisa de Campo, 2013).

A venda do camarão não é exclusivo do Mercado Municipal Leopoldo Amorim da Silva Neves. Na calçada da feira do Bagaço no bairro da Francesa e na calçada da feira da rua Paraíba, também vendem-se camarão. As pescadoras são da Vila Amazônia onde mora quase toda a família da D. Ana Gomes.

As pescadoras de Brasília e Catispera, antigamente vendiam os camarões, expostos em uma bacia de alumínio, sentadas no chão sob um plástico. Atualmente vendem sentadas em um tamburete que elas mesmas trazem de suas casas. Os camarões continuam sendo expostos aos consumidores em uma bacia de alumínio, agora em cima de um banco e não mais no chão como antes. Se protegem do sol e da chuva por meio de um guarda-chuva doado pela prefeitura há muito tempo (figura 59). Não utilizam nenhum tipo de protetor solar porque consideram caro.



Figura 59: Condições atuais de venda do camarão
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

No período de sete horas que passam vendendo o camarão aproveitam para realizar outras atividades, como a compra de mantimentos para a família, marcação de consultas médicas, negociação dos produtos resultante do roçado além de acompanharem, via celular, o desenvolvimento das atividades que deixaram pra ser realizadas em casa pelos filhos e filhas, como o cuidado com os irmãos menores, a lavagem da roupa, a pesca dos peixes que servirão de isca para capturar os camarões etc.

Como podemos observar as condições de trabalho para realização da comercialização do camarão são precárias. O poder municipal oferece o espaço público para a venda do crustáceo, água clorodificada e banheiro. O espaço é a céu aberto, sem nenhum tipo de proteção para as pescadoras e nem para o recurso natural pesqueiro. Localizam-se a beira do asfalto sem nenhum tipo de barreira protetora, correndo o risco de acidentes com veículos diversos, desde bicicletas até caminhões que passam bem próximo a elas. A pele das pescadeiras e camaroeiras é completamente exposta aos raios solares que podem causar vários danos, desde o envelhecimento precoce até o surgimento de uma câncer. A água que bebem é tratada com hipoclorito, mas por ficar armazenada em um recipiente plástico esquenta, tornando-se desagradável seu consumo e o banheiro que utilizam encontra-se em condições precárias de uso, necessitando de uma reforma.

Os crustáceos, por ficarem expostos sem nenhum tipo de proteção nas bacias de alumínio estão sujeitos a poeiras e a qualquer outro tipo de organismo externo que possa vir a contaminá-los. Mesmo com a precarização do trabalho vivido por essas pescadeiras e camaroeiras, elas não lamentam sua vida. Ao contrário, estão sempre dispostas, bem arrumadas e são muito simpáticas com os fregueses. Possuem uma clientela fiel, negociam

preço e, protegem a si mesmas e aos crustáceos da melhor forma possível e ao qual tem acesso.

4.2. A comercialização: tradição mantida

O valor dos crustáceos ainda é até os dias atuais determinado de acordo com a lei da oferta e da procura, quanto maior a demanda, mais alto o valor cobrado. Estão incutidos nos camarões que são comercializados, para além da força de trabalho empreendida, os conhecimentos geracionais, culturais e, portanto, sociais e históricos sobre a pesca.

Os relatórios da SEMPA mostram a produção do camarão realizada nos meses de agosto e setembro de 2007 e, do mês de setembro de 2008 de todas as comunidades onde ocorreu a pesca, o quantitativo comercializado por pescadora, o valor do litro e o rendimento mensal, independente do mercado onde o mesmo foi vendido. Nas tabelas 04, 05 e 06 abaixo, mostramos os dados referentes a Brasília e Catispera.

COMUNIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DA BRASÍLIA			
PRODUTORES	LITROS	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
TOTAL	8.146	2,00	16.292,00
COMUNIDADE DE SANTO ANTONIO DO CATISPERA			
TOTAL	4.935	2,00	9.870,00

Tabela04: Produção do camarão/agosto de 2007.
Fonte: Relatório da SEMPA 2007.

COMUNIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DA BRASÍLIA			
PRODUTORES	LITROS	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
TOTAL	8.377	2,00	16.754,00
COMUNIDADE DE SANTO ANTONIO DO CATISPERA			
TOTAL	5.508	2,00	11.016,00

Tabela05: Produção do camarão/setembro de 2007.
Fonte: Relatório da SEMPA 2007.

COMUNIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DA BRASÍLIA			
PRODUTORES	LITROS	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
TOTAL	3.945	2,00	7.890,00
COMUNIDADE DE SANTO ANTONIO DO CATISPERA			
TOTAL	5.383	2,00	10.765,03

Tabela 06: Produção de camarão/setembro de 2008
Fonte: Relatório da SEMPA/2008.

Os homens pescadores de camarão, não realizam a comercialização dos crustáceos no Mercado Municipal Leopoldo Amorim da Silva Neves, só as pescadoras comercializam, tanto de Brasília como de Catispera, mas nas tabelas de controle de desembarque do camarão no

mercado ainda há o registro de homens, mesmo sendo suas esposas que realizem a venda. Estas pescadoras desenvolvem essa atividade comercial há muitos anos, aprenderam com suas mães e com as outras pescadoras e, por meio da prática foram desenvolvendo suas habilidades comerciais.

Conforme podemos observar por meio dos dados de comercialização dos crustáceos expostos nas tabelas 04, 05 e 06 (p. 104), Catispera, mesmo tendo uma quantidade de pescadoras menor do que Brasília, mostra grande potencial de produção pesqueira de camarão pelo fato de onze dos treze lagos de pesca da ilha de várzea estarem localizados em sua área de abrangência.

Na tabela 05 (p. 104) a produção do camarão comercializado no mês de setembro, no ano de 2008, tanto em Brasília como em Catispera, é menor que a do ano anterior, 2007 (tabela 06, p. 104). Esse dado confirma a fala das pescadoras que relatam que a quantidade de camarão presente nos lagos pesqueiros vem diminuindo no decorrer dos anos em razão dos impactos causados ao ambiente por meio da pesca intensiva, ausência de um acordo pesqueiro e a criação de búfalos em área aberta. A diminuição no quantitativo da produção pesqueira implica uma diminuição no rendimento familiar, uma vez que o preço do litro do camarão permaneceu o mesmo em dois anos.

A pesca do camarão vem se expandindo para outras localidades da área rural de Parintins, entre elas a comunidade de Santa Maria na gleba da Vila Amazônia, onde mora a D. Ana Gomes e a comunidade de São José no paraná do Espírito Santo, mantendo a tradição de ser uma pesca realizada por mulheres.

As pescadoras não fazem estoque de camarão para ser vendido na época da cheia por não haver um terminal pesqueiro no município de Parintins. Se existisse, poderia haver um controle mais detalhado do desembarque do pescado para comercialização como também o armazenamento dos mesmos. A inexistência de rede elétrica nas comunidades impossibilita a manutenção de freezers para conservação de estoque pesqueiro. Algumas pescadoras mantêm *freezers* na sede municipal, conseguindo armazenar até 3.000 litros de crustáceos que é vendido em menos de um mês.

O dinheiro proveniente da venda do camarão é investido com prioridade na melhoria da casa, compra de equipamentos, utensílios domésticos, apetrechos de pesca, alimentação, vestuário. Em geral, quando sobra algum dinheiro, depositam na poupança. Essas pescadoras necessitam do acesso a linhas de crédito para compra de equipamentos, situação esta que só pode ser resolvida a partir do momento que tenham o RGP.

Ainda que a venda de camarões renda um lucro maior que as despesas, falta investimento em sua pesca, tanto no sentido ambiental, com pesquisas sobre um tipo de *arreiro* que não cause danos ao ambiente pesqueiro, como no social na construção do reconhecimento e acesso dessas trabalhadoras da pesca as políticas públicas.

O governo municipal criou a SEMPA com a finalidade de estimular e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável que envolva atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, pecuária de corte e leite, criação de pequenos animais, extrativismo, entre outras, tendo como fortalecimento a agricultura familiar com vistas à segurança alimentar e a melhoria das condições de vida do homem e da mulher rural, tendo como eixo norteador a coordenação de mercados e feiras urbanas e rurais, assessoria, capacitação, assistência técnica e extensão em atividades agropecuárias, pesca e aqüicultura para comunidades, entidades e instituições que visem à melhoria das condições de vida e da produção agropecuária e pesqueira do município (SEMPA, 2012). Contudo, o que se observa é que a secretaria, até o momento, não conseguiu dá sequência as intenções e ações voltadas à pesca e as pescadoras de camarão.

O apoio que o município propõe à mulher rural se refere às ações de capacitação técnica, e suporte para comercialização nos mercados e feiras, porém verificou-se por meio da análise dos relatórios anuais da SEMPA (2007, 2008 e 2010) que não houve uma continuidade nas ações desenvolvidas para essa finalidade. As ações voltadas a melhoria das condições de vida na área rural foram realizadas devido à parceria com os governos estadual e federal como, por exemplo, o levantamento de terras estaduais realizado pelo Instituto de Terras do Estado do Amazonas – ITEAM visando à regularização fundiária e a implantação de rede elétrica por meio do programa Luz para Todos.

Em 2007, o município doou as pescadoras as *Tendas do Pescador Artesanal* (figura 60), para exposição e comercialização de peixes e camarão regional, bem como apoiou e participou da festa do camarão. Nesse sentido é interessante destacarmos que mesmo sendo sabedores que só quem realiza a comercialização do camarão ao lado do Mercado Municipal Leopoldo Amorim da Silva Neves são as mulheres, o registro gráfico feito na tenda se reporta ao gênero masculino.



Figura 60: Tendas do Pescador Artesanal
Fonte: Arquivos SEMPA/2007

As *Tendas do Pescador Artesanal* eram barracas pequenas com armação de ferro cobertas por lona. Havia uma bancada que dava para comportar duas bacias de camarão e um espaço interno onde as pescadoras guardavam seus objetos de trabalho e pessoal. A quantidade de *tendas*, quatro (04), era menor do que as de pescadoras que iam vender o camarão no Mercado Municipal Leopoldo Amorim da Silva Neves. A quantidade de barracas era menor que a de pescadoras. Mesmo ficando duas pescadoras em cada barraca ainda havia pescadoras sem barraca, que continuavam a vender os crustáceos sentadas em um tamburete.

Com o passar do tempo às tendas foram se desgastando e hoje não resta mais nada, só alguns pedaços da armação de ferro que as pescadoras utilizam para abrir o guarda-chuva. A festa do camarão, na comunidade de Brasília (agosto ou setembro) é delas próprias. São elas que arrecadam os brindes que serão entregues aos ganhadores das competições, assim como os bingos e rifas que animam a festa.

Essa festa é bem animada. Nela é vendida uma variedade de pratos feitos com o camarão (figura 61). Vendem-se bilhetes para eleger a garota camarão (figura 62) entre outras brincadeiras, todas com o objetivo de arrecadação de fundos para investir em alguma melhoria para a comunidade (prioridade estabelecida pelos comunitários em reuniões preparatórias a festa).



Figura 61: Pratos feitos com o camarão regional
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013



Figura 62: Garota camarão
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

A venda do camarão movimenta a economia do município de Parintins em 10% do valor da safra entre os produtos agropecuários e pesqueiros, chegando a mobilizar R\$ 64.000,00 ao ano (tabela 07), sendo superior renda do cultivo do arroz e chegando próximo a da juta, que foi no passado a principal fonte de econômica do município.

Item	Discriminação	Unidade	Quantidade	Valor Médio/t/l	Sub Total
01	Juta ^(R\$)	Tonelada	100	1.000,00	100.000,00
02	Malva ^(R\$)	Tonelada	550	1.000,00	550.000,00
03	Milho ^(R\$)	Tonelada	437	500,00	218.500,00
04	Arroz ^(R\$)	Tonelada	60	1.000,00	60.000,00
05	Feijão ^(R\$)	Tonelada	112	1.500,00	168.000,00
07	Hortalças ^(R\$)	Tonelada	250	500,00	125.000,00
08	Melancia ^(R\$)	Unidade	180.000	2,00	360.000,00
09	Farinha ^(R\$)	Litro	620.708	1,28	796.767,00

08	Pesca	Tonelada	2.000	1.500,00	3.000.000,00
09	Piscicultura	Tonelada	60	4.000,00	240.000,00
10	Pecuária ^(*)	Tonelada	2.880	3.800,00	10.944.000,00
11	Camarão^(*)	Litro	32.000	2,00	64.000,00
TOTAL R\$				16.626.267,00	

Tabela 07: Estimativa de Produção da safra 2007/2008

Fonte: SEMPA/PMP (Pesquisa de Campo, 2013).

(*) Os valores relacionados compreendem aos dados da produção real coletados na Feira do Produtor Rural e Matadouro

(**) Estimativa de produção com base na quantidade de sementes distribuídas no Município do Parintins em 2007.

Em 2008, o município por meio de ações planejadas pela extensão rural, programou a realização de cursos técnicos para os produtores e criadores na área de manejo da pesca do camarão regional, mas esta atividade não prosperou. As pescadoras entrevistadas, não relataram nenhuma ação realizada pelo poder público no que se refere à formação sobre manejo do camarão. O governo municipal planeja para atender 10% da área rural, mas mesmo assim não consegue realizar todas as ações previstas.

Em relação ao fomento para a safra 2008/2009, nada constava para a pesca do camarão. Nenhum investimento operacional foi estimado, mesmo tendo sido feito uma parceria com a SEAP no qual foi liberada uma verba no valor de R\$ 107.000,00 (Cento e sete mil reais) para realização de um projeto para Capacitação e Aquisição de Equipamentos.

Em 2010, o governo municipal propôs ações visando o fortalecimento da agricultura familiar e a sustentabilidade das atividades agropecuárias do município por meio de audiência pública. Entre as ações planejadas e realizadas para o segmento pesqueiro constava a entrega do RGP; acompanhamento e orientação técnica aos produtores da área de várzea; apoio logístico na realização da Festa do Camarão, a estatística da comercialização do pescado nas feiras e mercados municipais e o apoio à Secretaria de Patrimônio da União - SPU e ao Instituto de Terras do Amazonas - ITEAM no mapeamento das comunidades de várzea, para regularização fundiária (SEMPA, 2013). Contudo, em Brasília e Catispera, tudo permaneceu como antes. Não houve acréscimo da quantidade de pescadoras com RGP; os comunitários continuam sem informações quanto à regularização da terra e a pesca prossegue como outrora.

No período do defeso, de 15 de novembro a 15 de março, o IBAMA realizou fiscalização nas feiras e mercados no sentido de coibir a comercialização de peixes e animais silvestres protegidos por lei. Essa ação foi pontual, nos anos subsequentes, de 2011 a 2013 não ocorreram mais. A pesca predatória e o comércio ilegal das espécies vêm ocorrendo nas

feiras e mercados do município mesmo durante o período do defeso, principalmente a do pirarucu (*Arapaima gigas*).

Mesmo com incentivo do MPA por meio do Plano Safra/2012, o Terminal Público Pesqueiro – TPP que serviria como entreposto para as pescadoras e pescadores do município de Parintins, não se concretizou. O TPP, para além de poder vir a realizar o levantamento estatístico do desembarque do pescado, serviria também para o beneficiamento e armazenamento, serviços estes necessários não somente às pescadoras de camarão, mas a todos pescadores e pescadoras do município.

A comercialização do camarão não se reduz ao ato de venda do pescado, envolve questões socioambientais e econômicas que vão desde o deslocamento das pescadoras de suas casas até o mercado, bem como as condições de trabalho que lhes são oferecidas pelo poder público, passando pela conservação, armazenamento, controle de desembarque e valor do crustáceo. As pescadeiras, camaroeiras, trabalham mais de 7h na comercialização do camarão. No retorno a suas casas do outro lado do rio, geralmente às 13h, elas continuam a lida. Preparam o almoço para a família e, enquanto os maridos descansam elas reiniciam todo o processo de trabalho com a pesca do camarão verificando os apetrechos para a captura da espécie que será realizada no início da noite, às 17h.

4.3. Entre a sobrevivência e a subsistência¹: a luta das mulheres pela tradição e conservação

A luta das camaroeiras de Parintins pela tradição e conservação da pesca do camarão é literalmente uma luta em busca da sobrevivência e subsistência do seu grupo familiar doméstico. Nesse sentido, a família constitui-se como espaço indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção dos filhos.

A luta das pescadoras vem sendo uma luta travada individualmente. A discussão sobre essas trabalhadoras da pesca tem passado ao largo das pautas de discussões das organizações dos pescadores em Parintins. O ambiente pesqueiro é historicamente masculino. Ainda, não há uma discussão sobre o gênero. As mulheres são levadas a negação de sua própria

¹ Os termos sobrevivência e subsistência possuem significados que se complementam entre si. A sobrevivência se refere à luta pela permanência da própria existência biológica por meio da busca por alimento e a subsistência compreende a forma como se dá essa luta pela sobrevivência, geralmente em regime de economia familiar, visando à manutenção do grupo familiar doméstico (PATERNIANI, 2001). No caso, a pesca artesanal do camarão é uma pesca de subsistência porque garante a sobrevivência e a manutenção do grupo familiar doméstico das pescadoras de Brasília e Catispera. A sobrevivência do grupo familiar depende dessa pesca.

identidade de pescadoras. Vivem à margem dos seus direitos de trabalhadora da pesca, não discutem coletivamente sobre o trabalho que realizam, nem sobre a necessária e imprescindível conservação ambiental para a permanência de sua principal atividade produtiva.

Pesca artesanal não é sinônimo de conservação ambiental. A pesca do camarão tornou-se intensiva e agregada a outros fatores já descritos anteriormente como a ausência de um período de defeso para o crustáceo, vem gerando impactos socioambientais. Mas, continua sendo artesanal devido os instrumentos que utiliza.

Esta modalidade de pesca está atrelada as políticas sociais e ambientais, pois, trata de questões que envolvem tanto os seres humanos e o ambiente natural pesqueiro. As pescadoras, na busca pela subsistência de seu grupo familiar doméstico, acabam pondo em risco a própria permanência dessa atividade produtiva ao entrarem na lógica do sistema capitalista.

Essa situação poderia ser evitada se o Estado agisse ativamente enquanto mediador dos interesses coletivos, mas isso não ocorre. A omissão do poder público é notória. Por sua vez o cotidiano exaustivo dessas trabalhadoras tem as levado a um estado de cansaço tão grande no qual o único pensamento é a pesca do dia seguinte. A única certeza que tem é a de que não querem que seus filhos sejam pescadoras (es) como elas.

A grande diversidade de espécies aquáticas existentes nos rios, lagos e igarapés da Amazônia, fizeram da pesca uma atividade associada a outras práticas extrativistas e de agricultura, que tinha por finalidade garantir a subsistência da população nativa, ou seja, os povos indígenas. Os apetrechos de pesca mais utilizados por eles eram o arco e a flecha, o anzol e o arpão, o que não exigia grande esforço de pesca, mas devido à intensidade como que era realizada já representava certo risco para as espécies. Esta situação foi se agravando com a mudança na lógica de apropriação social do recurso, que antes era de valor de uso passou para valor de troca com a introdução da pesca comercial associada a novas tecnologias (uso de malhadeira de algodão), simbolizando o início da ruptura com a pesca tradicional de subsistência (VERÍSSIMO, 1970 apud PEREIRA et al, 2007). Como ressalta Furtado (1993) apud Pereira et al (2007, p. 17)

Em função da expansão da pesca comercial, houve uma dupla dimensão dessa atividade. Numa delas, a atividade da pesca é apenas complementar na vida da população; na outra, a pesca é uma atividade central, ocupando quase totalmente o tempo do pescador.

Os pescadores inseridos na primeira dimensão da pesca destinam o produto da captura mais ao consumo do que à comercialização, e estão associados permanentemente há uma atividade de produção agrícola, são os *pescadores*

polivalentes, devido à multiplicidade de tarefas realizadas sazonalmente por estes agentes sociais que habitam o interior dos municípios.

Os grupos sociais inseridos na segunda dimensão têm na atividade da pesca o centro de sua ocupação e por isso são denominados de *pescadores monovalentes*. Para estes grupos a pesca se coloca como atividade prioritária para a obtenção de uma remuneração, ainda que destinem parte de seu tempo a outras formas de trabalho.

Estas categorias sociais se distinguem relativamente quanto às relações sociais e produtivas que compõem a estrutura socioeconômica e cultural dos grupos aos quais pertencem. As singularidades no seio da organização destes grupos sociais nortearão a forma de uso dos recursos naturais, principalmente no que tange aos recursos pesqueiros. Assim, ‘ambos aparecem como categorias relativamente distintas de produtores autônomos em termos da organização do trabalho, da composição das unidades de produção, do uso do tempo, do circuito de pescaria e das modalidades de manejo do meio ambiente’.

Grande parte do pescado que chega à mesa da população brasileira e, mais especificamente da Amazônia é fruto do trabalho dos pescadores profissionais artesanais, eles são os responsáveis por 60% da pesca nacional, resultando em uma produção de mais 500 mil toneladas por ano (MPA, 2012).

Maneschy (2010) chama a atenção para o fato das mulheres, nacional e internacionalmente no setor pesqueiro estarem reivindicando reconhecimento de sua condição produtiva em muitos contextos. Esse reconhecimento refere-se especificamente aos órgãos públicos de seguridade social, de trabalho (Ministério e delegacias regionais) e às secretarias executivas do setor pesqueiro.

Na luta pela subsistência há uma situação que antes não se caracterizava como um problema para as pescadoras de camarão: com quem deixar os filhos pequenos. Os maridos nem sempre realizam esta atividade, o apoio é inconstante, como elas mesmo relatam “As vezes os maridos ajudam, mas as vezes não. Não temos com quem deixar nossos filhos pequenos. Antes dava para ficar com outro mais velho, mas hoje não, a comunidade está muito perigosa” (Pesquisa de Campo, 2013). Querem uma creche para deixar as crianças, pois, precisam sair para o trabalho com a pesca e a comunidade não é mais um lugar seguro, há roubos, tráfico de drogas etc. Elas temem por seus filhos (as).

Nesse sentido, as políticas sociais é condição imprescindível para não somente a reprodução das condições de vida do trabalhador, mas também para a realização dos seus direitos sociais e, conseqüentemente, de sua cidadania (SPOSATI, 2003). As políticas sociais devem ser compreendidas na perspectiva dos direitos de cidadania, para que se busque a consolidação da justiça social. Para além dos serviços sociais, as ações de políticas públicas devem se voltar para a garantia dos direitos sociais e assegurar as condições de igualdades para as classes subalternizadas.

Na sede do município existe o Sindpesca, a Colônia dos pescadores Z-17 e o Sindicato rural nos quais vários moradores encontram-se associados. Em reuniões com as pescadoras e pescadores tanto em Brasília como em Catispera, foi possível perceber que eles se associaram a Colônia dos pescadores Z-17 em razão dos laços de amizade e confiança pessoal do que por meio de uma organização e mobilização dos próprios pescadores.

Já o Sindipesca, oriundo um racha político entre os próprios dirigentes da Colônia, existe desde 2008. Alguns pescadores se associaram e depositaram esperanças de que esta instituição trouxesse melhorias efetivas para as suas vidas. A associação ao Sindicato Rural de Parintins se deu em razão do fato de morarem em área rural do município e trabalharem também com a agricultura, situação esta que foi se modificando com o passar do tempo, quando surgiu a Colônia dos pescadores, alguns associados começaram a identificar-se como pescadores, levando-os a quererem se desvincular-se desse sindicato para se associarem a Colônia e, assim oficializarem sua profissão de pescador artesanal. Encontram dificuldades para a quebra de vínculo e muitos permanecem até hoje no sindicato rural mesmo sendo pescadores. Relatam a insatisfação e pressão financeira que sofrem para permanecerem no sindicato rural “Quero sair desse sindicato para me associar ao dos pescadores porque eu sou pescador, mas não consigo porque não tenho como pagar as mensalidades atrasadas” (Pesquisa de Campo 2013).

Como podemos observar tanto pelas falas dos pescadores quanto por suas motivações expostas por eles para se associarem a uma entidade ou outra, percebemos a ausência de um movimento dos próprios pescadores no sentido de se perceberem como uma organização em si, de se sentirem partícipe desse processo de luta por conquistas de seus direitos e na reivindicação por suas necessidades alheias ao poder público constituído.

A pluriatividade de suas ações práticas de subsistência faz com que eles se associem a entidade que lhes parece estar de acordo com a atividade que desenvolvem. Mesmo desenvolvendo a pesca como principal fonte de renda econômica para a família, muitos estão associados ao sindicato rural.

5. O ciclo das águas e o PSPDA

A natureza por meio do ciclo hidrológico garante o defeso para o camarão uma vez que durante o período da enchente torna-se difícil a sua captura. Encontrando-se dispersos no rio Amazonas, os crustáceos garantem sua reprodução e maturação, uma vez que não tem impedimento legal para realização de sua pesca nessa época do ano, que coincide com o

período de defeso para várias outras espécies por meio do PSDPA (15 de novembro a 15 de março).

Do ponto de vista do recurso natural pesqueiro temos uma situação de proteção natural ao camarão, mas do ponto de vista social, encontramos-nos diante de uma situação de desproteção social para as pescadoras, que impedidas naturalmente de pescar o camarão encontram-se sem sua principal fonte de renda familiar e sem acesso ao PSDPA, uma vez que não dispõem do RGP, requisito legal para que se possa dá entrada ao requerimento solicitando o benefício.

Poucas pescadoras de camarão tem acesso ao PSDPA, pois, a maioria delas compartilha da ideia que se forem reconhecidas oficialmente como pescadoras e entrarem com o pedido ao PSDPA, pode prejudicar os seus maridos. A maioria das pescadoras em Parintins, por não possuir o RGP, acaba ficando a margem dos seus direitos sociais e trabalhistas já conquistados pela categoria. Dos mil novecentos e sete (1907) pescadores cadastrados nas entidades representativas, Colônia dos Pescadores Z-17 e SINDPESCA, apenas 13,8% são mulheres.

De acordo com os dados do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE/2012 (tabela 08) ao longo de 05 anos, de 2008 a 2012, a quantidade de mulheres que deu entrada no MTE requerendo o SDPA é muito inferior a dos homens, não chegando a 10% do total de pescadores do município e, se levarmos em consideração que as esposas dos pescadores, quase que invariavelmente, trabalham com seus maridos no desenvolvimento de diversas atividades pesqueiras como a de confecção e concertos de apetrechos de pesca, logo percebemos o alto índice de pescadoras que ficam a margem do PSDPA.

Requerimento Pescador Artesanal			
Grupo de informação para quantitativos, valores e detalhamentos relativos aos requerimentos da modalidade pescador artesanal			
Conteúdo: Qtd Requerente			
Ano Requerente	Gênero		
	Masculino	Feminino	Total
2008	507	20	527
2009	893	74	967
2010	506	88	594
2011	876	124	1.000
2012	498	57	555
Total	3.280	363	3.643
<i>Consulta executada em 15-05-2012 às 12:02h</i>			
<i>Seleções vigentes</i>			
Variável	Critério	Valor	
Ano Requerente	igual a	2009; 2010; 2011; 2012	

Município Residência	igual a	Parintins
----------------------	---------	-----------

Tabela 08: Requerimento PSDPA, Parintins-Am (2009 – 2012).
Fonte: SRTE/Am, 2012

O baixo índice de requerimento ao PSDPA por parte das pescadoras, de modo geral se dá pelo fato da maioria não se identificar como pescadora e por não possuir o RGP, conforme anteriormente mencionado. A Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003 (artigo 1º), determina que o PSDPA é um benefício concedido aos pescadores artesanais em função da preservação da espécie, ou seja, em proteção ao recurso natural pesqueiro. Contudo vale ressaltar que além do impedimento natural em função do ciclo das águas (enchente) durante o período do defeso, as camaroeiras ficam impedidas involuntariamente de exercerem seu trabalho de captura do crustáceo devido à proibição do uso dos lagos.

Aquelas pescadoras que recebem o PSDPA compram alimentos, apetrechos de pesca, realizam a manutenção da casa, pagam a prestação referente à compra de embarcação (canoa, bajara), medicamentos, vestuário para a família e sanam dívidas diversas. Relatam que sua condição de vida melhorou com o recebimento do benefício. “Com o dinheiro do defeso, não falta mais as coisas em casa. Agora a gente come, passa bem. Deu até comprar um motor, mais apetrechos de pesca, um fogão. Com o defeso, dá para a gente se planejar” (Pesquisa de Campo, 2013).

Quase todas gostariam que tivesse o defeso para a pesca do camarão. “Com o defeso pra gente, tudo ia ficar melhor. A gente não ficaria sem dinheiro na enchente e o camarão teria um tempo maior para reprodução. A lei deve ser pra todas as pescadoras. É um direito nosso e um reconhecimento por nosso trabalho de pescadora” (Pesquisa de Campo, 2013). Um grupo de dez pescadoras já conversou sobre o assunto. Gostam da idéia, mas relatam que “falta apoio a gente. A gente queria ter acesso não só ao defeso, mas a outras coisas que temos direito também, como receber uma ajuda quando ficamos doente” (Pesquisa de Campo, 2013).

As pescadoras de camarão têm direito ao PSDPA como qualquer outra pescadora que independentemente de sua vontade são impedidas de exercerem seu trabalho por um período determinado de tempo. Nesse sentido, Maia (2009, p.44) destaca que as políticas públicas destinadas ao setor pesqueiro, como o PSDPA constituem-se como frutos da organização dos pescadores em entidades representativas, situação esta observada em muitos outros países, onde as pescadoras estão formando associações e redes sociais, se organizando e se constituindo como agentes políticos na defesa dos interesses da sua profissão e das

comunidades (MANESCHY, 2010), situação esta ainda não presente entre as pescadoras de camarão de Parintins.

Para finalizar

No caminho percorrido neste estudo, voltamos nosso olhar para o outro lado do rio Amazonas, em frente à sede municipal de Parintins, a ilha de várzea de Brasília e Catispera. Nela residem mulheres, homens, crianças e idosos que vivem à margem das políticas públicas em uma luta cotidiana em busca da subsistência do seu grupo familiar doméstico.

As pescadoras de camarão residentes em Brasília e Catispera vivem do seu trabalho com a pesca, mas com difícil acesso as políticas públicas ao qual têm direitos. Não se percebem como cidadãs, simplesmente vivem o seu cotidiano em busca da subsistência do seu grupo familiar doméstico, o modo de viver na Amazônia.

Sem descanso, essas trabalhadoras da pesca não param, trabalham dia e noite na pesca do camarão concomitante com as atividades que desenvolvem com a agricultura, a criação de animais, os afazeres domésticos, o cuidado com os filhos e com o marido. O ritmo de trabalho é intenso e segue de acordo com o ritmo das águas. O período da cheia serve tanto de defeso para o camarão quanto para diminuição no ritmo de trabalhos dessas pescadoras, uma vez que ficam impossibilitadas de pescar e cultivar a terra, que por hora se encontra embaixo d'água.

As comunidades Brasília e Catispera estão próximas à sede municipal, mas as condições educacionais, de atendimento a saúde, de segurança, de habitação, de eletricidade e acesso a informações são precárias, quando não inexistentes. Historicamente os varzeiros tem vivido a margem das políticas públicas, mesmo tendo um “Estado dotado de capacidade regulatória e legitimidade democrática que possa planejar o próprio desenvolvimento” como destaca Acselrad (2001, p. 83). Nesse sentido, fica destacado o descaso do poder público local com a comunidade, que mesmo encontrando-se localizada em frente à sede municipal, encontra-se a margem das políticas públicas.

A sede das duas comunidades é semelhante às de várias outras da região amazônica, tendo uma capela, um centro social que é um barracão onde são realizados os festejos locais e uma escola. Em Catispera, o barracão é a escola reconhecida pela SEMED, funcionando em condições precárias.

As pescadoras de Catispera têm um sentimento de pertença em relação aos pontos de pesca localizados na área correspondente a comunidade. Esse sentimento de pertença tem relação direta com o fato da origem da pesca do camarão ter ocorrido na localidade, bem como em razão da disputa que ocorre atualmente pelos espaços de captura dos crustáceos nos

pontos pesqueiros devido ao aumento do número de pescadoras diante da rentabilidade decorrente dessa pesca.

A pesca vem sendo realizada cada vez mais intensivamente em conjunto com a criação de búfalos e, com a ausência de um efetivo acordo de pesca e de um período de defeso para o camarão, o ambiente pesqueiro vem apresentando sinais progressivos de degradação. Todos dizem que é necessário uma ação para reverter essa situação, mas não se manifestam publicamente. Elas percebem as mudanças ocorridas nos lagos, principalmente por meio da diminuição significativa na quantidade de crustáceos capturados, mas não se mobilizam para buscar alternativas de solução. O poder público é omissivo. Sabe que é necessário o acordo de pesca, e a criação de bubalinos em área delimitada.

O apetrecho de pesca, a camaroeira, que elas chamam de arreo, é o mesmo utilizado há mais de 50 (cinquenta) anos. Esse apetrecho não é seletivo para a espécie e, a única iniciativa do poder público na tentativa de mudança desse tipo de apetrecho para outro mais seletivo, o matapi, não deu certo, resultando na permanência do uso do mesmo apetrecho.

O trabalho com a pesca possui uma relação direta tanto com o ambiente e o recurso natural pesqueiro, o que requer cuidados com os mesmos no sentido de garantir a permanência da espécie-alvo e da atividade produtiva. Em Brasília e Catispera ainda não é observado nenhuma iniciativa nesse sentido, nem por parte das pescadoras, nem por parte das entidades representativas da categoria e nem por parte do poder público local.

Algumas pescadeiras e camaroeiras já demonstram preocupação com esta situação, “Não temos acordo de pesca, não temos manejo, não temos nada. Muitas acham que não precisa disso, mas o camarão está diminuindo, os lagos estão ficando pelados, sem vegetação na margem, é preciso que a gente faça alguma coisa” (Pesquisa de Campo, 2013). Nesse sentido, Diegues (2009) chama a atenção para necessidade de incorporar no conceito de manejo a dimensão social e cultural, pois o que irá administrar, sobretudo, são os comportamentos humanos e a tecnologia que escapam a simples questão biológica.

A Colônia dos Pescadores Z-17 e o Sindpesca ainda não realizaram nenhum trabalho com as pescadoras de camarão. As poucas pescadoras associadas a uma das organizações representativas da categoria, não participam ativamente. Associaram-se principalmente em razão do registro para recebimento do PSDPA, mas não discutem sobre seu trabalho e de outras pescadoras que, como elas, possuem demandas específicas em detrimento da atividade de pesca exercida.

Consideramos necessária uma articulação que promova o diálogo entre as instituições governamentais que trabalham direta e indiretamente com a pesca, o Conselho de

Desenvolvimento Territorial Sustentável – CDTS de Parintins e as pescadoras de camarão, uma vez que estes três segmentos discutem o assunto, mas de forma isolada. As políticas sociais interagem entre si, isoladas surtem efeitos parciais.

Discutir e propor alternativas para a busca de solução dos problemas relacionados à pesca do camarão em Brasília e Catispera é uma ação que requer planejamento e responsabilidade, pois se trata em lidar com a principal atividade produtiva de mais de 60 (sessenta) famílias. Comunidades estas que subsistem há mais de cinquenta anos do trabalho com a pesca e por mais que governos e pesquisadores queiram colaborar para melhoria da qualidade das famílias destas localidades, é imprescindível não somente que se conheça seu modo de vida, suas crenças, sua cultura, mas que os escutem e trabalhem em conjunto, em um processo de construção de cidadania.

As mulheres de Brasília e Catispera realizam todo o processo de trabalho com a pesca do camarão, desde a preparação da isca até a comercialização, mas não se autoidentificam como pescadoras por falta de informação adequada sobre o PSDPA. Com exceção das mulheres que vieram de outras localidades, todas foram levadas desde crianças para a pesca do camarão por suas mães também pescadoras. Os homens também são levados desde a infância para a pesca do camarão, mas sua atividade é direcionada para a condução da canoa, a pesca é das mulheres.

A condução da pesca do camarão para as mulheres é feita tradicionalmente por meio das relações sociais estabelecidas. Percebemos que os homens consideram esse tipo de pesca *fácil*, uma forma de valorizar mais a atividade que eles realizam com outras espécies. Contudo, as pescadoras de camarão não só pesca camarão, elas pescam até pirarucu, ou seja, realizam a captura de outras espécies bem maiores.

Mulheres e homens das duas comunidades realizam quase todos os tipos de atividade pesqueira, de cultivo com a terra e de criação de animais não havendo uma divisão sexual de tarefas, porém quando se trata de atividades relacionadas aos cuidados com a casa, geralmente são as mulheres que realizam essa atividade.

Destacamos o fato de que mesmo sendo pluriativas, as mulheres da ilha de várzea de Brasília e Catispera se destacam pela pesca do camarão. Na sede de Parintins são reconhecidas como as camaroeiras, fazendo referencia a pesca que realizam com os crustáceos, mesmo não dispondo do RGP. São conhecidas também pelo trabalho que realizam com a agricultura e com a pesca do bodó. Diferentemente da comercialização do camarão, onde só elas realizam a venda, os produtos agrícolas e o bodó elas vendem com o marido.

Em decorrência do uso indiscriminado da terra de várzea em função da omissão do poder público enquanto proprietário legal e responsável pela concessão do direito de uso desse tipo de ecossistema vem ocorrendo um processo contínuo de degradação ambiental com relevantes impactos sociais. Faz-se necessário mais estudos relativos aos impactos socioambientais causados a esse tipo de ecossistema, no sentido de subsidiar políticas públicas que sejam capazes de promover a proteção socioambiental necessária a esse tipo de área.

Fala-se na inviabilidade de saneamento básico para área de várzea, mas não há estudos conclusivos nesse sentido. É imprescindível o investimento em pesquisas para pensar novas tecnologias que atendam a especificidade deste tipo de ecossistema, gerando menos impactos para a população e para o ambiente natural. Mesmo tendo anualmente um processo de *renovação* decorrente da sazonalidade do rio, as águas e seus sedimentos já não são mais os mesmos em decorrência do processo histórico de degradação do rio Amazonas.

REFERENCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução da 1ª edição coordenada e revisada por Alfredo Bossi; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Beneditte. 5º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação**. Rio de Janeiro, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520: informação e documentação: apresentação de citações em documentos**. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração**. Rio de Janeiro, 2002.

ALBUQUERQUE, Kaio Cesar Damasceno de. **Possibilidades de empoderamento para as pescadoras artesanais**. Revista Coletiva, 2010.

ALENCAR, Edna Ferreira. Gênero e Trabalho nas Sociedades Pesqueiras In: FURTADO, L. G.; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. (Orgs.). **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Museu Paraense Emílio Goeldi, Coleção Eduardo Galvão. Belém – Pará, 1993.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução: Roberto Raposo. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003

BENATTI, José Heder (consultor). **Síntese: Aspectos jurídicos e fundiários da utilização social, econômica e ambiental da várzea: análise para elaboração de modelos de gestão**. Pró-várzea, IBAMA, Manaus, 2004.

BOGDAN, Roberto C. e BIKLEN, Sari Kanopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradutores: Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto Editora, Portugal: 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Tradução: vários autores. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Pesca artesanal**. Disponível em http://www.mpa.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19Itemid=248. Acesso em 20/04/2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

BRASIL, **Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003**. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a

atividade pesqueira de forma artesanal. Disponível em <http://www.guiatrabalhista.com.br/>. Acesso em 18/10/2013.

BRASIL. **Lei n. 11.959 de 29 de junho de 2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em <http://legislação.planalto.gov.br>. Acesso em 18/10/2012.

BRASIL. **Código Florestal, Lei nº 4771 de 15 de setembro de 1965**. Disponível em <http://legislação.planalto.gov.br>. Acesso em 18/10/2012.

CARDOSO, Renato Soares; OLIVEIRA, Elimar dos S. de Oliveira e. **A pesca do camarão no município de Parintins, Amazonas, Brasil**. III Encontro Nacional dos Núcleos de Pesquisa Aplicada em Pesca e Aquicultura. Búzios: Rio de Janeiro, 2011.

CASTRO, Edna. **Tradição e modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia**. Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 1 - dezembro 1999.

_____. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: D'ADESKY, J. **Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2005. p. 165-182.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. rev. amp. São Paulo: Atlas, 1995.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec; Nupaub – USP, 2001.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

FASSARELLA, Simone S. **A vez e a voz das mulheres que atuam em atividade de pesca da vila São Miguel (RS) Trajetórias e Perspectivas**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal de Rio Grande – FURG, 2007.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas**. 2ª ed. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq, 2011.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto (Org.). **A pesca na Amazônia Central: ecologia, conhecimento tradicional e formas de manejo**. EDUA, 2009.

FRAXE, T. de J. P.; PEREIRA, H. dos S.; WITKOSKI, A. C. (Orgs.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: memória, ethos e identidade**. Manaus: EDUA, 2007.

_____. **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007.

FURTADO, L. G.; NASCIMENTO, I. H. Traços de uma comunidade pesqueira no litoral amazônico: relato sobre organização em comunidade Haliêutica. In: FURTADO, L. G.; QUARESMA, H. D. A. B. **Gente e Ambiente no mundo da Pesca Artesanal**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeld, 2002.

FURTADO, Lourdes. Gonçalves. **Pesca artesanal: um delineamento de sua história no Pará**. Boletim do Museu paraense Emílio Goeld, Nova série: Antropologia, nº 79. Belém, 1981 p. 1-50.

_____. **Iconografia da pesca ribeirinha e marítima na Amazônia**. Fotografia de Janduari Simões. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.

FURTADO, Lourdes Gonçalves; QUARESMA, Helena Doris A. Barbosa (Orgs.). **Gente e Ambiente no mundo da pesca artesanal**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeld, 2002. 258p.: il (Coleção Eduardo Galvão)

GOES, Lidiane de Oliveira. **Os usos da nomeação mulher pescadora no cotidiano de homens e mulheres que atuam na pesca artesanal**. 2008, 208f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

GOLDEMBERG. Miriam. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GONDIN, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Tradução de Nelson Carlos Coutinho Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Informações Estatísticas**. Disponível www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1. Acesso em 23/08/2012.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Estudo do INPE indica que o rio Amazonas é 140 km mais extenso do que o Nilo**. Disponível em <http://www.inpe.br>. Acesso em 01/08/2013.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: EMÍLIO M. et al. (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 12 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

LEITÃO, M R. F. **Gênero e Pesca: 30 anos de registro geral da pesca**. Disponível em <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278250506_ARQUIVO_ROSARIO_Texto_Competo_FG9.pdf >Acesso 08/10/2012.

LIMA, Deborah (Org.). **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: Perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade**. Manaus: Ibama, ProVárzea, 2005.

LIMA, Deborah de Magalhães & ALENCAR, Edna Ferreira. **A lembrança da História: memória social, ambiente e identidade na várzea do Médio Solimões**. 2001, p. 27-48.

LIMA, Jô de Farias; SANTOS, Tatiane dos Santos e. **Aspectos econômicos e higiênico-sanitários da comercialização de camarões de água doce em feiras livres de Macapá e Santana, Estado do Amapá**. Biota Amazônia. Open journal system. Macapá/AP, 2014. Disponível em <http://periodicos.unifap.br/index/php/biota>

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir**. Estudos Avançados 16 (45), 2002.

LUDKE, Menga e MARLI, E. D. A. André. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAIA, Maria Bernadete Reis. **Do defeso ao seguro desemprego do pescador artesanal: a inclusão do pescador nas políticas públicas de seguridade social**. 2009, 106f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2009.

MANESCHY, Maria Cristina; ALENCAR, Edna; NASCIMENTO, Ivete Herculano. Pescadora em busca de cidadania In: ALVARES, Maria Luiza e D'INCAO, Maria Angela. **A Mulher Existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia**. Belém: GEPEM/GOELDI, 1995, p. 81-115.

MANESCHY, Maria Cristina; ÁLVARES, Maria Luzia Mendonça. **Mulheres na pesca: trabalho e lutas por reconhecimento em diferentes contextos**. Revista eletrônica Coletiva, nº 01, JUL/AGO/SET, 2010.

MARTINS. Suely Aparecida. **As contribuições teórico-metodológicas de E. P. Thompson: experiência e cultura**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC: Vol. 2 nº 2 (4), agosto-dezembro/2006, p. 113-126. Disponível em www.emtese.ufsc.br Acesso em 18/12/2012.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MELQUÍADES Jr. In Caderno DN Regional – Especial Povos do Mar, disponível em <http://racismoambiental.net.br>, 2010. Acesso em 08/11/2012.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica. **Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil**. Etnográfica, Vol. III (2), 1999, pp. 377-399.

NARVAES, Patrícia. **Dicionário ilustrado de meio ambiente**. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2011.

NODA, Sandra do Nascimento. **Agricultura familiar na Amazônia das águas**. EDUA, 2007.

NOGUEIRA, Amélia R. B. Geografia das representações. In: **Boletim amazonense de geografia**. nº 2. Manaus, 1995 p. 93 – 108.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. Caminhos de Construção da pesquisa. In: **Metodologia das ciências humanas**. São Paulo: Hucitec, 1998.

OLIVEIRA, Wendel de Souza. **Efeito da proporção sexual no comportamento reprodutivo do camarão-de-água-doce macrobrachium amazonicum em cativeiro**. 2010, 43f. Dissertação (Mestrado em Ciências Pesqueiras nos Trópicos) Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2010.

PARINTINS. Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento. **Relação das Comunidades Rurais do município de Parintins**. Parintins-Am, 2011.

PARINTINS. Secretaria Municipal de Saúde. **Fichas de acompanhamento mensal dos agentes de saúde as comunidades rurais do município de Parintins**. Parintins-Am, 2012.

PATERNIANI, Ernesto. **Agricultura sustentável nos trópicos**. Estudos Avançados, 2001.

PEREIRA, Henrique.S. **Gestão Participativa e o Movimento de Preservação de Lagos no Amazonas**. Caderno CEAS. Salvador. n. 207, p. 67-88, setembro/ outubro, 2003.

PORTELLA, Carolina De Gasperi. **Tecnologia pós-despesca dos camarões de água doce Macrobrachium rosenbergii e Macrobrachium amazonicum**. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Centro de Aquicultura. Jaboticabal/SP, 2009.

PRELAZIA DE PARINTINS. **Clarões de fé no Médio Amazonas**. Parintins-AM, 1980.

RAIMUNDO, Valdenice José; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes. **Pesca: Atividade Exclusivamente Masculina?** Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 2008.

RODRIGUES, Martilene. O Movimento das Pescadoras no Brasil. In: **Situação das mulheres pescadoras no Brasil**. Articulação Nacional de Pescadoras – Brasil. Fortim-Ceará, 2010.

SANTOS, M. T. dos. **Iniciativas de desenvolvimento sustentável das comunidades do rio Amazonas/Solimões**. Manaus: ProVárzea/Ibama, 2004.

SAUNIER, Tonzinho. **Parintins: Memória dos Acontecimentos Históricos**. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas, 2003.

SCHERER, Elenise Faria. **O defeso e a defesa do meio ambiente**. Disponível em www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT08/elenese_scherer.pdf Acesso em 12/03/2012.

SOARES, Vera. **A construção da cidadania fragilizada da mulher**. In: EMÍLIO M. et al. (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira [et al]. **A assistência na trajetória das políticas brasileiras: uma questão de análise**. 8. Ed. – São Paulo: Cortez, 2003.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia**. 9ª Ed. Ver. Manaus: Editora Valer/Edições do Governo do Estado, 2000.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia uma estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

VIEIRA, Roberto dos Santos. **Várzeas amazônicas e a legislação brasileira**. Manaus: IBAMA: INPA: Instituto Max-Planck de Limnologia: Universidade do Amazonas, 1992.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos**. Tradução de Clotilde da Silva Costa. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

WITKOSKI, Antonio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007. (Série: Amazônia: a terra e o homem).

ANEXOS



Universidade Federal do Amazonas
Centro de Ciências do Ambiente
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia - PPG/CASA



PPG/CASA

ROTEIRO INDIVIDUAL DE ENTREVISTA COM AS PESCADORAS DE CAMARÃO

FORMULÁRIO DE PESQUISA N°:	
ENTREVISTADORA: Antônia Mara Raposo Diógenes	
DATA: / /	HORÁRIO:
LOCAL:	
COMUNIDADE:	
MUNICÍPIO:	UF:

I. SOBRE A ENTREVISTADA E A COMUNIDADE

1. Identificação da entrevistada

Nome: _____

Como a senhora gosta de ser chamada? _____

Data de nascimento: ____/____/____ idade: _____

Local de onde nasceu: _____

Município: _____ UF: _____

Têm parentes morando na comunidade? Se sim, Quantos e qual o tipo de parentesco.

2. Tem documentos de identificação? () Sim () Não Se sim, Quais?

() Registro de Nascimento

() Carteira de Identidade

() CPF

() Carteira de Trabalho

() Outros: _____

Se não, por que não tens nenhum documento de identificação? _____

3. Qual o seu estado civil?

Solteira () Casada () União Estável () Viúva () Separada ()

Outros: _____

4. Tem filhos? () Sim () Não Se sim, Quantos? _____

5. A senhora tem algum tipo de religião? () Sim () Não Se sim, Qual?

6. A religião da qual faz parte interfere de alguma forma no seu trabalho com a pesca do camarão?

7. A senhora estudou até que ano?

8. A senhora considera o estudo importante?

9. Alguma coisa do que aprendeu na escola é usado no trabalho com a pesca do camarão?

10. Há quanto tempo a senhora mora na comunidade? _____

11. O que levou a senhora a vir morar nessa comunidade?

12. Como é morar em uma área de várzea?

13. Há dificuldades no período da enchente/cheia? Se há dificuldades, o que a senhora acha que poderia ser feito para resolver as dificuldades existentes?

14. Quais as dificuldades no tempo da seca? Se há dificuldades, o que a senhora acha que poderia ser feito para resolver as dificuldades existentes?

15. A senhora gostaria de morar em uma área que não fosse de várzea?

16. O que o poder público (municipal, estadual e federal) tem feito para melhorar as condições de vida da comunidade?

17. Como é o seu dia-a-dia na comunidade?

18. Como é a relação entre os comunitários?

19. Existe algum tipo de conflito em relação à pesca do camarão? () Sim () Não

Caso positivo, esses conflitos estão relacionados à que?

20. Existe algum tipo de ação para tentar solucionar esses conflitos? () Sim () Não

Como positivo, qual(is)? Por parte de quem?

21. Como é a relação da senhora com as outras camaroeiras da comunidade?

22. Como é a sua relação com os homens que pescam camarão? Há algum tipo de conflito?

23. Há mais mulheres pescadoras de camarão do que homens, mas há mais homens cadastrados, na colônia e Sindpesca, como pescadores do que as mulheres. Por que isso acontece?

24. A comunidade possui algum tipo de associação? Caso positivo, que tipo de associação? Como está organizada e quais as atividades que desenvolve?

25. A senhora participa das reuniões da associação?

26. A senhora é associada ao Sindipesca, a colônia ou a algum outro tipo de movimento social dos pescadores?

27. A instituição a qual a senhora é associada, realiza algum tipo de trabalho com as camaroeiras? Quais?

28. A senhora contribui para a previdência social? Se positivo, de que forma a senhora contribui? Se não, por que não contribui?

29. A senhora pensa em se aposentar da atividade da pesca do camarão? De que forma?

30. Quais as atividades festivas e de lazer na comunidade? A senhora participa delas?

31. Existe alguma atividade festiva na comunidade relacionada à pesca do camarão? Qual?

32. É desenvolvido algum tipo de trabalho, em relação à pesca do camarão, por parte do governo municipal, estadual ou federal? Qual(ais)?

33. Tem algum problema de saúde? Se sim, este é decorrente do trabalho com a pesca do camarão? Como é resolvido?

II. SOBRE SEU GRUPO FAMILIAR DOMÉSTICO

01. A senhora ou alguém d família recebe alguma bolsa (família, floresta etc.) por parte do governo (federal, estadual ou municipal)? Se sim, qual o nome da bolsa, o valor recebido e em que é gasto o dinheiro?

02. A bolsa que recebem trouxe alguma melhoria na condição de vida da família? Se sim, qual?

03. Das atividades listadas no quadro acima, qual delas é a principal fonte de renda para sustento da família?

04. O dinheiro da pesca do camarão contribui no sustento e na melhoria das condições de vida do grupo familiar?

05. A família realiza algum tipo de atividade de lazer juntos? Se sim, Qual?

III. SOBRE O PROCESSO DE PESCA DO CAMARÃO

1. Informações sobre a pescadora:

Idade com que começou a pescar camarão? _____

Tempo de pesca: _____

Com quem e como aprendeu a pescar camarão?

Por que a senhora se tornou pescadora de camarão?

O que a pesca do camarão representa para a senhora?

O que a senhora pesca além do camarão? Em que época do ano?

Realiza outras atividades além da pesca? Quais? _____

A senhora tem a carteira de identidade do pescador – RGP? Se sim, há quanto tempo tem?

Teve alguma dificuldade para tirar o RGP? Qual? _____

O que a senhora acha que pode ser feito para ajudar a pescadora a tirar o RGP? _____

Como à senhora se sentiu quando recebeu sua carteira de pescadora? _____

Se não tem o RGP, por que nunca tirou? _____

A senhora gostaria de trabalhar com outra atividade que não fosse com a pesca do camarão?

2. Sobre a isca

Tipos de isca utilizada: _____

Como é adquirida _____

Como é preparada _____

Quem prepara _____

Tipos de isca que mais atraem os camarões _____

Tipos de isca pouco atrativa para os camarões _____

3. O transporte para a pesca

Tipo de transporte usado para o deslocamento até o local da pesca: _____

De quem é o transporte: _____

Quem é o responsável pelo combustível: _____

Quem dirige na ida e na volta da pesca: _____

Quem realiza a manutenção da embarcação _____

Quem é responsável pela organização do transporte nos dias de pesca: _____

4. Os apetrechos de pesca

Tipo de apetrecho utilizado: _____

O apetrecho é comprado ou feito pela pescadora? _____

Quem verifica o apetrecho para a pesca: _____

Quem cuida do apetrecho (conserto e manutenção) _____

Conhece outro tipo de apetrecho para pescar camarão? Se sim, qual? _____

Já utilizou? _____

Conhece o matapi? _____

Sabe porque tem pescadoras de camarão que usam o matapi? _____

Gostaria de experimentar a pesca com o matapi? _____

5. Materiais complementares a pesca

Para guardar e levar o camarão do local de pesca a casa: _____

Como é adquirido esse material? _____

Quem organiza para levá-lo a pesca? _____

Como e por quem é guardado o camarão no momento em que ele é capturado:

6. A pesca

A senhora pesca sozinha ou com outras pessoas? _____

A senhora mantém alguma relação de ajuda (meia, parceria etc.) com outras(os) pescadoras(es)? Se sim, com quem? _____

Quem faz o que na hora da pesca? _____

No apetrecho utilizado vêm outras espécies junto com o camarão? Se sim, O que a senhora faz com eles? _____

Quantas horas passa pescando? _____

Qual a quantidade de camarão capturado por pescaria? _____

Quantos dias por semana a senhora pesca?

A senhora se reúne para conversar com as(os) outras(os) pescadoras(es) de camarão?

Qual o melhor período para pescar? Enchente () cheia () vazante () seca () Por que?

Qual o pior período para pescar? Enchente () cheia () vazante () seca () Por que?

Quais os melhores horários para pescar? Manhã () Tarde () Noite () Madrugada () Por que?

Quais os piores horários para pescar? Manhã () Tarde () Noite () Madrugada () Por que?

Durante a pesca tem algum tipo de atividade que só é feita pelos homens e outras só é feita pelas mulheres? Se sim, quais? _____

Qual o período do ano que a senhora pesca o camarão o ano todo?

No período em que não pesca camarão, o que a senhora faz? _____

A algum tipo de ritual que a senhora realiza antes de sair par a pescar? Se sim. Qual? _____

A senhora pesca quando está menstruada? () Sim () Não, por que? _____

A senhora acredita em panema ou em alguma outra coisa que interfira na pesca? () Sim () Não, por que? _____

A senhora acredita que existe azar na pesca? () Sim () Não, por que? _____

A senhora já enfrentou algum perigo quando estava pescando? () Sim () Não. Quais?

O que a senhora faz para se proteger dos perigos na hora da pesca? _____

De que maneira a pesca do camarão influencia no cotidiano dos membros do grupo familiar?

7. O ambiente de pesca e o recurso pesqueiro

No decorrer do tempo a senhora tem notado alguma mudança nos locais onde pesca? Se sim, Quais?

Houve uma diminuição na quantidade de camarões nos locais de pesca? Sim () Não () Por que?

Quais os locais que diminuíram a quantidade de camarão? _____

Existe algum tipo de cuidado com os locais de pesca? Se sim, como e por quem é realizado?

O camarão continua do mesmo tamanho ou diminuiu com o passar do tempo? _____

A senhora sabe qual o período de reprodução do camarão? Se sim, Qual? _____

A senhora pesca nesse período? Por quê? _____

Não há período de defeso para o camarão. Como a senhora faz para deixar os camarões se reproduzirem? _____

Existe algum tipo de acordo de pesca entre as(os) pescadoras(es) para conservar os locais de pesca e proteger o camarão no período de reprodução? _____

Na comunidade existe algum tipo de conflito por causa da pesca do camarão? Se sim, Qual (is) e como são resolvidos? _____

8. Conservação e armazenamento do camarão

Onde, como e por quem é feita a conservação do camarão? _____

Quais os utensílios usados para a conservação _____

Por quanto tempo o camarão fica conservado? _____

O camarão é armazenado? _____

Como, onde e por quanto tempo? _____

9. Comercialização do camarão

Quem vende o camarão? _____

Como é o processo de venda do camarão? _____

Quais os locais de venda? _____

A senhora vai vender o camarão ao lado do mercado de Parintins? _____

Como o camarão é vendido, por litro, quilo, frasco etc? Qual o preço cobrado?

Como é dado o preço do camarão? _____

Quanto se ganha por dia com a venda do camarão? _____

Em que é utilizado o dinheiro da venda do camarão? _____

Quem determina em que será gasto o dinheiro da venda do camarão? _____

Por que só as mulheres fazem a venda do camarão ao lado do mercado?

Como e por quem é feito o deslocamento da casa ao mercado? _____

Que horas a senhora sai de casa? _____

Que horas chega ao mercado? _____

Quantas horas passa vendendo? _____

Que horas volta para casa? _____

Quantos dias na semana é realizada a venda do camarão? _____

Quem cuida da casa enquanto a senhora está no mercado vendendo camarão?

Como é passar a manhã toda no mercado vendendo camarão? _____

10. O Seguro Desemprego do Pescador Artesanal - SDPA

A senhora conhece o SDPA? Já recebeu alguma vez? Se sim, como? _____

Em que é gasto o dinheiro do seguro? _____

O SDPA melhorou as condições de vida da sua família? Como? _____

A senhora acha que deveria haver SDPA para as pescadoras de camarão? Por quê?

A senhora já conversou alguma vez com suas colegas pescadoras de camarão sobre este assunto?

A senhora acha que deveria haver uma política pública para mulheres pescadoras?
